

novembro-dezembro de 2011 – ano 52 – n. 281



vida pastoral

REVISTA BIMESTRAL PARA SACERDOTES E AGENTES DE PASTORAL



PASTORAL EM NOVAS PERSPECTIVAS (III)

As diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015 — Dom José Belisário da Silva, ofm, p. 3

Do decreto ao diálogo: a evolução na compreensão de revelação divina entre os concílios Vaticano I e II e a comunicação na Igreja — Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp, p. 7

A pastoral em novas perspectivas III: espiritualidade ecológica e perspectivas pastorais — Pe. Nicolau João Bakker, svd, p. 21

Espírito e natureza na reflexão teológica atual — Josias da Costa Júnior, p. 36

Roteiros homiléticos — Celso Loraschi, p. 42

Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

“Quem não se comunica se trumbica, fica na saudade”, dizia, em tom de brincadeira, um popular apresentador de televisão de anos atrás. A frase tem boa dose de sentido. A comunicação eficaz permite o desenvolvimento, a criação de interações fecundas, a realização de metas e objetivos.

O conteúdo desta edição de Vida Pastoral tem essa temática de fundo. Estamos vendo há algumas edições o tema “pastoral em novas perspectivas”, tratando sobretudo das mudanças de cosmovisões ao longo da história e suas implicações para a pastoral. Da cosmovisão teocêntrica passou-se para a antropocêntrica, e atualmente se desenvolve nova cosmovisão, a ecológica. Todas essas mudanças e avanços foram se dando em processos históricos de comunicação, no sentido amplo da ideia de comunicação: interações, discussões, diálogos, trocas de conhecimentos, sentimentos... Vemos, nas diversas épocas, que grupos sociais que não interagem com as novas visões de mundo ficam “na saudade” do passado, tentando mantê-lo ou resgatá-lo.

Essas mudanças de cosmovisões não dizem respeito somente a conteúdos, mas envolvem profundamente o ser humano, sua espiritualidade, aquilo que o move interiormente. Elas implicam mudanças também da espiritualidade especificamente religiosa.

Na visão de mundo teocêntrica, predominava uma espiritualidade de fidelidade à doutrina, espiritualidade que se elaborou na síntese entre teologia e filosofia grega. Na mudança para a visão antropológica, ganha força a espiritualidade mais subjetiva: tem-se não apenas fé em um conjunto de verdades, mas também uma interpretação pessoal delas. Em seu artigo, Nicolau

Bakker denomina essa nova espiritualidade de “fidelidade ao Espírito”. A dificuldade de diálogo e consenso no interior da Igreja a respeito dessa guinada levou partes significativas de seus membros a desenvolver a Reforma Protestante. Mas o avanço dessa nova espiritualidade também estimulou o papa João XXIII a sonhar com uma Igreja inteiramente renovada, o que se procurou realizar no Concílio Vaticano II, cujos 50 anos de convocação celebramos no dia 25 de dezembro.

Sem dúvida, a fidelidade à doutrina está no cerne da tradição judaico-cristã e, particularmente, da Igreja Católica. Mas doutrina não quer dizer interpretações fixas, repetitivas e imutáveis para sempre. A compreensão da Revelação divina dessa maneira tende a levar à busca da manutenção de sentidos por meio de atitudes impositivas e conteúdos universais obrigatórios a serem decorados, e não por meio de diálogo, interação e comunicação com novas realidades, com as quais sua interpretação pode enriquecer-se.

A nova cosmovisão ecológica traz consigo a espiritualidade da ética humanitária e ecoplanetária, da valorização do todo do planeta e não apenas da razão; espiritualidade da cooperação e da teia de relações vitais. É salutar manter a identidade cristã e católica, mas sabendo desenvolver respeito e diálogo com todas as teologias e com as diferentes tradições, incluindo as do passado e a Tradição da Igreja, que são a base na qual nos movemos. Essa forma de interação implica a aceitação de que tudo está sempre em movimento e em busca de novo equilíbrio. Do diálogo e da interação saímos sempre renovados e enriquecidos.

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

Diretor Pe. Zolferino Tonon

Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP

Equipe de redação Pe. Zolferino Tonon, Pe. Darci Luiz Marin,
Pe. Valdéz Dall'Agnese, Pe. Paulo Bazaglia,
Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Manoel Quinta

Editoração PAULUS

ASSINATURAS assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789.4000 • FAX: 3789.4004
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP

Redação © PAULUS - São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br
www.paulinos.org.br

12570-000 - APARECIDA/SP
Centro de Apoio aos Romeiros - Lojas 44,45,78,79
T.: (12) 3104.1145 • aparecida@paulus.com.br

49010-000 - ARACAJU/SE
Rua Laranjeiras, 319 • T.: (79) 3211.2927
aracaju@paulus.com.br

66019-100 - BELÉM/PA
Rua 28 de setembro, 61 - Campina • T.: (91) 3212.1195
belem@paulus.com.br

30160-906 - BELO HORIZONTE/MG
Rua da Bahia, 1136 - Ed. Arcângelo Maleta
T.: (31) 3274.3299 • bh@paulus.com.br

70304-900 - BRASÍLIA/DF
SCS - Q.1 - Bloco I - Edifício Central - Loja 15 - Asa Sul
T.: (61) 3225.9847 • brasilia@paulus.com.br

13015-002 - CAMPINAS/SP
Rua Barão de Jaguará, 1163 • T.: (19) 3231.5866
campinas@paulus.com.br

79002-205 - CAMPO GRANDE/MS
Av. Calógeras, 2405 - Centro • T.: (67) 3382.3251
campogrande@paulus.com.br

95010-005 - CAXIAS DO SUL/RS
Av. Júlio de Castilho, 2029 • T.: (54) 3221.7797
caxias@paulus.com.br

78005-420 - CUIABÁ/MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180 • T.: (65) 3623.0207
cuiaba@paulus.com.br

80010-030 - CURITIBA/PR
Pça. Rui Barbosa, 599 • T.: (41) 3223.6652
curitiba@paulus.com.br

88010-030 - FLORIANÓPOLIS/SC
Rua Jerônimo Coelho, 119 • T.: (48) 3223.6567
florianopolis@paulus.com.br

60025-130 - FORTALEZA/CE
Rua Floriano Peixoto, 523 • T.: (85) 3252.4201
fortaleza@paulus.com.br

74023-030 - GOIÂNIA/GO
Rua Seis, 201 - Centro • T.: (62) 3223.6860
goiania@paulus.com.br

58010-670 - JOÃO PESSOA/PB
Praça Dom Adauto, S/N - Junto à Cúria - Centro
T.: (83) 3221.5108 • joaopessoa@paulus.com.br

36016-311 - JUIZ DE FORA/MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590 • T.: (32) 3215.2160
juizdefora@paulus.com.br

69010-210 - MANAUS/AM
Rua Itamaracá, 21, Centro • T.: (92) 3622.7110
manaus@paulus.com.br

59025-260 - NATAL/RN
Rua Cel. Cascudo, 333 - Cidade Alta • T.: (84) 3211.7514
natal@paulus.com.br

90010-090 - PORTO ALEGRE/RS
Rua Dr. José Montauri, 155 - Centro • T.: (51) 3227.7313
portoalegre@paulus.com.br

50020-000 - RECIFE/PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B • T.: (81) 3224.9637
recife@paulus.com.br

14015-040 - RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião, 621 • T.: (16) 3610.9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

20031-145 - RIO DE JANEIRO/RJ
Rua México, 111-B • T.: (21) 2240.1303
riodejaneiro@paulus.com.br

40060-001 - SALVADOR/BA
Av. 7 de Setembro, 80 - Rel. de S. Pedro • T.: (71) 3321.4446
salvador@paulus.com.br

09015-200 - SANTO ANDRÉ/SP
Rua Campos Sales, 255 • T.: (11) 4992.0623
stoandre@paulus.com.br

65015-370 - SÃO LUÍS/MA
Rua do Passeio, 229 - Centro - T.: (98) 3231.2665
saoluís@paulus.com.br

15015-110 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Rua XV de Novembro, 2826 • T.: (17) 3233.5188
riopreto@paulus.com.br

29010-120 - VITÓRIA/ES
Rua Duque de Caxias, 121 • T.: (27) 3323.0116
vitoria@paulus.com.br

PAULUS EM SÃO PAULO

01001-001 - PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180 • T.: (11) 3105.0030
pracase@paulus.com.br

05576-200 - RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5 • T.: (11) 3789.4005
raposotavares@paulus.com.br

04117-040 - VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207 - Metrô Vila Mariana
T.: (11) 5549.1582 • vilamariana@paulus.com.br

AS DIRETRIZES DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL 2011-2015

Dom José Belisário da Silva, ofm*

1. Uma aprovação rápida e alegre

Dia 9 de maio de 2011, segunda-feira. Era o sexto dia da 49ª Assembleia da CNBB. Dom Geraldo Lyrio Rocha, até então presidente, já tinha manifestado sua preocupação sobre a urgência da aprovação final das novas Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2011-2015 (DGAE-2011/2015). “Só depois dessa aprovação”, esclareceu ele, “podemos dar início ao processo eleitoral, no qual a assembleia escolherá os membros da nova Presidência e os novos presidentes das Comissões Episcopais para o próximo quadriênio”. Como de costume, a tarde de sábado e a manhã do domingo, durante os dias da assembleia, foram dedicadas ao retiro dos bispos. Os membros da Comissão das DGAE, porém, não puderam participar. Passaram o fim de semana debruçados sobre as cerca de 1.500 emendas propostas pela assembleia. Na primeira sessão de segunda-feira, a comissão apresentou o texto final a ser debatido e votado. Geralmente, esse processo é bastante penoso, com muitos pedidos de destaques por parte dos autores das emendas. Qual não foi o alívio, porém, quando o texto, com apenas um destaque, foi aprovado! Bispos mais velhos testemunharam ter sido esse um fato inédito na história da conferência. Alguém, talvez, poderia questionar por que isso aconteceu. Seria pelo fato de o texto final ter realmente traduzido o sentimento da maioria e do momento (o *kairós*) vivido pela Igreja no Brasil?

Ou, olhando as coisas numa perspectiva pessimista, essa facilidade na aprovação revelaria certo desinteresse, talvez certo cansaço por parte dos bispos?

Prefiro ficar com a primeira hipótese. De fato, as DGAE-2011/2015 não nasceram da noite para o dia, mas foram fruto de um caminho longo e participativo.

2. O Simpósio de Brasília ou Conselho Permanente Ampliado

De 13 a 15 de abril de 2010, a convite da Presidência da CNBB e sob a coordenação do Instituto Nacional de Pastoral, realizou-se em Brasília o chamado *Conselho Permanente Ampliado*. Participaram: bispos do Conselho Permanente, isto é, a Presidência da CNBB, os presidentes das Comissões Episcopais e representantes das 17 Regionais da CNBB; componentes da Comissão Especial para as novas DGAE-2011/2015; representantes de organismos e pastorais vinculados à CNBB e de organismos eclesiais de diálogo e comunhão com a CNBB – por exemplo, da Conferência Nacional dos Institutos Seculares, do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, da Conferência dos Religiosos do Brasil, entre outros; assessores da CNBB e assessores convidados. Ao todo, cerca de uma centena de pessoas.

* Arcebispo de São Luís do Maranhão e vice-presidente da CNBB; coordenou a comissão que preparou as novas diretrizes (DGAE-2011/2015).

Tratava-se de, concretamente, iniciar o processo de revisão das DGAE-2008/2010 ou da possível redação de novas DGAE.

Algumas palestras e relatórios ajudaram a introduzir as questões a serem debatidas. Padre José Ernanne Pinheiro falou sobre o *significado eclesiológico das DGAE na história da Igreja no Brasil*, descrevendo o contexto histórico no qual nasceu e se desenvolveu o esforço realizado pela Igreja para planejar sua vida e ação evangelizadora no país. Padre Joel Portella apresentou o mapeamento dos planos de pastoral das diversas arquidioceses do Brasil. Ao questionário anteriormente enviado responderam cerca de 30% das arquidioceses. Segundo padre Joel, apesar de algumas limitações – por exemplo, os planos seguem gêneros literários diferentes –, pode-se afirmar tranquilamente que todos eles levaram em consideração as DGAE-2008/2010. Dom José Antônio Peruzzo, bispo de Palmas-Francisco Beltrão, abordou o tema *Aparecida, palavra e missão*, chamando a atenção para a força da Palavra, para a leitura orante da Palavra e para a importância da iniciação cristã. Padre Agenor Brighenti, partindo do documento final da Conferência de Aparecida, afirmou a necessidade da *conversão pastoral para uma Igreja em estado permanente de missão*. Foram apresentadas ainda as sínteses das consultas feitas aos secretários executivos dos Regionais da CNBB, aos Organismos do Povo de Deus e ao Grupo de Assessores da CNBB.

Ao final do encontro, reunidas a Presidência da CNBB e a Comissão das DGAE, juntamente com alguns assessores, concluiu-se pela necessidade de levar à Assembleia Geral da CNBB, que teria lugar algumas semanas depois, uma consulta mais ou menos nos seguintes termos:

Considerando

- que temos um caminho a percorrer para uma mais profunda implementação dos princípios e fundamentos norteadores da 5ª Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho,

- que a realidade propõe à ação evangelizadora novos desafios,
- que o Sínodo dos Bispos sobre a Palavra traz novas contribuições para a ação evangelizadora da Igreja no Brasil,
- que decisão tomar: manter as DGAE-2008/2010, com as atualizações necessárias, ou redigir novas DGAE?

3. A construção do texto

A questão das novas DGAE ocupou uma das sessões da 48ª Assembleia Geral da CNBB, realizada em Brasília. Alguns oradores foram ouvidos. Ao final, o plenário foi consultado por escrito. O resultado dessa consulta sinalizava para a revisão das DGAE-2008/2010, com a recomendação explícita de que não apenas se citasse o *Documento de Aparecida*, mas se procurasse entrar em seu espírito. Falou-se também na importância de levar em consideração a esperada Exortação Pós-Sinodal sobre a Palavra, que, como sabemos, só seria publicada em 30 de setembro de 2010.

Antes de iniciar qualquer trabalho de redação, a Comissão das DGAE quis consultar, mais uma vez, os membros da CNBB. Com data de 17 de maio de 2010, foi enviada a todos os bispos a seguinte questão: “*Em sua opinião, o que a comissão deveria considerar, tendo em vista a revisão das DGAE?*”. A maior parte das respostas, cerca de 30, eram mensagens de apoio e ânimo para o trabalho da comissão. Algumas, porém, chamavam a atenção para pontos como: necessidade de uma conversão pastoral; indicação de estruturas pastorais que devam ser mudadas; paróquia como rede de comunidades; uma Igreja missionária que vá ao encontro das pessoas; insistir que todo católico faça parte de pequenas comunidades; insistência, clareza e valorização dos ministérios leigos; necessidade de passar de uma catequese ocasional para verdadeiro catecumenato; necessidade de um texto com estilo mais leve e envolvente.

Com base nas sugestões provenientes do Conselho Permanente Ampliado e da 48ª Assembleia da CNBB e nas sugestões individuais de vários bispos e pessoas, a comissão começou seu trabalho de redação. Já em meados de junho ela chegou a uma proposta de estrutura das novas DGAE que, em linhas gerais, permaneceu nas redações seguintes e no texto final aprovado.

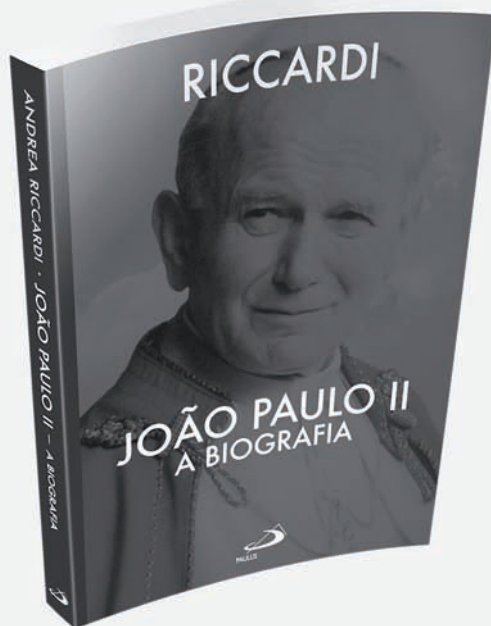
Uma primeira versão – o chamado “texto mártir” – estava pronto no fim de novembro. Esse texto, ainda não oficial, foi enviado não só a todos os bispos, mas também a vários segmentos da Igreja no Brasil. De posse das reações, a comissão revisou o texto, que – agora, sim, oficial e protocolado – foi enviado aos bispos para que pudessem propor possíveis emendas. De posse das propostas de emendas, a comissão chegou ao segundo texto protocolado. Esse texto, enviado aos bispos em 19 de março de 2011, é que foi objeto de estudos, discussões e emendas na 49ª Assembleia Geral e, finalmente, aprovado na manhã de 9 de maio de 2011.

4. A estrutura das DGAE-2011/2015

As DGAE-2011/2015 começam com uma *Introdução*, na qual se procura deixar claro a distinção entre *diretrizes* e *planos de pastoral*. “Diretrizes são rumos que indicam o caminho a seguir, abordando aspectos prioritários da ação evangelizadora, princípios norteadores e urgências irrenunciáveis. Os planos de pastoral das Igrejas particulares percorrem um roteiro específico, contendo estudos e iluminação da realidade à luz da fé, objetivos, critérios e meios para sua concretização na própria realidade” (DGAE-2011/2015, n. 2).

O primeiro capítulo intitula-se *Partir de Jesus Cristo*. Trata-se de breve exposição cristológica e eclesial. “Toda ação eclesial brota de Jesus Cristo e se volta para ele e para o reino do Pai. Jesus Cristo é nossa razão de ser, origem de nosso agir, motivo de nosso pensar e sentir” (DGAE-2011/2015, n. 4). As atitu-

João Paulo II A biografia Andrea Riccardi



A obra de Andrea Riccardi, professor que conheceu de perto o pontífice, é a primeira verdadeira biografia escrita com embasamento científico e testemunhada de um papa ainda vivo nas lembranças e nos corações de muitas pessoas.

Imagens meramente ilustrativas.

Formato: 13,5 cm x 21 cm
Páginas: 608
Cód.: 9788534925952

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



des básicas de Jesus Cristo – o texto fala em *alteridade* e *gratuidade* – hão de ser também as atitudes básicas da Igreja e dos discípulos missionários dele.

O segundo capítulo, com o nome de *Marcas de nosso tempo*, apresenta, de modo conciso, algumas características mais marcantes da realidade atual. Inspirado no *Documento de Aparecida*, afirma que vivemos numa *mudança de época* à qual deve corresponder uma *conversão pastoral*.

O terceiro capítulo – *Urgências na ação evangelizadora* – e o quarto capítulo – *Perspectivas de ação* – têm os mesmos subtítulos, a saber: 1. *Uma Igreja em estado permanente de missão*; 2. *Igreja: casa da iniciação cristã*; 3. *Igreja: lugar da animação bíblica da vida e da pastoral*; 4. *Igreja: comunidade de comunidades*; 5. *Igreja a serviço da vida plena para todos*. Por que isso? A introdução do quarto capítulo nos dá a resposta: “De nosso olhar como discípulos missionários sobre *marcas de nosso tempo* (Cap. II), confrontando com *as urgências na ação evangelizadora* (Cap. III), *a partir de Jesus Cristo* (Cap. I), derivam numerosos e complexos desafios pastorais” (DGAE-2011/2015, n. 73). O quarto capítulo tenta, então, sugerir algumas perspectivas de ação às urgências pastorais.

O quinto capítulo – *Indicações de operacionalização* – é uma novidade. Procura-se aí dar às Igrejas particulares e a outros segmentos da Igreja subsídios para o trabalho de elaboração de seus planos pastorais.

Finalmente, as DGAE-2011/2015 concluem com um convite ao *Compromisso de unidade na missão*. Vale a pena citar todo o n. 139:

Estas Diretrizes apontam para o compromisso evangelizador da Igreja no Brasil para o início da segunda década do século XXI. Manifestam, através das cinco urgências, o caminho discernido, à luz do Espírito Santo, como resposta a este tempo de profundas transformações. Em continuidade com as orientações de toda a Igreja,

elas assumem o mais profundo espírito do Concílio Vaticano II, recolhendo a riqueza existente no Magistério pós-conciliar. Acolhem, de modo especial, as Conclusões da Conferência de Aparecida, no desejo de que elas se concretizem em ações evangelizadoras, capazes de suscitar o fascínio por Jesus Cristo e o compromisso pelo reino de Deus e sua justiça.

5. E agora?

No processo de construção das DGAE-2011/2015, mais de uma pessoa observou que, nos últimos anos – talvez nos últimos 15 anos –, a Igreja do Brasil perdeu a cultura do planejamento. Será que não está no momento de recuperarmos essa cultura? Planejar significa ver com otimismo o presente e o futuro. Significa confiar na colaboração humana com a ação de Deus na história.

Uma citação de São Francisco em seu leito de morte talvez venha ao caso: “Começemos, irmãos, pois até agora pouco ou nada fizemos”.

**LITURGIA DIÁRIA FACILITA
O CONTATO COM A PALAVRA DE DEUS
E UMA MELHOR PARTICIPAÇÃO E
COMPREENSÃO DA LITURGIA.**

Traz a liturgia do mês
(leituras e orações de
cada dia), partes fixas
da missa, prefácios
em consonância com
as festas litúrgicas do
mês, orações eucarísticas
para a missa diária,
artigos e esclarecimentos
sobre a liturgia.



Para adquirir LITURGIA DIÁRIA,
basta escrever para a Cx. Postal 2534,
CEP 01031-970, São Paulo – SP,
ou telefonar para (11) 3789-4000
E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Gratão PAULUS / Imagens meramente ilustrativas.

DO DECRETO AO DIÁLOGO

A evolução na compreensão de Revelação divina entre os Concílios Vaticano I e II e a comunicação na Igreja

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp*

INTRODUÇÃO

No âmbito eclesial, é consensual a necessidade de buscar maior eficácia comunicativa. Entretanto, é comum que se veja a comunicação somente como questão de possuir e usar tecnologias para divulgar os conteúdos da fé. Há uma compreensão clássica de comunicação, como veremos, que a define como transmissão de determinada mensagem de um emissor para receptores, sendo estes passivos, e não agentes interativos. No entanto, os processos comunicacionais são mais complexos e, atualmente, a comunicação social é cada vez mais interativa: os receptores participam da constituição do conteúdo e, com o desenvolvimento da cibercultura, todos podem ser emissores e receptores ao mesmo tempo. A inteligência vai se tornando cada vez mais coletiva, e as mensagens são construídas em processos sociais participativos.

As teorias da comunicação que a compreendiam como simples transmissão de conteúdo de um agente para outro foram sempre muito criticadas. Hoje, os estudiosos concordam em que elas não dão conta de explicar a totalidade dos processos de comunicação, embora continuem contribuindo para compreender a comunicação e sua evolução. Em contraponto a tais teorias, surgiram outras que foram mostrando que o conteúdo pode não chegar ao receptor exatamente da maneira planejada;

que este não é meramente passivo, mas aceita, rejeita, acrescenta, questiona, interage e influi na constituição da mensagem. Dessa forma, comunicar não significa apenas transmitir conteúdos, mas interagir, ser capaz de criar empatia, dialogar, gerar consensos.

É possível estabelecer relações entre as diferentes formas de compreender a comunicação, seja como transmissão unidirecional ou como interação, e a evolução na forma de compreender a Revelação dos Concílios Vaticano I e II. No primeiro, a Revelação é compreendida como um conjunto de verdades definidas de uma vez para sempre a serem recebidas e aceitas. O segundo demonstra grande evolução na compreensão de Revelação, vê-a como diálogo entre Deus e a humanidade. Tudo isso se relaciona intrinsecamente com a comunicação eclesial. A eficácia comunicativa da Igreja está ligada às formas pelas quais se compreende a Revelação, os conteúdos da fé e a instituição, e não apenas ao uso de tecnologias.

1. A compreensão de Revelação no Vaticano I e no Vaticano II

O que foi dito acima sobre as diferenças na compreensão de Revelação divina no Vatica-

* Religioso paulino graduado em Jornalismo, Filosofia e Teologia, mestrando em Comunicação pela PUC-SP. É editor de *Vida Pastoral*.

no I e no Vaticano II pode ser constatado nos seguintes trechos de documentos dos dois concílios. Em seus posicionamentos e vocabulário se entrevê a relação entre as duas formas diferentes de compreender a Revelação e a comunicação mencionadas, o que vamos aprofundar



ao longo do artigo. Evidentemente, não se trata de querer dizer que um concílio negou o outro, e sim que houve um progresso na compreensão de Revelação, acompanhando os passos da história, à luz do Espírito (os grifos em palavras e trechos das citações são nossos):

VATICANO I

Declaramos, ao confirmar esse mesmo *decreto*, que é sua intenção que, em matéria de fé e de costumes pertencentes ao edifício doutrinal cristão, *deve-se* ter como verdadeiro sentido da Sagrada Escritura aquele que, *ontem e hoje*, propõe a nossa santa Mãe Igreja, à qual compete *definir* o sentido verdadeiro e a interpretação (verdadeira) das Sagradas Escrituras; e que *a ninguém é permitido* interpretar essa Escritura num sentido *contrário* ao *definido* ou contradizendo o *consenso unânime* dos Pais da Igreja (Prólogo da *Dei Filius*).

[...] O sentido dos dogmas sagrados, proposto pela nossa santa Mãe Igreja, *deve* ser *conservado perpetuamente*, *excluindo-se toda pretensão de alguém querer explicitá-los de modo mais inteligente* (*Dei Filius* – Dz 3.020).

Uma vez que o homem *depende totalmente* de Deus, como de seu Criador e Senhor, e a razão criada *deve* estar *inteiramente sujeita* à Verdade incriada, somos *obrigados*, quando Deus revela, a prestar-lhe, pela fé, *plena obediência* da inteligência e da vontade. Ora, essa Fé, que é o princípio da salvação humana, é, como professa a Igreja Católica, uma virtude *sobrenatural*, pela qual, sob a inspiração divina e com a ajuda da graça de Deus, cremos ser verdadeiro o que por Ele foi revelado, não *pela intrínseca verdade* das coisas, percebida *à luz natural da razão*, mas pela *Autoridade* do próprio Deus que revela, o Qual não pode enganar-se nem nos enganar [...] (*idem*, n. 1.045).

VATICANO II

Essa tradição, que se origina dos apóstolos, *progride* na Igreja sob a assistência do Espírito Santo. Com efeito, *cresce o conhecimento* tanto das coisas como das palavras que constituem parte da Tradição, quer mercê da *contemplação e estudo dos crentes*, que as meditam no seu coração, quer mercê da *íntima inteligência* que experimentam das coisas espirituais, quer mercê da pregação daqueles que, com a sucessão do episcopado, receberam um seguro carisma de verdade. Isto é, a Igreja, no decurso dos séculos, *caminha continuamente para a plenitude da verdade* divina, até que nela se realizem as palavras de Deus (*Dei Verbum*, n. 8).

[...] A Igreja *esforça-se*, guiada pelo Espírito Santo, por conseguir sempre *inteligência mais profunda* das Sagradas Escrituras, para *alimentar* seus filhos com as palavras divinas [...]. Em diligente *colaboração* e utilizando os *meios convenientes*, devem os exegetas católicos e demais teólogos *investigar e explicar* as divinas letras, *sob a vigilância do sagrado Magistério* [...] (*idem*, n. 23).

[...] Com efeito, nos livros sagrados, o Pai que está nos céus *vem amorosamente ao encontro dos seus filhos*, a *conversar* com eles; é tão grande a força e virtude da palavra de Deus, que fornece à Igreja o apoio vigoroso, aos filhos da Igreja, a solidez na fé, e constitui alimento da alma, fonte pura e perene da vida espiritual. Por isso, deve-se aplicar por excelência à Sagrada escritura o que foi dito: “*A palavra de Deus é viva e eficaz*” [...] (*idem*, n. 21).

1.1. O Vaticano I: contexto e evento

O avanço da modernidade representou um abalo para a Igreja, que, durante a Idade Média, se havia inculturado no regime de cristandade. Devido à força avassaladora com que a modernidade se apresentou e à carência de quadros intelectuais à altura das circunstâncias, a Igreja teve dificuldade em responder às novas tendências. Desde o princípio, o centro em torno do qual girou o Vaticano I, realizado entre 1869 e 1870, foi a “restauração” da cristandade e da condição que a Igreja gozava até então. O concílio foi a culminância de uma leitura da história da época como genealogia dos erros modernos. A Igreja interpretou toda a situação que presenciava como destruição dos fundamentos mais profundos da sociedade humana. Assumiu, portanto, a tarefa de defender a sociedade e a racionalidade humana de seus próprios “erros”, que foram chamados de “erros modernos” e tiravam da Igreja a condição de interlocutora inabalável e inquestionável, reguladora de toda a sociedade.

A primeira expressão dos conflitos entre a Igreja e a idade moderna ocorreu no campo religioso, com a Reforma Protestante, que, em grande parte, foi resquício dos anseios de mudanças não atendidos dentro da própria Igreja. A Reforma, com seus três axiomas, *sola fide*, *sola gratia* e *sola Scriptura* (só a fé, a graça e a Escritura), questionou pontos centrais do catolicismo estabelecido de então: a fé poderia ser pessoal e não autenticada pelo magistério da Igreja; a santificação aconteceria pela graça e não pelas obras ou sacramentos ministrados pela Igreja; o confronto com a palavra de Deus poderia ser pessoal e não ligado à tradição da instituição eclesiástica. Em uma palavra, uma guinada da objetividade para a subjetividade no campo religioso. A resposta da Igreja foi dada no Concílio de Trento, que reafirma os posicionamentos eclesiais sobre esses pontos e leva a um enrijecimento da instituição.

Além da própria Reforma, uma série de fatores vai desaguar no Iluminismo, que constituiu grande virada racional e mudança de cosmovisão, abalando as concepções de eclesiologia e Revelação então vigentes. Alguns

movimentos vinham já desde o Renascimento, com sua guinada humanística ligada ao retorno à cultura greco-romana e ao progresso das artes e das ciências:

- O *humanismo naturalista*: Se o homem medieval considerava sua natureza “decaída e regenerada em Cristo”, destinada a um fim sobrenatural, o homem moderno passa a considerar sua natureza íntegra e bons, seus apetites; busca sua perfeição puramente natural nesta vida, sem dependência de Deus, tendendo a emancipar-se assim da autoridade da Igreja.

- A *corrente científica*: Pouco a pouco surgem novas ciências e aprofundam-se outras já existentes, as quais, juntas, abalam a visão de mundo de então. Os métodos empíricos e o estudo direto da natureza liberam o homem do argumento de autoridade da natureza. Muitos cientistas, ao descobrir leis naturais contrárias às explicações teológicas vigentes, passam a opor ciência e fé.

- Uma *nova filosofia*: Esta se forma com independência da escolástica e em oposição a ela, admite doses mais ou menos grandes de racionalismo e passa a formar parte substancial da Ilustração. A escolástica e a cultura tradicional passam a ser vistas como obscurantistas, supersticiosas, estreitas, intransigentes, em oposição a uma cultura considerada superior, mais ilustrada, mais crítica e filosófica, emancipada de todo vínculo dogmático.

O Iluminismo desenvolveu-se como fruto de todos esses movimentos e representou, segundo Kant, a “saída do homem do estado de minoridade e de tutela em que caiu por própria culpa”. O Século das Luzes representou, então, a valorização da razão – considerada o mais importante instrumento para alcançar qualquer conhecimento –, a crença nos direitos naturais à vida e à liberdade, a crítica ao absolutismo e aos privilégios da nobreza e do clero e a crítica à Igreja Católica, embora não se excluísse a crença em Deus e, não obstante, grande parte dos iluministas fosse, de início, católica. Assim, “a nova concepção de ciência, de pensar livre, questiona uma Igreja fechada na autoridade da tradição e da

escritura literalmente entendida. Introduzindo um novo método e afirmações aparentemente contraditórias à tradição filosófica e religiosa, as novas teorias foram declaradas pela Igreja ‘absurdas no terreno da filosofia’ e ‘errôneas, formalmente heréticas em matéria de fé” (Libanio, 2000b, p. 19).

No campo político, duro golpe contra a Igreja, contra o Estado das monarquias absolutas e contra a união de ambos foi desferido pela Revolução Francesa, com a qual foram destruídos na França, e depois sucessivamente em outros países, os últimos resquícios das estruturas medievais. Os Estados nacionais não queriam mais aceitar a ingerência do papa. Outro fator político importante foi o socialismo e sua hostilidade à Igreja e a toda religião.

Diante dessa onda de transformações na sociedade, com forte influência sobre a Igreja, duas tendências no interior desta se destacavam: a dos católicos liberais, que defendiam a abertura ao novo contexto sociopolítico e a formas de se expressar inteligíveis ao homem moderno, e a dos ultramontanistas, que defendiam a restauração das “estruturas cristãs” da sociedade, o fideísmo, o tradicionalismo, a concentração em torno do papa. Esta última vai prevalecer no Concílio Vaticano I, que, como dito anteriormente, representou uma tentativa de restauração da cristandade. A estratégia da Igreja refletida em tal concílio foi ao mesmo tempo de defesa e de ataque contra as transformações modernas. Em suma, o concílio foi um momento de síntese da eclesiologia precedente (Zagheni, 1999, p. 144).

Desde a consulta prévia, o concílio refletiu um modo de comunicação e de encaminhamento diverso dos anseios modernos por liberdade e interação. A consulta foi limitada a 40 bispos e cardeais e serviu para evidenciar alguns temas: oferecer clara resposta aos erros do mundo moderno; esclarecer a questão da soberania temporal do papa e a sua independência; proclamar o primado de honra e de jurisdição do papa sobre toda a Igreja; adequar diversas normas canônicas às exigências da época. No anúncio público do concílio, Pio IX declarou que com ele desejava “preparar os salutares remédios

para os males que ameaçavam a Igreja”. As comissões preparatórias foram constituídas por funcionários da cúria pontifícia e por docentes eclesiais das escolas romanas. A princípio, foram escolhidos, de maneira unilateral, só os que eram fiéis às posições romanas, excluindo-se (com poucas exceções) os que tinham opiniões diferentes, por exemplo, os teólogos alemães. Com a pressão de alguns bispos, o círculo de consultores foi ampliado, mas com a preponderância dos italianos e defensores das posições romanas. O trabalho das comissões preparou cerca de 50 esquemas, dos quais apenas seis foram discutidos e somente dois foram promulgados (*Dei Filius* e *Pastor Aeternus*). O regulamento dos trabalhos conciliares, promulgado às vésperas do concílio, foi apresentado sem discussão entre os padres conciliares, à diferença até do concílio anterior, de Trento (Zagheni, 1999, p. 148). Tal regulamento previa poucas discussões e não levava em conta a opinião pública. Pretendia-se, desse modo, chegar a aprovações rápidas, depois de breves discussões (o que jamais aconteceu; aliás, com frequência se verificou justamente o contrário).

Com relação à participação dos ortodoxos e protestantes, decidiu-se enviar junto à bula de convocação uma carta que os exortava a retornar à unidade romana, aproveitando a ocasião do concílio. Tal carta foi tida como dura e inoportuna; além disso, uma decisão do Santo Ofício de 17 de novembro de 1869 matava a ideia de instituir uma comissão especial que tratasse com os não católicos durante o concílio.

No decurso das discussões conciliares, os documentos rejeitados passavam às deputações, que foram escolhidas de modo muito criticado, causando a irritação de muitos. Essas discussões eram feitas de forma bastante reservada; por exemplo, na deputação *De fide*, os 24 eleitos foram escolhidos unicamente entre os que defendiam a infalibilidade papal. Com isso, as discussões que deviam se dar nas comissões passavam ao plenário, o que atrasava os trabalhos e ocasionou a publicação de novo regulamento, segundo o qual: as votações seriam por postura (em pé/sentados); as emendas deveriam

ser apresentadas por escrito; ao pedido de dez padres, podia-se pôr fim às discussões; para a aprovação, bastava a metade mais um dos votos, sendo abandonado, assim, o princípio da unanimidade moral, seguido em Trento.

O tema da infalibilidade papal entrou fortemente nas discussões, juntamente ao do primado universal de jurisdição. Pretendia-se, com esses dois itens, ressaltar a autoridade do papa, visto como fator de estabilidade e unidade da Igreja ante as agitações causadas pelas transformações modernas. A questão da infalibilidade suscitou bastante polêmica e foi muito criticada tanto durante o concílio como depois dele. Havia no concílio uma minoria que era contra esse dogma, o que criou dificuldades para sua aprovação. Muitos diziam ser essa minoria obstinada em defender posições erradas, mas, para alguns autores, citados por Zagheni (1999, p. 163), ela possuía preparação teológica e sensibilidade aos problemas contemporâneos mais acuradas que as da maioria. Devido ao enrijecimento dessa questão, a minoria decidiu retirar-se do concílio, o que foi um fato não pouco significativo. O primado universal de jurisdição e a infalibilidade foram aprovados, tendo o apoio decisivo de Pio IX para tanto. A infalibilidade, sobretudo, levou tempo para que fosse aceita por todos e foi duramente criticada por teólogos e bispos contrários. O final do concílio foi antecipado pelas agitações da guerra franco-prussiana e pela tomada de Roma pelas tropas italianas.

Nos dois documentos promulgados prevalece um tom dogmático bastante forte, como demonstramos acima. A eclesiologia e a concepção de Revelação do Vaticano I marcaram profundamente a caminhada seguinte da Igreja. Hoje, com a distância temporal, é possível compreender as dificuldades dos padres conciliares em relação aos abalos causados pelo avanço da modernidade. Não cabe julgá-los pelos seus posicionamentos com base em nossa consciência de hoje. Entretanto, conhecer essa história, os textos e consequências que produziram contribui para evoluirmos no que diz respeito a tais posicionamentos.

Homossexualidade Orientações

formativas e pastorais

Ademildo Gomes

e José Trasferetti



A homossexualidade foi o assunto que motivou os autores a elaborar a presente obra, focada nos âmbitos formativo e pastoral. Dividida em três capítulos, ela é excelente ferramenta para que as pessoas inspiradas nos ensinamentos de Cristo entendam a homossexualidade e assim ajudem na construção de uma sociedade comprometida com o respeito e a igualdade entre os indivíduos

Formato: 13,5 cm x 21 cm

Páginas: 192

Cód.: 9788534922135

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

1.2. O Vaticano II: contexto e evento

Após o Concílio Vaticano I, sucedeu-se uma série de crises e embates entre a concepção de Revelação conciliar e a modernidade. Em geral, essas crises eram desencadeadas por correntes de pensamento compostas de personalidades de destaque; intelectuais católicos, inclusive padres; teólogos protestantes, que se preocupavam em abrir e adaptar o cristianismo às exigências filosóficas e históricas do mundo moderno. Para eles, era importante aprofundar o conhecimento da Escritura com os recursos da moderna exegese alemã, que utilizava o método histórico-crítico. A metafísica tradicional também era questionada pela filosofia moderna sob a influência de Kant; propunha-se uma fé subjetiva. O imanentismo vital, capitaneado por Maurice Blondel, sustentava que a fé surge dos sentimentos e das necessidades religiosas do homem, brotando, portanto, de sua experiência interna, onde Deus imanente o inspira, o que se opunha ao ensino tradicional da Igreja, segundo o qual a fé é adesão a verdades recebidas de fora pelo Magistério eclesiástico. Hilaire Bourdon, no livro *The Church and the future (A Igreja e o futuro)*, pronunciava-se contra o sistema de autoridade concentrado na cúria romana e contra a concepção de Igreja como um instituto oficial da verdade. Para ele, a Igreja devia se considerar unicamente uma “escola do amor divino aqui embaixo”, cuja missão era traduzir em fórmulas sempre provisórias as inspirações que a vida divina causa no coração de seus membros. K. Marx formula a clássica afirmação de que “a religião é produto do próprio ser humano e o mantém alienado da verdadeira realidade [...]”. F. Nietzsche reforça ainda mais o discurso em defesa dos bens desta terra, da felicidade terrestre em oposição a uma Igreja tida como inibidora do prazer de viver (Libanio, 2000b, p. 23). Enfim, toda uma série de novas tendências de pensamento de inspiração moderna, pondo em questão interpretações tradicionais, continuou a bater à porta da Igreja, a qual fora fechada à modernidade no Vaticano I e continuaria sendo fechada no período que o seguiu. Os conservadores eram estimulados a se opor a todas essas correntes. Os papas, *grosso*

modo, continuariam condenando a modernidade, divulgando documentos que reprovavam suas proposições e punham obras modernistas no índice de livros proibidos. Criou-se até o juramento chamado “antimodernista”. Pio X, na encíclica *Pascendi*, chamou o modernismo de “a reunião de todas as heresias”.

As mudanças foram bruscas e profundas. A Igreja teve dificuldade em dialogar com elas e por isso reagiu, combatendo-as. Da mesma forma, pessoas que estiveram na linha de frente do novo contexto histórico e racional, por interpretar a Igreja como sufocadora da razão, tiveram posições cada vez mais endurecidas contra ela. Com o passar do tempo, alguns movimentos eclesiais foram se encarregando de uma relação com a modernidade que pouco a pouco propiciou a modificação da postura de condenação e de “decreto” pela abertura ao diálogo. Foram movimentos que prepararam e anteciparam o Vaticano II: os movimentos da nova teologia e da nova exegese, que procuraram assumir alguns princípios da modernidade, dialogar com as ciências e voltar à tradição das fontes bíblicas e patrísticas, recorrendo a novos métodos, histórico-críticos. A Igreja foi se abrindo à questão social e ao mundo operário que havia perdido e deixado “aos cuidados” da revolução socialista apenas. O movimento litúrgico foi desfazendo elementos caducos e supérfluos, renovando a liturgia. O movimento ecumênico, iniciado em campo protestante, começou a ter um engajamento crescente da Igreja Católica. Embora de início um movimento de cunho clerical, o movimento leigo valorizou o empenho dos leigos na evangelização no campo secular, porque a ação lhes requeria formação espiritual e teológica, e assim eles acabaram envolvendo-se em questões que antes eram apenas da hierarquia, trazendo a modernidade para dentro da Igreja e formando a base do Concílio Vaticano II.

Com a eleição de João XXIII, muitas mudanças começaram a tomar corpo. O pontificado anterior, de Pio XII, caracterizado pela consciência de soberania e pela intelectualidade, tinha uma postura bastante ativa e queria dar resposta inquestionável a todos os problemas

modernos. Nas suas alocuções, radiomensagens e encíclicas revelava-se grande abrangência de temas, repercutindo uma ordem a ser transmitida à sociedade pela Igreja com o uso de sua autoridade. Já João XXIII, pela consciência de sua humildade, sem a altura intelectual de seu antecessor, com idade avançada, surpreendeu ao conquistar as pessoas com sua habilidade diplomática, cordialidade, segurança tranquila e grande força intuitiva. Eleito para ser um “papa de transição”, acabou sendo o “papa da transição”, causando grande impacto ao convocar um novo concílio. Sinais de mudança começaram a ser dados com a internacionalização do colégio cardinalício, fortemente italiano e europeu. O papa escolheu pela primeira vez um negro para ser cardeal e iniciou importantes contatos ecumênicos.

Todos os movimentos de mudança anteriores ao Vaticano II, as experiências pastorais e a postura do papa ofereciam o material para a hipótese de um concílio não de mera atualização da centralização da Igreja em torno da cúria romana ou de esforço de unidade interna para que a Igreja se tornasse mais forte num mundo ameaçado por transformações, como queriam os setores mais conservadores, mas, sim, de verdadeira renovação.

Depois do primeiro anúncio, todos os bispos ordinários, as universidades católicas, as faculdades teológicas, as ordens religiosas e algumas personalidades foram convidados a enviar propostas para o programa do futuro concílio. Chegaram mais de 2 mil propostas. As comissões preparatórias, que no Vaticano I foram constituídas apenas por teólogos e canonistas, agora eram compostas de bispos e teólogos meio a meio, aos quais se acrescentaram depois consultores. Foram instalados também secretariados, um para os meios de comunicação social e outro para os contatos com os irmãos separados.

Na bula de convocação, João XXIII aborda as mudanças do mundo, vendo-as de modo otimista, e diz que a Igreja não ficou inerte diante delas, mas “está pronta para enfrentar todos os desafios”, e que o objetivo a ser alcançado com a obra do concílio é a sua renovação (Zagheni,

1999, p. 348). No discurso de abertura, o papa nega as concepções que “só veem nos tempos modernos prevaricação e ruína” e “se comportam como se nada tivessem aprendido da história”; diz que a “história é mestra de vida” e que “a Providência nos está conduzindo para uma nova ordem nas relações humanas” (p. 352). Baseado nessa visão de sereno otimismo, o papa traça em seguida o caminho que o concílio deve percorrer: a atualização da fé, tendo em vista as exigências do mundo (p. 352).

Na abertura, o concílio (realizado entre 1962 e 1965) contou com 2.540 participantes. Os esquemas preparados pela cúria romana, que não atendiam aos anseios de renovação, foram rejeitados. Alguém poderia pensar que o concílio se resumiria a aprovar os esquemas em pouco tempo, mas isso não aconteceu. Dois cardeais questionaram a maneira pela qual as comissões foram constituídas e sugeriram um período de convivência, para que os conciliares se conhecessem mais e assim constituíssem as comissões de maneira melhor, o que foi aceito pelo papa. Pela primeira vez na história, “os peritos” foram ouvidos na elaboração dos textos conciliares, trazendo consigo imensa riqueza de tradições e culturas. Esses peritos, também chamados de consultores teológicos, que não tinham direito a voto, exerceram grande influência no Vaticano II.

Entre a primeira seção e a segunda, faleceu o papa João XXIII. As seções seguintes foram convocadas e presididas pelo novo papa, Paulo VI. Ele procedeu a certa modificação de rota no concílio, concentrando-o na eclesiologia, na necessidade de a Igreja dar nova definição de si, com esforço pela unidade de todos os cristãos, em colóquio com o mundo contemporâneo e a serviço dele, mantendo também, portanto, os anseios de renovação que marcaram a intenção de João XXIII ao convocar o concílio. A concentração na eclesiologia a fez perpassar não só os documentos conciliares especificamente dedicados a ela, mas todos os documentos.

O Vaticano II acentuou a importância da colegialidade episcopal liderada pelo sucessor de Pedro e instituiu o sínodo dos bispos, além

de favorecer e criar diversas instâncias de colegialidade, seja entre os membros da hierarquia, seja entre eles e os leigos. Foi muito significativa a iniciativa de, na constituição dogmática sobre a Igreja, a *Lumen Gentium*, abordar em primeiro lugar “o povo de Deus” para só então abordar a hierarquia, ressaltando que esta faz parte do povo de Deus e evitando assim a dicotomia hierarquia-leigos. Também na *Gaudium et Spes* a Igreja não mais apenas se reconhece como docente, mas se põe em atitude de abertura para aprender com o mundo e com sua evolução. Na aprovação dos documentos conciliares primou-se pela unanimidade moral e não pela maioria simples.

O discurso de encerramento, feito por Paulo VI, revelou-se lapidar síntese do Vaticano II. Diz que o amor para com a humanidade penetrou totalmente o concílio; fala do esforço conciliar em dialogar com o homem moderno, fazendo rica síntese da antropologia moderna, cujo ponto culminante é o juízo de que o humanismo leigo desafiou o concílio, mas neste

a religião do Deus que se fez homem se encontrou com a religião do homem que se faz Deus. O que aconteceu então? Um desencontro? Uma luta, um anátema? Podia ser, mas não ocorreu. A antiga história do samaritano foi o paradigma da espiritualidade do concílio. Uma simpatia envolveu-o por inteiro. A descoberta das necessidades humanas absorveu a atenção do nosso sínodo (Vaticano II, 1997, p. 668-669).

1.3. Comparação, transformações e avanços

Tanto nos trechos de documentos dos dois concílios como no breve panorama da preparação e do desenrolar de ambos, percebe-se a evolução entre um e outro no sentido de abertura ao diálogo, à participação, à comunhão na acolhida da Revelação e na sua comunicação à humanidade.

Se no Concílio Vaticano I e em sua preparação prevaleceu um clima de embate com a modernidade, o clima dominante no segundo concílio do Vaticano, desde a convocação, foi, nas palavras de João XXIII, de otimismo

e abertura ao diálogo. A consulta anterior ao concílio, no caso do Vaticano I, foi restrita a 40 bispos e cardeais; no Vaticano II, foi ampla, aberta a todos os bispos, faculdades de teologia, teólogos e superiores de ordens. As comissões preparatórias tiveram maior diversidade, e o desenrolar do concílio foi todo mais participativo. Se no primeiro concílio ressaltou-se a preocupação com uma autoridade verticalizada que desse segurança diante dos abalos da modernidade, o que se evidencia na proclamação da infalibilidade papal e no primado universal de jurisdição, no segundo buscou-se a colegialidade em vários níveis. Neste houve maior abertura ecumênica e à opinião pública, com disposição de aprender da história, buscando ouvir, discernir e interpretar as linguagens do tempo presente a fim de comunicar a Revelação divina de modo mais convincente, e não apenas proclamar “verdades” a serem acatadas por simples obrigação. Todas essas disposições e propensões se refletem nos documentos de ambos os concílios, dos quais pudemos ver alguns trechos significativos no início deste artigo. Nos documentos do Vaticano I há um tom impositivo e de decreto, enquanto nos do Vaticano II não se compreende Deus se impondo e obrigando a aceitação de Verdades concebidas de forma hermética, mas se diz que “o Pai vem amorosamente ao encontro de seus filhos a conversar com eles”. Os documentos do segundo concílio anunciam que cresce o conhecimento sobre as verdades da fé, que a Igreja busca sempre maior inteligibilidade para apresentá-las e caminha continuamente para a plenitude da verdade, o que é um passo gigantesco em relação à concepção de Revelação como algo completo desde sempre e que deve ser mantido imutavelmente “ontem e hoje”. Essas características dos documentos de ambos os concílios podem ser observadas de forma sintética nos trechos em *itálico* nas citações do início do artigo.

Nos dois concílios, em sua preparação, desenvolvimento e documentos, estão subjacentes duas formas de comunicação eclesial – no sentido amplo de comunicação e não apenas

no que diz respeito ao uso de tecnologias – que podem ser mais bem interpretadas com o auxílio de duas teorias paradigmáticas da comunicação, que veremos a seguir.

2. Duas concepções de comunicação diferentes

2.1. A teoria matemática da comunicação (W. Weaver)

A teoria matemática (Cohn, 1971, p. 25-38) resume uma compreensão “clássica” de comunicação e se assemelha às formas de compreender a Revelação e comunicá-la à humanidade encampadas pelo Concílio Vaticano I. Essa teoria parte dos elementos que tradicionalmente são considerados quando se fala de comunicação: emissor, mensagem, canal, receptor, possibilidade de ruído. O emissor tem o poder e a liberdade de definir uma mensagem, transforma-a em código e envia-a ao receptor, usando um canal. O receptor decodifica a mensagem recebida. Como indicado no início, muitas outras teorias da comunicação são convergentes com esse modelo básico.

Dentro desse esquema, concebiam-se três níveis de problemas:

- técnicos, que se referem à precisão na transferência da informação;
- semânticos, que se referem à interpretação do significado pelo receptor, comparada ao significado pretendido pelo emissor;
- os de influência, que se referem ao êxito em, por meio do significado transmitido ao receptor, provocar a conduta desejada pelo emissor.

O problema a que se dá maior importância é o “ruído”: na transmissão da mensagem, pode ocorrer que certas coisas não pretendidas pelo emissor sejam acrescentadas ao sinal. As distorções, “equivocos”, ruídos, “erros”, “material estranho”, podem causar efeitos não desejados pelo emissor. Esses “ruídos” podem ser distorção de som ou imagem, erros de transmissão e na interpretação. Segundo o teorema central dessa teoria, o emissor eficiente procura reduzir ao máximo

a quantidade de ruído. Sua capacidade de informação e transmissão deve ser superior às incertezas causadas pelos ruídos e às incertezas existentes na escolha da mensagem a ser comunicada. Trata-se de concepção linear e unidirecional de comunicação. A mensagem é concebida como um pacote fechado que vai do emissor ao receptor, ao qual cabe passivamente apenas receber e abrir o pacote; o que ocorrer além e aquém disso é concebido como ruído e erro.

2.2. A teoria da ação comunicativa (Habermas)

Entre a teoria da ação comunicativa e a concepção de Revelação do Concílio Vaticano II podem-se estabelecer muitas relações, como veremos mais à frente. A tese central da teoria afirma que “com a primeira proposição se expressa, inequivocamente, a intenção de um consenso comum e sem restrições”. Com essa teoria, Habermas defende como objetivo de todo ato de fala, dentro de um modelo ideal de comunicação, a obtenção de um acordo ou entendimento. Na comunicação existem dois polos, dois sujeitos que, com base na argumentação, formam um círculo de discussão, tendendo ao entendimento. Para que se chegue a isso, é necessário o reconhecimento recíproco das pretensões de validade para a argumentação, a saber: que o enunciado feito é *verdadeiro*; que a interação é *correta* com relação a um contexto normativo em vigor; que a expressão proferida é *veraz*; que o sistema simbólico usado é *inteligível*. Essas pretensões são condições de possibilidade para a discussão. Isso significa que o proponente pode mostrar que o que diz é digno de reconhecimento. Se o for, ele tem eficiência comunicativa e força argumentativa. A racionalidade da ação comunicativa se baseia assim em atos de fala que levantam pretensões de validade que podem ser criticadas e fundamentadas sob a força do melhor argumento. Quem deseja se entender não pode negar as condições de possibilidade da fala do outro, pois, ao negá-las, já está negando a sua própria fala; o entendimento é inegável para quem participa da fala de alguma maneira.

Para Habermas, a racionalidade é comunicativa. Nas relações pessoais fundadas em argumentos válidos produzem-se entendimentos, que assim são considerados verdade. Essa racionalidade comunicativa tem por base a força do melhor argumento, “a coação sem coações”, e não a coação da força ou do poder, por exemplo. A força de um ato de fala aceitável consiste em poder mover o ouvinte a confiar no que está sendo dito e interagir para um consenso, levantando argumentos nos quais seu interlocutor possa também confiar. A justificação dos argumentos e seu reconhecimento podem ser assegurados na práxis cotidiana pelo conjunto de convicções difusas e de esquemas de conhecimento que constituem o “mundo da vida”: consenso ou tessitura de fundo, horizonte de convicções constituídas que servem de base para evitar o dissenso; saber implícito universal, amplamente formado por modelos consentidos de interpretação, lealdades e práticas. Os sucessivos entendimentos alcançados nas ações comunicativas vão se sedimentando no mundo da vida, formando um entrelaçamento de temas e de ações em espaços sociais e épocas históricas, uma rede de interação.

Habermas distingue a ação comunicativa discursiva dos atos de fala que ele chama de “estratégicos”, nos quais a ação passa a ser coordenada por meios extralinguísticos – por exemplo, a ameaça do poder. O uso estratégico da comunicação, segundo ele, é um uso “parasitário” da ação comunicativa argumentativa, porque não tem pretensão de validade voltada ao entendimento, mas tem um *status* derivado dela no qual um dos lados impõe resultados por força não argumentativa. Por exemplo, quando um assaltante diz “mãos ao alto!”, apontando uma arma. Nesse caso, ele supõe entendimento, mas não da mesma natureza da racionalidade comunicativa. Na perspectiva de falantes e ouvintes da teoria da ação comunicativa, um acordo não pode ser imposto de fora nem ser forçado por uma das partes, seja por meio de intervenção direta ou indireta, seja por meio de influência calculada, gratificação, ameaça, sugestão ou engano.

Na dinâmica dessa teoria, todos os falantes sabem que todo acordo historicamente obtido é contingente, pode ser enganoso, de forma que pode ser superado historicamente. Entretanto, o mundo da vida, conforme dito antes, é o contexto onde os falantes se movem, que, além de horizonte, exerce a função de reservatório cultural, no qual são conservados os resultados das elaborações históricas realizadas pelos processos de comunicação. Nesse sentido, ele armazena o trabalho de interpretação feito pelas gerações anteriores, que constitui uma provisão de saber que não só fornece convicções de fundo admitidas e compartilhadas, algo fundamental para a ação comunicativa, mas é também “o contraposto conservador contra o risco de discordância que surge em todo processo de entendimento atual”. Esse reservatório cultural se renova mediante a reprodução cultural que permite a continuidade e o crescimento do saber. Assim, as estruturas simbólicas do mundo da vida se reproduzem pela ação comunicativa, que se estende pela continuidade da *tradição* [grifo nosso] e da coerência do saber válido.

2.3. Comparações, superações e avanços

A diferença principal entre esses dois paradigmas de comunicação é que o primeiro prevê um emissor e um receptor, numa concepção linear, unilateral, na qual o receptor é bastante passivo, ao passo que o paradigma da ação comunicativa propõe uma concepção circular, no qual ambos podem ser emissores e receptores e a nenhum dos dois fica reservada uma atitude passiva. A mensagem, que no primeiro é escolhida pelo emissor, em sua liberdade e poder, no segundo é fruto da relação e do consenso entre ambos, pois o ouvinte pode criticar, refutar, transformar o primeiro ato de fala. Se, na teoria mais clássica, uma interpretação diferente da pretendida pelo emissor era considerada ruído, erro, distorção, no segundo paradigma pode ser considerada argumento válido que se direciona à produção de um acordo. A tese da teoria matemática, à luz da teoria da ação comunicativa, pode ser classificada não como ação comunicativa,

mas como o que Habermas denomina ação estratégica, na qual se pretende causar um efeito no receptor e se espera que ele seja capaz de decodificar o que o emissor quis dizer. Na perspectiva de Habermas, o proponente tem de mostrar a força de seus argumentos e também deve reconhecer os contra-argumentos, que não são considerados erros se demonstrarem suas condições de validade.

A nosso ver, o segundo modelo não apagou o primeiro: ambos coexistem no mundo da comunicação, assim como as concepções do Vaticano I e do Vaticano II coexistem na Igreja. Entretanto, houve notável evolução do primeiro para o segundo, e os dois modelos interagem em forma de racionalidade comunicativa. Como foi dito no início, há forte tendência à interatividade na comunicação; todo emissor competente leva em consideração os argumentos dos ouvintes para construir suas mensagens e procura conhecer esses argumentos por meio de pesquisas estatísticas e discursivas, bem como por meio do conhecimento da sociologia e da psicologia de seu público. Muitos meios de comunicação têm canais diretos de interatividade; em algumas novas mídias, todos podem ser receptores e emissores, como na *web*. Permanece intenso, contudo, o poder de determinados emissores, que têm muita força sobre a constituição da mensagem – alterando-a segundo as próprias concepções e ideologias, enfatizando alguns temas e ocultando outros – e procuram causar efeitos na audiência, o que, em grande parte, conseguem, sobretudo por causa da concentração da comunicação em poucas mãos. De todo modo, a interatividade e a racionalidade comunicativa são crescentes, e emergem vozes dissonantes, algo impulsionado pela internet. Além disso, a tendência geral na sociedade de hoje é simplesmente não aceitar argumentos que não preencham condições de validade e de reconhecimento perante a racionalidade.

A comunidade ideal de comunicação, conforme concebida por Habermas, pode ser considerada utópica, mas é exigência fundamental de qualidade para todo agente de comunicação (incluindo as relações inter-

personais) que pretende obter competência e eficácia, particularmente para os que assumem posturas éticas voltadas ao desenvolvimento da racionalidade e da humanidade.

CONCLUSÃO: INTERFACES ENTRE OS PARADIGMAS DE REVELAÇÃO E OS PARADIGMAS COMUNICACIONAIS ABORDADOS

Como já mencionado, podem-se estabelecer bastantes relações entre o Vaticano I e a teoria matemática da comunicação e o Vaticano II e a teoria da ação comunicativa. No Vaticano I, pensou-se a Revelação como uma relação emissor-receptor, na qual o primeiro tinha poder sobre o segundo. A Igreja e o Magistério, como representantes do poder divino, proclamavam as verdades da fé, que deviam ser cridas e aceitas sem questionamento racional, bastando decodificar o que era afirmado. Em outras palavras, a Revelação valia pela autoridade/poder de Deus e da Igreja, e não pela inteligibilidade dos argumentos. A força da argumentação e seu reconhecimento se davam pela fé, e não pela racionalidade. Deus era concebido como um *supraemissor*, com o qual não cabia aos receptores interagir. A Igreja, como sua representante, compreendia-se como guardiã do depósito da fé, a fim de mantê-lo imutável. A manutenção de sentido não era considerada em termos de interação com os argumentos das novas racionalidades. Qualquer argumento contrário ou recepção diferente do previsto eram considerados como os ruídos da teoria matemática da comunicação. Esses ruídos, no Vaticano I, eram os “erros modernos”; a modernidade como mãe de todas as heresias. A Igreja se preocupava em diminuir tais ruídos, assim como o emissor que, na teoria matemática, queria procurar a máxima eficiência da comunicação, diminuindo os ruídos. Tratava-se de um modelo de Revelação linear, unidirecional, no qual o ser humano era concebido como passivo e totalmente dependente da revelação sobrenatural. Entretanto, o ser humano moderno ansiava, no dizer de Kant, pelo fim da “minoridade” a que fora submetido, ou seja, pelo uso de

sua razão e capacidade de agir sem tutela de outrem.

A concepção de Revelação do Vaticano II tem aspectos de circularidade e interatividade (como a racionalidade comunicativa). O receptor (fiel, ser humano) é elevado à condição de sujeito que interage com o Sujeito que se revela, Deus, que “conversa amorosamente” com o ser humano, como amigo. A Igreja também se coloca sob a palavra de Deus e não como autoridade inquestionável, mas como ponto de referência no diálogo com o Criador. A mensagem não é imposta pela força da autoridade, mas deve valer pela força dos argumentos; por isso a Igreja “esforça-se, guiada pelo Espírito Santo, por conseguir sempre inteligência mais profunda” (DV 23) da Revelação e para tanto exorta os teólogos e exegetas. Deus não se impõe nem condena, mas se propõe e deseja a realização do ser humano e de sua racionalidade. Os argumentos contrários, antes tidos como ruídos, erros, podem passar a entrar em debate com os argumentos dos biblistas e teólogos e de todo o gênero humano, chegando ao que Habermas chama de acordo ou entendimento, que doravante pode ser considerado a mensagem da Revelação. Assim como, na teoria de Habermas, o falante precisa mostrar que seu argumento é digno de reconhecimento e dar sua fundamentação, a evolução da Igreja com o Vaticano II atualiza aquilo que está contido na primeira carta de Pedro 3,15: “o cristão deve estar pronto para dar as razões de sua fé”.

Entretanto, como já foi lembrado, Vaticano I e Vaticano II coexistem na Igreja. Um concílio não nega o outro, mas eles se somam. Negativo e contraproducente para hoje seria fazer prevalecer conteúdos e posturas do Vaticano I sem levar em consideração o Vaticano II e vice-versa. Pois, se Deus conversa amorosamente com seus filhos e se, em Cristo, Deus veio ao encontro do ser humano, fazendo-se igual a ele, o homem moderno, mesmo procurando argumentativamente a máxima inteligibilidade da Revelação, segundo sua razão imanente, não pode perder de vista que Deus é transcen-

dente, o ultrapassa e não pode ser abarcado como simples objeto de estudo racional.

Do mesmo modo, a aplicação da forma de comunicação argumentativa não significa que se deve eliminar a tradição da Igreja. Pelo contrário, como vimos na seção 2, a tradição em geral e, no nosso caso, a tradição eclesial são o “mundo da vida”, conforme descrito por Habermas, a base onde se sustentam os argumentos. Embora todo consenso alcançável seja superável historicamente, a tradição permanece como “reservatório cultural”, como a tessitura de fundo na qual os falantes se movem e na qual são conservados os resultados das elaborações históricas realizadas pelos processos de ação comunicativa anteriores. Esse mundo da vida, a tradição, armazenando as interpretações de outras épocas, fornece o saber necessário como base do diálogo e não é estático, mas se renova por meio da reprodução cultural, do constante diálogo, que permite a continuidade e o crescimento do saber, assim como, no Vaticano II, se concebe a Revelação em progresso: “essa tradição, que se origina dos apóstolos, progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo [...]. A Igreja, no decurso dos séculos, caminha continuamente para a plenitude da verdade divina, até que nela se realizem as palavras de Deus” (DV 8). Nesse sentido, dizer que os entendimentos de cada época são contingentes não é heresia, pois a superação e a evolução de entendimentos passados são avanço rumo à “plenitude da verdade divina” (o que Queiruga chama de *maiêutica histórica*). Se, na encarnação, Cristo constitui a plenitude da Revelação, nós não conseguimos abarcá-la plenamente em nenhuma época e caminhamos rumo a essa plenitude, que se realizará quando “Deus for tudo em todos”. O fundamento, a essência da fé cristã, é a pessoa de Cristo, e não uma teoria ou conjunto de fórmulas conteudísticas de determinada época, fechadas a qualquer evolução. Já dizia São Paulo: “Quanto ao fundamento, ninguém pode pôr outro diverso do que foi posto: Jesus Cristo” (1Cor 3,11). Depois desse fundamento podem vir, segundo

o apóstolo, construções diversas, feitas em madeira, palha, ouro etc. A precedência é da pessoa de Cristo, e não de um conjunto de conteúdos. O encontro com Cristo, que se encarnou em determinado contexto histórico e cultural, passa por sua “encarnação”, por meio do diálogo, nos diversos contextos históricos e culturais.

Toda a história da salvação narrada na Escritura foi esse progresso a partir das concepções históricas de Deus e das novas situações que se apresentavam ao povo. No livro *Etapas pré-cristãs da descoberta de Deus*, J. L. Segundo e J. P. Sanches mostram justamente isso, ao falarem de quatro etapas nas quais houve uma evolução na descoberta de Deus, uma partindo da outra, enriquecendo-se mais, sendo Cristo o coroamento de todas elas, verdadeira maiêutica (parto) histórica; parto esse que continuamos a realizar ainda hoje, procurando compreender sempre melhor a plenitude da Revelação que é Cristo. Com sua encarnação, Deus quis de fato inserir a história do ser humano no interior da Trindade. Já Teófilo de Antioquia, o primeiro no Oriente a esboçar a compreensão da Trindade, a relacionava ao ser humano e sua história. Santo Ireneu, citado por Sesboüé e Wolinski (2002, p. 142), segue a mesma linha:

A profissão de fé de Ireneu se inscreve na linha de uma recusa e de uma escolha, constitutivas da fé cristã: a recusa de um deus estranho à história e sem história, e a escolha de um Deus presente na história, tendo ele próprio uma história por causa de seu Verbo desde sempre presente no gênero humano. Esse Deus, que dirige a história para conduzi-la à salvação, ao mesmo tempo sofre a história, ao ter feito a opção de se humanizar, por oposição ao outro Deus que se oculta e recusa a responsabilidade pelo mundo e seus sofrimentos. “A relação do Pai com o Filho que se estabelece na história, e que Ireneu chama de economia, introduz a história no interior de Deus por causa da imanência do Verbo no tempo do homem” (Sesboüé e Wolinski, 2002, p. 142).

Partindo desse pensamento de Ireneu, Sesboüé constata, então, que não só a concepção de Deus se altera com a história, mas o próprio Deus quis se fazer história e se deixar alterar pela história humana por meio da encarnação, algo muito distinto do deus essência imutável e motor imóvel da filosofia grega. Mais adiante, Sesboüé diz, também fundamentado em Ireneu, que o homem é chamado a se adaptar progressivamente a Deus. Mas o próprio Deus, no Verbo, adapta-se ao homem e aprende a habitar nele. Nesse sentido, se o próprio Deus quis se fazer história e se deixar afetar por ela, e quis se adaptar ao homem e quer que o homem se adapte a ele, o anseio por uma evolução histórica e cultural das verdades da fé, dos dogmas, não significa querer deturpá-los ou destruí-los, mas querer evitar a “hemorragia de sentido” (G. Widmer citado por Sesboüé e Wolinski, 2002, p. 216) que os dogmas podem sofrer em contextos históricos e culturais diferentes e renovados.

Vale ressaltar que a autonomia, a liberdade e a subjetividade humanas, convidadas a dialogar com a Revelação, se empobrecem se fechadas sobre si. A valorização delas na constituição da Revelação prevê sua grandeza na abertura ilimitada a Deus e aos outros seres humanos (Barreiro, 2001, p. 41). Portanto, a subjetividade se enriquece enquanto for compreendida como teia de relações e não como indivíduos fechados sobre si.

A Revelação pode ser experimentada como interpelação e diálogo entre dois sujeitos, Deus e o homem, sem que Deus seja diminuído e sem que o homem seja achatado, posto em situação de total dependência ou inteiramente sujeitado à “verdade incriada”, pois Deus, segundo a compreensão dele que já conseguimos atingir, não quer sujeitar ninguém, mas “conversar amorosamente” com todos.

Portanto, já não faz sentido apresentar a Revelação como um pacote fechado, pronto, para ser repetido e decorado sem que se faça uma experiência verdadeira dela. A comunicação na Igreja, para ser eficaz, não se deve limitar apenas ao uso de tecnologias ou à

criação de grupos especificamente dedicados à pastoral da comunicação. Ela passa pelos elementos apontados ao longo deste artigo, pela concepção de Deus e de Revelação que se tem, pelas posturas da instituição, das autoridades, das lideranças. Passa pela aplicação da racionalidade comunicativa na constituição dos discursos, documentos, diretrizes, planos de pastoral em geral e nas decisões em todas as instâncias, desde as macroeclesiais até as paróquias, as congregações, os pequenos grupos de pastoral. Tudo isso também é comunicação, e não apenas o boletim paroquial, o programa de rádio ou de TV. Usar as mais novas e potentes tecnologias para transmitir comunicados em forma de “decretos”, de pacotes fechados que sejam os mesmos “ontem e hoje”, que não levem em consideração a opinião pública, o senso comum dos fiéis, seus argumentos e anseios de participar na constituição dos seus conteúdos, pode até produzir alguns efeitos. Mas certamente serão menores do que se o uso dessas tecnologias for imbuído de autêntico desejo de interagir com o público, fazendo-o também participante da mensagem e não mero espectador.

BIBLIOGRAFIA

AUBERT, R. *La crisis modernista*. In: JEDIN, Hubert (Org.). *Manual de historia de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 1988. t. 8.

BARREIRO, Álvaro. *Igreja, povo santo e pecador: estudo sobre a dimensão eclesial, a santidade e o pecado na Igreja, a crítica e a fidelidade à Igreja*. São Paulo: Loyola, 2001.

COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

HERRERO, Xavier. Habermas ou a dialética da razão. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 33, p. 15-36, 1985.

_____. Racionalidade comunicativa e modernidade. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 37, p. 13-32, 1986.

LIBANIO, João Batista. *Eu creio, nós cremos: tratado da fé*. São Paulo: Loyola, 2000a.

_____. *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000b.

_____. *Teologia da Revelação a partir da modernidade*. São Paulo: Loyola, 1992.

PIERRARD, P. *História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1983.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *A revelação de Deus na realização humana*. São Paulo: Paulus, 1995.

SEGUNDO, J. L.; SANCHES, J. P. *As etapas pré-cristãs da descoberta de Deus: uma chave para a análise do cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 1968.

SESBOÜÉ, B.; WOLINSKI, J. *O Deus da salvação*. São Paulo: Loyola, 2002.

TAVARD, G. H. *A Igreja, comunidade de salvação: uma eclesologia ecumênica*. São Paulo: Paulus, 1998.

VATICANO I. Constituição dogmática Dei Filius. In: DEZINGER, Heinrich; HUNERMANN, Peter. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Loyola: Paulinas, 2007.

VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997.

ZAGHENI, Guido. *A idade contemporânea: curso de história da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1999. v. 4.

Notas:

1. Habermas explicita esta teoria em livro homônimo, estudado aqui a partir de Herrero (1985, 1986).
2. Habermas citado por HERRERO, Xavier. Racionalidade comunicativa e modernidade. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 37, p. 21, 1986.

Suplementos Especiais O DOMINGO

Modernos, coloridos e bem organizados, os suplementos especiais de *O Domingo* apresentam uma proposta de oração eucarística e cantos adequados para animar as comunidades cristãs em seus momentos de celebração eucarística especial.

Missa da Confirmação

Celebração do Casamento Sem Missa

Celebração do Batismo

Missa do Coração de Jesus

Celebração da Reconciliação

Missa dos Enfermos

Missa da Primeira Comunhão

Missa de Casamento

Missa de Formatura

Missa de Bodas de Casamento

Missa do Padroeiro

Missa de 15 Anos

Missa de Nossa Senhora

Missa de Ação de Graças

Missa da Esperança

Vigília Exequial

Celebração: Dízimo é Partilha

Aniversário de Ordenação Sacerdotal

Missa com Encarcerados



Vendas pelo telefone:
(11) 3789-4000 (Grande São Paulo)
0800-164011 (outras localidades)

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



A PASTORAL EM NOVAS PERSPECTIVAS III: ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA E PERSPECTIVAS PASTORAIS¹

Pe. Nicolau João Bakker, svd*

INTRODUÇÃO

Observamos na introdução ao tema em foco (*Vida Pastoral*, n. 278/2011) que a ação pastoral da Igreja se alimenta de três fontes: a cosmovisão da época, a espiritualidade e a perspectiva política de futuro. Da cosmovisão da época e suas perspectivas pastorais tratamos no n. 279/2011. Da perspectiva política trataremos no próximo número. Nossa intenção agora é tratar da espiritualidade e sua íntima relação com a ação pastoral. Já alertamos para o fato da estreita interligação entre as três fontes. São como três córregos que formam um único riacho. A cosmovisão da época, sendo a geradora de sentido, é decisiva. Definindo-a como “determinado modo de conceber Deus, o mundo e a própria existência individual e coletiva”, já podemos perceber que a espiritualidade não é anterior à cosmovisão, embora a influencie. Ela nasce da cosmovisão da época, inspira-se nela e sustenta-se nela.

Dissemos que cada cosmovisão possui a sua própria “lógica”. No assim chamado mundo ocidental, as três lógicas, das cosmovisões teológica, antropológica e ecológica, foram sucessivas, porém sem divisórias muito rigorosas. Se uma lógica, um modo de pensar, é dominante, isso não significa que sufoca totalmente as outras. Dependendo das diferentes culturas ou dos diferentes segmentos populacionais em uma mesma cultura, as três lógicas estarão mais ou menos presentes. O

que devemos perceber melhor agora é que a cada cosmovisão corresponde também uma espiritualidade própria, e esta, por sua vez, traz novas e significativas perspectivas para a ação pastoral.

A lógica de cada cosmovisão constitui, até certo ponto, uma “camisa de força” da qual é difícil escapar. Por isso, as espiritualidades que as acompanham não mudam facilmente. E quando uma espiritualidade já não satisfaz, leva tempo para surgir outra melhor. Hoje, na teologia, existe certo consenso em que as grandes mudanças que arrastam a população em direção a algo novo não provêm de novas doutrinas, por mais corretas ou belas que sejam. Algo deve tocar no interior das pessoas. Apenas uma nova “mística” abre caminhos novos. E isso tem tudo a ver com espiritualidade. Vejamos isso mais de perto.

* Missionário do Verbo Divino, svd, sacerdote, formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Atuou sempre na pastoral prática: na pastoral rural; na pastoral urbana, em São Paulo; e como educador no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo-SP, coordenando o programa de formação de lideranças eclesiais e o de combate à violência urbana. Lecionou Teologia Pastoral no Itesp (Instituto de Teologia de São Paulo). De 2000 a 2008, foi auxiliar na pastoral e vereador, pelo PT, no município de Holambra-SP. Representa a CRB no Conselho Estadual de Proteção a Testemunhas (Provita-SP). Atualmente, atua na pastoral paroquial de Diadema-SP. Além de cartilhas populares, publicou diversos artigos na REB.

1. ESPIRITUALIDADE NA COSMOVISÃO TEOLÓGICA

1.1. *Uma espiritualidade baseada na conversão*

Os quase 4 mil anos de tradição judaico-cristã, fundamentada numa fé em que Deus se comunica diretamente com o povo, deram ao mundo ocidental cristão profunda consciência de “um só Deus, um só povo eleito, um só Pastor e um só rebanho”. O que essa “teo-lógica” impõe em primeiro lugar é a espiritualidade da conversão. Antes de tudo, uma conversão pessoal: ouvir a Palavra revelada e aderir a ela de corpo e alma. Nessa tradição, o Deus que fala é um Deus que salva. Ele vem para libertar e salvar, porém há mandamentos a cumprir. Converter-se a esse Deus significa acolher os seus mandamentos. Surge uma espécie de acordo amigável: quem os cumpre com fidelidade será salvo; quem não os cumpre será condenado. Especialmente nos profetas, essa concepção de povo eleito é alargada, e Jesus declarará superada a barreira étnica, mas fica de pé a incondicional fidelidade ao Deus da nova aliança. Impõe-se a fidelidade a um “novo mandamento” (Jo 13,34).

1.2. *Uma espiritualidade de missão*

Essa espiritualidade da conversão vem acompanhada de sua irmã gêmea, a espiritualidade da missão. Como os infiéis são, para sempre, excluídos da salvação, o amor cristão exige, antes de tudo, o compromisso de salvá-los. Nossa sensibilidade moderna já nos tornou incapazes de medir com exata medida a urgência e o alcance dessa convicção do dever missionário. Na cosmovisão teológica, trata-se de ordem expressa do próprio Deus, o que facilmente dará origem a diversas formas de fundamentalismo. Podemos observá-las nas duras “disputas ideológicas” entre irmãos e irmãs de uma mesma Igreja ou nas odiosas tentativas de “converter” irmãos e irmãs de outras denominações cristãs. A ordem expressa: “Ide pelo mundo” (Mc 16,15) fez que os primeiros cristãos se lançassem império romano adentro, e esse elã missionário nunca mais

parou. Uma vez descoberto um novo mundo, missionários e missionárias serão presença constante nos navios intercontinentais. O padroeiro dos missionários, são Francisco Xavier (†1552), exprimindo a espiritualidade missionária da cosmovisão teológica, ainda pôde anunciar aos aflitos japoneses que seus antepassados não batizados com certeza foram todos condenados ao inferno. E até em passado recente foi com essa espiritualidade missionária que a Igreja Católica e as protestantes buscaram converter os povos indígenas do Brasil.

2. ESPIRITUALIDADE NA COSMOVISÃO ANTROPOLÓGICA

2.1. *Uma espiritualidade de “fidelidade à doutrina”*

Com a mudança da cosmovisão teológica para a cosmovisão antropológica a partir do século XVI, também a espiritualidade do mundo cristão passa por mudanças profundas. Podemos dizer que a cosmovisão antropológica fez que a espiritualidade tradicional se dividisse em duas vertentes: uma de “fidelidade à doutrina” e outra de “fidelidade ao Espírito”. Conversão e missão não são dispensadas, mas, na ânsia de preservar a glória da cristandade medieval contra as ameaças do protestantismo e da modernidade, o foco central da espiritualidade se desloca cada vez mais para a “fidelidade à doutrina”. A grande síntese da fé cristã elaborada por santo Tomás de Aquino (†1274) será chamada de “teologia escolástica”, que – exatamente por sintetizar a racionalidade grega com a Tradição e com a teologia dogmática da Igreja até aquele momento – terá um caráter oficial. Roma tentará guiar a Igreja com base nessa doutrina – com inabalável firmeza – praticamente até os nossos dias. No século XIX surgirá uma neoescolástica, que procura adaptar a escolástica tradicional às vertentes filosóficas da modernidade. A encíclica *Aeterni Patris* (1879), do papa Leão XIII, abriu até algum espaço para isso, mas em geral a relação dessa nova teologia com Roma será extremamente tensa.

Não se pode negar que fidelidade à doutrina faz parte do que existe de mais sagrado na tradição judaico-cristã. Para os profetas e para Jesus, a fidelidade à doutrina significava, antes de tudo, fidelidade à Aliança. Quando um farisaísmo legalista toma conta da nação, Jesus a comparará a uma figueira seca (Mt 21,18-22). Ao derrubar as mesas do Templo e declarar que dele não ficaria pedra sobre pedra, Jesus demonstrou sua indignação não com a doutrina em si, mas com uma *endoutrinação* farisaica que perdeu o espírito da Aliança (Mt 21,12-13). O cristianismo não deixará de sofrer as mesmas tentações sempre de novo. Desde muito cedo, com visibilidade já nos relatos neotestamentários, a preocupação com a doutrina verdadeira se manifesta no interminável combate às heresias. No auge da cosmovisão teológica, ainda em plena Idade Média, ela dará origem ao que, despididamente, foi chamado de “Santa” Inquisição. O papa Gregório IX (†1241) contará com os religiosos, especialmente com os dominicanos, para cuidar dessa tarefa. Com alguma boa vontade podemos dizer que, com as “ameaças” do protestantismo e do modernismo, a insistência na “fidelidade à doutrina” se torna até uma consequência natural das circunstâncias. Dentro da cosmovisão teológica, a defesa da “verdade única” não podia mesmo deixar de ser prioridade absoluta. Mas, quando o amor à verdade se transforma em dogmatismo repetitivo – como vimos no artigo anterior –, a espiritualidade que dele nasce não tem futuro. Na verdade, já nasce morta.

2.2. Uma espiritualidade de “fidelidade ao Espírito”

Paralelamente à espiritualidade de fidelidade à doutrina, encontramos na cosmovisão antropológica a volta a uma das espiritualidades originais do cristianismo: a “fidelidade ao Espírito”. “Viver no Espírito” é o que Jesus pede aos seus discípulos (Jo 14,16). Paulo também o pede aos primeiros cristãos de Roma (Rm 8). Deixar o Espírito de lado e confiar mais na fidelidade às doutrinas e às leis é a eterna tentação do Templo. Os historiadores da Igreja costu-

A Igreja e seus ministros

Uma teologia do ministério ordenado

Francisco Taborda, SJ



Fala-se muito em crise do ministério ordenado e procuram-se suas causas. Este livro não pretende falar de crise nem lhe apresentar soluções, mas construir uma compreensão do ministério ordenado que se radique no Evangelho e na tradição e liturgia da Igreja. Lançamento da coleção Teologia Sistemática.

Páginas: 328
Cód.: 9788534926058

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



mam apresentar a “conversão” do imperador Constantino (†337), que deu ao cristianismo o apoio público da lei, como um mecanismo poderoso que mais prejudicou do que ajudou a espiritualidade da jovem Igreja. Muitos outros exemplos podem ser encontrados facilmente. Hoje ninguém mais põe em dúvida o equívoco do Concílio de Toulouse (1229), que proibiu aos leigos a leitura da Bíblia.

Os fundadores do protestantismo sacudiram as portas do Vaticano, clamando por fidelidade maior ao Espírito e à palavra de Deus do que aos dogmas, mas o diálogo já estava muito difícil. Com o Concílio de Trento (1545-1563), as portas do Vaticano se fecharam ainda mais. A doutrina católica é transformada num catecismo universal obrigatório, e o povo cristão o decora fielmente. Com a introdução do modelo ultramontano a partir da segunda metade do século XIX, a “romanização” se torna ainda mais rigorosa. Ficou cada vez mais difícil perceber os ventos do Espírito na vida eclesial. Para o povo cristão, o acesso aos sacramentos vai depender agora de um diploma de formação catequética, enquanto, nos seminários e conventos, a espiritualidade de fidelidade à doutrina será considerada a prova mais forte da autenticidade da vocação sacerdotal e religiosa. Ainda em 1964, como sabemos por própria experiência, a admissão à ordenação sacerdotal dependia de uma abjuração pública dos “erros da modernidade”. Ela era feita sempre, ainda que imposta.

A espiritualidade de fidelidade ao Espírito se manifesta com maior força primeiramente nos vigorosos movimentos de piedade popular no final da Idade Média e, logo depois, no protestantismo em ascensão. A autonomia da razão e o direito à liberdade começam a se impor. Rejeitando o dogmatismo papal, os fundadores protestantes seguem a cartilha da nova cosmovisão antropológica e insistem na capacidade subjetiva de cada cristão e de cada cristã para interpretar a Bíblia e seguir a inspiração do Espírito. Cabe à própria comunidade um controle maior sobre a nomeação e a conduta dos ministros e sobre a moralidade

dos membros. A fidelidade ao Espírito torna-se um critério central.

Dentro da Igreja Católica, a vertente espiritual da fidelidade ao Espírito, por mais desvirtuada na prática, nunca esteve ausente. Ela simplesmente não pode ser descartada do evangelho. Após o Concílio Vaticano I (1870), o critério da racionalidade e da liberdade vão se tornar crescentemente mais importantes. A teologia neoescolástica, que polemizava defensivamente com a modernidade, agora, em meados do século XX, dá lugar à “Nouvelle Théologie”, que adota uma postura mais positiva. Nessa teologia, o papel da Igreja não é isolar-se do mundo moderno, mas inserir-se nele para transformá-lo. A palavra-chave é “engajamento”. A espiritualidade que nasce dessa “Nova Teologia” já não é a da “fuga do mundo”, mas a da “encarnação”. Uma encarnação fundamentada no retorno às fontes originais da Sagrada Escritura e da tradição patrística e em diálogo sincero com a racionalidade moderna. Os representantes dessa Nova Teologia – Chardin, Lubac, Chenu, Congar, Schillebeeckx, Rahner, Küng e muitos outros – são até hoje lembrados com muito carinho. O teólogo Ratzinger, atual papa Bento XVI, na sua fase pré-conciliar, também é contado entre eles. São os ventos dessa nova espiritualidade de fidelidade ao Espírito que fazem o papa João XXIII (†1963) sonhar com uma Igreja inteiramente renovada. Logo após o concílio, convocado por ele, o papa Paulo VI (†1978) perceberá, no entanto, que, dentro dos muros do Vaticano, nem todos dão a batalha por vencida. A resistência ao concílio, a “fumaça de satanás”, como ele teve a coragem de dizer, será fortíssima. A história humana é mesmo assim. Cosmovisões e sua espiritualidade correspondente mudam, mas não sem grande dificuldade.

3. ESPIRITUALIDADE NA COSMOVISÃO ECOLÓGICA

3.1. *Surge a “espiritualidade da ética humanitária e ecológica”*

A roda da história do nosso mundo globalizado se acelera alucinadamente. Enquanto em



Cupom para renovação - Vida Pastoral

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Pia Sociedade de São Paulo – PAULUS Editora – às paróquias e instituições cadastradas no Anuário Católico do Brasil. Nas cidades onde há livrarias PAULUS, retire a revista na própria livraria.

Pedidos avulsos (particulares) ou coletivos (mais de 1 exemplar a uma só instituição) necessitam de renovação anual. Sem ela, a assinatura será suspensa. Sendo de seu interesse continuar recebendo Vida Pastoral em 2012, descreva a quantidade desejada: _____, preencha o cupom e envie-o acompanhado de contribuição para as despesas postais para o Departamento Financeiro / Vida Pastoral à Rua Francisco Cruz, 229 – 04117-091 – São Paulo – SP.

FORMAS DE PAGAMENTO

☐ Encaminho pelo correio o cheque nominal número _____ do banco _____, nominal à Pia Sociedade de São Paulo, no valor de R\$ _____.

☐ Encaminho pelo correio anexo a esta Carta Resposta o comprovante de depósito* no valor de R\$ _____, nominal à Pia Sociedade de São Paulo, conforme dados abaixo:

☐ Banco do Brasil - Ag. 0646-7 / c/c 5555-7

☐ Bradesco - Ag. 3450-9 / c/c 1139-8

* Sem o comprovante de depósito não há como identificar o pagamento.

Não enviamos boleto bancário.

CÓDIGO DO ASSINANTE: _____

TELEFONE: _____ CELULAR: _____

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CAIXA POSTAL: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CNPJ ou CPF: _____ INSC. EST. ou RG: _____

E-MAIL: _____ FAX: _____

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL: _____

alguns lugares a cosmovisão teológica ainda se impõe com naturalidade, na maioria dos lugares a cosmovisão antropológica constitui a fundamentação básica do crer e do agir. Mas já não reina de forma absoluta. A nova cosmovisão ecológica anda paralelamente a ela e em muitos lugares já a substituiu. Como conduzir uma ação pastoral num panorama tão diversificado?

Poderíamos chamar a espiritualidade da cosmovisão ecológica de “espiritualidade da ética humanitária e ecoplanetária”. Ela não dispensa a espiritualidade original da conversão e da missão. Dispensa, sim, o controle de uma verdade única como monopólio de determinada Igreja. Também não dispensa a espiritualidade da fidelidade a uma doutrina. Dispensa, sim, a fidelidade a uma doutrina encarcerada em fórmulas fixas tidas como definitivas e imutáveis. Muito menos dispensa a espiritualidade da fidelidade ao Espírito. Viver no Espírito é sua essência, mas a presença do Espírito já não está limitada a uma Igreja, nem sequer a um conjunto de Igrejas. O Espírito se manifesta em todo ser humano que busca Vida para si e seus semelhantes, com inclusão de todas as formas de vida presentes no planeta ou, quem sabe, no universo. Dissemos na introdução ao tema em foco que ninguém deixa de ter seu “sacrário pessoal”, no qual guarda suas convicções mais profundas, tidas como sagradas e inegociáveis, e com base no qual constrói seus valores e seus julgamentos acerca do bem e do mal. A espiritualidade da ética humanitária e ecoplanetária, hoje, conscientemente ou não, faz parte desse sacrário pessoal de todas as pessoas, crentes ou não.

3.2. A fundamentação teológica

Em qual teologia se baseia essa nova espiritualidade? Em nenhuma especificamente. Depois do Concílio Vaticano II, já não podemos falar em teologia dominante. A “Nova Teologia” se dispersou e criou cores e tonalidades diferentes de acordo com a cultura ou o ambiente onde ela é vivenciada. A teologia da libertação encarna

o grito latino-americano pela superação das estruturas excludentes. Teologias asiáticas trazem o diálogo profético com todas as religiões e culturas. Também o continente africano apresenta seus enfoques próprios, como, mais uma vez, ficou evidenciado, recentemente, no Segundo Sínodo Africano. E quem negaria a importância para o mundo atual das teologias feministas, entre as quais a ecofeminista, lembrando ao mundo ocidental a chaga histórica do patriarcalismo e do modelo econômico social e ambientalmente destruidor e insustentável?

Por sua vez, onde se ancoram todas essas teologias? Sem dúvida, na Escritura, na patrística, na Tradição, nas culturas humanas e no “depósito da fé” acumulado pela Igreja no decorrer da história. Mas essas não são as únicas fontes. Cada vez mais, todas elas se inspiram também na cosmovisão ecológica. Esta põe sob nova luz todo o legado teológico e todas as vertentes espirituais do passado. Vemos isso com muita clareza no “imanentismo”, uma das características mais fortes da teologia e das vertentes espirituais da atualidade. A cosmovisão ecológica não se dá bem com o “transcendentalismo” da cosmovisão teológica e das correntes espirituais do passado, nas quais Deus falava diretamente ao coração das pessoas e, a todo momento, interferia no curso da história e da vida humana. A cosmovisão antropológica também rejeitou o transcendentalismo, mas, por acreditar apenas na razão, deixa Deus inteiramente de lado, sendo muito comum o combate direto a qualquer fé religiosa. Já na cosmovisão ecológica – onde a razão humana não é mais a única fonte de explicação, mas “o todo” da realidade, como vimos na introdução ao nosso tema –, as portas se abrem novamente para as vertentes espirituais da fé, desde que de forma “imanente”.

Numa espiritualidade ecológica, Deus não age de fora para dentro ou “sobre” a natureza, mas sempre dentro dela, de forma imanente. Com isso a fé acaba e a religião se torna sem sentido? Muito pelo contrário. Na cosmovisão ecológica, a fé adquire nova profundidade.

Ainda que o consenso da atual teologia nos diga – como vimos no artigo anterior – que “todo nosso contato com o mundo sobrenatural é mediado” e que “não existe um caminho direto entre Deus e o ser humano”, ainda assim podemos, pela fé, “ouvir”, “ver”, “sentir” e “tocar” o nosso Deus, de forma indireta, a qualquer momento e em qualquer lugar. Infelizmente, a tradição secular de uma espiritualidade que apenas valorizava o não mundano ou o sobrenatural nos fez perder essa sensibilidade, mas o ser humano é capaz de perceber a presença indireta de Deus pelos mais diversos “sinais”.

Nos “sinais” encontramos o que o “immanentismo” da atual teologia tem de mais sadio. Quando as ciências naturais nos mostram que o surgimento da vida não é fruto de um evento sobrenatural, mas de um processo natural, ou quando a ciência da cognição humana nos afirma que não há meio de conhecer, objetivamente, o mundo que nos envolve, seja natural ou sobrenatural, à primeira vista parece ficar mais difícil manter a crença num Deus que nos acompanha em cada momento da vida e também no momento da nossa morte. Como em qualquer espiritualidade, devemos nos “exercitar” também na espiritualidade ecológica. Descobriremos as “pegadas” de Deus então até na sombra das árvores! O conhecido biblista brasileiro Carlos Mesters costuma lembrar a “flor da janela”. Para qualquer transeunte, uma flor apenas. Mas não para a moça enamorada que, surpreendida, a encontra ao passar. A flor adquire mil significados... Fantasias, sim, mas ao mesmo tempo tão reais!

3.3. A matriz da espiritualidade humana?

A história das religiões – de *todas* as religiões – demonstra que a religiosidade, a espiritualidade, não é característica exclusiva dos que creem, mas algo inerente ao próprio ser humano. Acompanhando a moda, alguns a chamam de “inteligência espiritual”. A tradição cristã a chama de “dom da fé”, não concedida, na cosmovisão de hoje, apenas a um povo eleito, mas a todos os povos da terra.

Mulheres na vida de Jesus

A história das primeiras discípulas

Lúcia Arruda



Em forma de romance, Lúcia Arruda narra as vidas de três das mulheres que, segundo o Evangelho de Lucas, acompanhavam Jesus pelas cidades e aldeias da Palestina. Estudos específicos sobre o contexto e os dados bíblicos, que são citados textualmente ou referidos entre parênteses, formam o aparato sobre o qual se apoia a autora para construir uma obra emocionante, questionadora e instrutiva.

Formato: 13,5 cm x 21 cm
Páginas: 200
Cód.: 9788534925853

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



Qual é a fonte de onde brota essa religiosidade ou espiritualidade universal? São poucos os que se arriscam a dar resposta a essa pergunta. Nós também não nos sentimos preparados para isso, mas vemos uma tendência. Deixando de lado qualquer intuito dogmático, pensamos que a origem pode estar no “caso de amor” que, como vimos no artigo introdutório (*Vida Pastoral*, n. 278), existe no mais íntimo da própria matéria e da própria vida. No mais íntimo de cada átomo do universo, como assinalamos, tudo está interligado e tudo coopera com tudo. Em meio a infinitas possibilidades e intermináveis transições, cada átomo acaba adquirindo sempre um total equilíbrio. Em qualquer lugar do universo, todos os átomos da mesma “espécie” são sempre iguais. Vimos também que os átomos se atraem mutuamente e se “casam”, formando moléculas, e que essas moléculas também se atraem mutuamente, interagindo entre si até formarem células. A mesma lógica que domina o átomo domina a célula. As unidades particulares existem, mas apenas o conjunto lhes dá significado ou sentido. Como no átomo, também na célula as unidades são permanentemente substituídas, porém cada unidade que “morre” deixa outra no lugar para que “o todo” da vida seja preservado. Também as células, embora autônomas, de alguma forma percebem que, em conjunto, a vida é mais bem preservada e de qualidade “superior”. Essa mesma sabedoria ecológica se estende cada vez mais até dar origem a espécies vivas as mais diversas. Em nenhum momento essas espécies deixam de depender umas das outras nem de cooperar umas com as outras. A vida de cada unidade é preservada à medida que as unidades permanecem interconectadas entre si e com o meio envolvente, até o momento crucial em que nasce um ser tão interconectado que se conscientiza a si mesmo, adquirindo a capacidade de destruir a teia que o envolve... ou de levá-la a uma qualidade de vida ainda mais elevada.

A fonte ou a base física da religiosidade humana podem estar nessa consciência funda-

mental do ser humano, o qual se percebe a si mesmo como um ser relacionado que sustenta sua qualidade de vida apenas em cooperação mútua? Não sabemos, mas a nova cosmovisão ecológica tende a responder afirmativamente. Diante do permanente desafio de sua qualidade de vida, humanitária e planetária, o ser humano percebe, a cada momento, “sinais” de destruição ou construção. Percebe-se pessoalmente envolvido no processo e, diante do fracasso pessoal, sua espiritualidade lhe mostrará a necessidade de conversão, como também a necessidade de retomar a missão que lhe cabe. Percebendo-se envolvido também numa grande teia ou rede humanitária e planetária, todo ser humano descobrirá igualmente incontáveis “sinais” de valores, qualidades e alegrias a serem preservados carinhosamente. Sua espiritualidade lhe dirá que, sim, existem verdades e princípios que merecem ser pregados, uma doutrina à qual se deve ser fiel. Enfim, percebendo-se um nada ao qual a vida oferece tantas alegrias profundas – como também dores indizíveis –, todo ser humano será levado por sua espiritualidade a acreditar em algum Espírito Superior, doador gratuito de tudo isso, ou, se não chegar a tanto, em alguma força espiritual que o leva a comprometer-se com alguma forma de ética humanitária e ecoplanetária. É esse o conteúdo básico do sacrário pessoal de toda a humanidade.

4. ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA E PERSPECTIVAS PASTORAIS

4.1. Respeito profundo pela plurirreligiosidade

A cosmovisão ecológica traz profundo respeito por qualquer tradição religiosa, a começar pela nossa própria. Não apenas pela religiosidade cristã como a entendemos hoje, mas também por nossas tradições religiosas do passado. Ainda que rejeitemos o “dogmatismo”, nenhuma doutrina ou tradição religiosa do nosso passado, na perspectiva de uma espiritualidade realmente ecológica, tornou-se verdadeiramente ultrapassada. O pensar da Igreja segue a mesma lógica da

natureza, onde, a cada momento, tudo faz sentido, mas, ao mesmo tempo, tudo é transitório. Tudo está sempre em movimento e em busca de novo equilíbrio. Cada dogma pronunciado, ou cada tradição religiosa que se firmou em determinado lugar, teve seu sentido muito específico para aquele momento ou lugar. Na busca por uma qualidade de vida melhor, representou uma riqueza imperdível e um legado para o futuro. Ainda que, em outra época ou em outras circunstâncias, a formulação do dogma ou a expressão de determinada espiritualidade necessitem de nova roupagem, algo do seu valor essencial permanece. Não acreditamos que se possam fazer com muita facilidade analogias com o mundo quântico, mas os especialistas afirmam que, na microfísica da matéria, existe uma “memória quântica”. Cada elétron, para chegar ao seu novo equilíbrio, leva em conta a memória de todo o seu passado. Também na bioquímica da vida, o novo que surge tem sempre suas raízes nos caminhos percorridos no passado. Se somos todos e todas do mesmo “pó da terra” e parte da mesma natureza, por que não dar valor ao nosso próprio passado?

Em especial, a cosmovisão ecológica nos leva a respeitar profundamente as religiões que nos são estranhas. Todas as culturas e tradições religiosas exprimem a mesma dinâmica da vida, a busca coletiva por maior qualidade de vida, por “vida em abundância” (Jo 10,10). As perspectivas pastorais mais promissoras hoje talvez provenham da assim chamada “teologia do pluralismo religioso”. Já vimos que a espiritualidade da missão recebeu diversas tonalidades no decorrer da história. Nas décadas anteriores ao Concílio Vaticano II, com base numa maior democratização dos avanços científicos em áreas como filosofia, teologia, antropologia e nas ciências naturais em geral, a concepção de missão muda radicalmente. Nas Igrejas cristãs europeias surge forte movimento ecumênico que busca superar a divisão cristã interna, além de se posicionar de forma mais benevolente diante das religiões não cristãs. Na *Lumen*

Gentium, o concílio distingue entre Igreja Católica e Igreja de Cristo. O tradicional adágio “fora da Igreja (Católica) não há salvação” é substituído por “sem Jesus Cristo não há salvação”.

Após o concílio, a palavra-chave na espiritualidade missionária é *implantatio Ecclesiae*: a Igreja de Cristo, com sua própria força convincente, deve estar presente no mundo inteiro, mas com grande respeito pela liberdade religiosa. O teólogo católico Karl Rahner (†1984) começa a defender, em oposição ao exclusivismo teológico tradicional, um “inclusivismo teológico”, afirmando que, nas religiões não cristãs, pode ser encontrado um “cristianismo anônimo” que também salva. Mas a nova sensibilidade ecumênica não para nesse ponto. O teólogo suíço Hans Küng polemizará com Rahner, dizendo que sua teologia era demasiadamente cristocêntrica. Jesus não pregou a si mesmo. Pregou o reino de Deus, ao mesmo tempo já presente e a ser construído. O inclusivismo, na opinião de Küng, era uma forma disfarçada de exclusivismo, pois a salvação é entendida ainda como uma propriedade exclusiva do cristianismo. A nova espiritualidade missionária que surge é a do chamado “otimismo soteriológico”, que vê força salvífica em todas as religiões. Essa espiritualidade macroecumênica é filha legítima da cosmovisão ecológica. Na lógica dessa cosmovisão, cada parte contribui para a qualidade de vida, para a inteireza ou a coerência de um todo, e desaparecem de vez as verdades únicas. Cada tradição teológica e espiritual traz a sua indispensável contribuição. O pluralismo religioso de fato passa a ser um pluralismo de direito. A lógica já não é de exclusão, mas de inclusão.

A cúria romana vê essa evolução com grande preocupação. O então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, J. Ratzinger, em *Dominus Iesus* (2000), nº 22, ainda declara que as outras denominações religiosas se encontram, objetivamente, “numa situação gravemente deficitária se comparada com a daqueles que na Igreja têm a plenitude dos meios de salvação”. Talvez seja mesmo a

função específica da cúria, em meio a tantas novidades teológicas, ser um baluarte de defesa para que não se percam as riquezas tradicionais da espiritualidade cristã. Todas elas, como dissemos, têm seu sentido específico. Mas o ponto é exatamente este: a riqueza está no seu sentido, não na sua formulação histórica. Numa célula viva, qualquer que seja, existe uma organela de “reciclagem”. Nada se perde, tudo se recicla. Com suas posturas dogmáticas, a cúria mais perde do que ganha. O teólogo de Sri Lanka Tyssa Balasuriya acusará a Igreja Católica de um “complexo de superioridade religiosa”, e o teólogo americano Paul Knitter afirmará que a busca por uma libertação humana integral – política, econômica, cultural e ecológica – é tarefa grande demais para ser assumida por uma única nação, cultura ou religião. É preciso, diz ele, manter uma “polaridade dinâmica” em processo permanente de fecundação mútua. Tudo isso é cosmovisão ecológica em estado puro. “Overdoses dogmáticas”, porém, não são privilégio do Vaticano. Também nos nossos seminários e conventos e nos mais diversos centros de espiritualidade cristã é preciso diversificar com urgência as nossas fontes de oração e meditação. Fazendo uso apenas de Bíblia, Ofício Divino e livros teológicos, a overdose tende a se manter, e aquilo que, pejorativamente, às vezes é chamado de “espiritualidade de capela” pode transformar-se em camisa de força. Nós não temos nada contra uma espiritualidade de capela, mas é fundamental ampliá-la com o estudo-meditação das ciências naturais para perceber quais as infinitas possibilidades que a Vida oferece e como superar uma espécie de “pastoral autista” que ainda nos caracteriza.

Ficamos agradavelmente surpreendidos com a proposta de nova lógica para o diálogo inter-religioso, a do “terceiro incluído”, apresentada por Gilbraz de Souza Aragão e Maria Clara Lucchetti Bingemer em “Teologia, transdisciplinaridade e física”, *REB* 263 e 264/2006. Ainda são raras as tentativas de buscar na física moderna nova fundamentação para o pensar e o agir da

Igreja. Na lógica do terceiro incluído, duas verdades aparentemente antagônicas podem gerar, por assim dizer, “nova verdade mais verdadeira”. De fato, na busca coletiva por “vida plena”, por uma “verdade” que possa ser satisfatória para todos/as, nenhum ponto de vista deve ser desprezado. Pessoalmente, ao conceito de terceiro incluído preferimos o conceito de “sobreposição”, mais comum nos autores quânticos. Em seu livro *O ser quântico*, Danah Zohar nos dá uma descrição de “relacionamento quântico” que caracteriza seres humanos. Na lógica mecânica de Isaac Newton (†1727), as famosas bolas de bilhar jamais se sobrepõem, mas entre seres humanos, guiados pela “eco-lógica” de um cérebro quântico, as sobreposições são constantes. De cada relacionamento social saímos, de alguma forma, renovados. E quanto mais amorosas as relações, mais ricas as sobreposições e mais “resilientes” – como na natureza – em face das adversidades. O teólogo Schillebeeckx (†2009) já dizia que, do ponto de vista religioso, a força coletiva das religiões vale mais do que a força de uma só, sendo isso válido também para o cristianismo. É da sobreposição de todas as verdades parciais, sem limites de espaço e de tempo, que surge a “verdade evolutiva”, na feliz expressão de J. B. Libanio.

Na pastoral do ecumenismo, podemos também aplicar o importante conceito de “simbiose”, do qual damos uma descrição detalhada no artigo introdutório a este tema das novas perspectivas pastorais. A longa convivência com a cosmovisão antropológica, com sua supervalorização da razão humana, deu-nos a sensação de sermos seres “acima” da natureza. Na verdade, somos parte da natureza, e seria muito estranho não termos dentro de nós a mesma dinâmica que a caracteriza. Analogamente ao metabolismo biológico, possuímos uma espécie de “metabolismo espiritual”, afirma o teólogo Felix Wilfred. A pastoral da plurirreligiosidade – na verdade, uma nova espiritualidade – representa a lenta digestão da humanidade em direção à vida plena desejada por Jesus

Cristo. Nada impede a humanidade de alcançar o sonho comum de maior qualidade de vida após romper com o passado milenar dos isolamentos dogmáticos. Para o teólogo jesuíta de Sri Lanka Aloysius Pieri, a plurirreligiosidade gera efeitos simbióticos de unicidade quando uma religião enriquece a outra com sua “memória histórica”. É preservando a riqueza da nossa própria tradição, mas mantendo-nos abertos ao fluxo de energias espirituais do meio envolvente, que podemos crescer espiritualmente. Jon Sobrino já dizia que, no diálogo inter-religioso, “mais valem os máximos verdadeiros do que os mínimos comuns”. Cabe à pastoral da Igreja – das Igrejas! – conduzir, amorosamente, esse processo. A pastoral não está sem rumo, como muitos afirmam. Apenas há dificuldade para enxergá-lo com o desaparecimento das verdades únicas. O maior potencial de unicidade, hoje, encontramos no incentivo à espiritualidade da ética humanitária e ecoplanetária. Captando o sentido dessa nova espiritualidade, Leonardo Boff lembra as palavras significativas do mestre iogue do Brasil, Hermógenes, em *Canção universal* (Rio de Janeiro: Record, 1991): “Pedi a bênção a Krishna, e o Cristo me abençoou. Orei ao Cristo, e foi Buda que me atendeu. Chamei por Buda, e foi Krishna que me respondeu”.

4.2. Por uma pastoral que dê acolhida à emoção

A cosmovisão ecológica clama por uma integração entre razão e emoção. Nos últimos 50 anos, houve uma guinada pastoralmente muito significativa. A Nova Teologia da fase pré-conciliar submeteu não apenas a teologia aos critérios da razão e da modernidade, mas também as tradições religiosas do povo cristão. Na Europa, e no mundo ocidental em geral, o cenário comum na espiritualidade católica era: um catecismo muito bem decorado, mas não questionado e sem fundamento bíblico; uma prática muito fiel dos ritos litúrgicos prescritos, mas sem preocupação em entendê-los ou participar deles; uma observância rigorosa dos preceitos

CD Um grito pela vida Mutirão contra o trabalho escravo V.V.AA.



Regidas pelo frei Telles Ramon do Nascimento, as canções deste álbum retratam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais – muitos vítimas de baixos salários e condições indignas de vida – e procuram convidar a sociedade a refletir sobre essa situação. O CD contou com o incentivo de dom Pedro Brito Guimarães, membro da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial da CNBB.

Faixas: 18
Cód.: 7891210010735

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



morais, especialmente dos sexuais, mas muito em função do medo de um castigo eterno; um desprezo profundo pelos protestantes e por outras denominações religiosas em geral, sem sentir necessidade de saber das razões; participação civil apenas em organizações – e partidos – em que tremulasse orgulhosamente a bandeira católica do Vaticano, ainda que fosse numa simples fanfarra municipal.

Depois da Segunda Guerra Mundial, juntamente com ampla modernização econômica e grande distribuição de riquezas, em poucas décadas a espiritualidade católica mudou com muita rapidez, surgindo novo cenário: um catecismo pouco valorizado e uma esperança generalizada em renovação bíblica; uma liturgia enxuta, em vernáculo, com mais comentário, menos mística, e um clima generalizado de renovação; um “libera geral” na moral, com desprezo pelas ultrapassadas exigências do clero; uma convivência crescentemente amigável – ou indiferente – com os não católicos e a aceitação tranquila de times de futebol “mistos” antes inimagináveis. O Concílio Vaticano II foi realizado em meio a essas transformações já em curso e apenas as acelerou. Se tivéssemos de resumir o que aconteceu nestas poucas décadas numa só palavra, diríamos: a vida eclesial se “racionalizou”. Foi para a lata do lixo tudo que não tivesse fundamento na nova cosmovisão antropológica.

No entanto, com perdão para a simplificação, o ser humano não é um ser racional, mas emocional. Ao priorizar a dimensão racional, a cosmovisão antropológica, por assim dizer, cometeu um “equivoco antropológico”. Se 22 jogadores de futebol, durante uma hora e meia, correm atrás de uma bola, e 3 bilhões de pessoas ficam grudadas à televisão, como no caso de um campeonato mundial, não é porque ali acontece algo de profundamente racional. O que prende o mundo ali é pura emoção. Analisemos o dia a dia das pessoas – e de nos próprios – e descobriremos que é sempre assim: não havendo emoção, não interessa. Os neurobiólogos Humberto Maturana e Francisco Varela, citados no artigo introdutório, chamam o fenômeno biológico da

auto-organização de “auto-*poiese*”. A palavra parcial *poiese* tem a mesma raiz grega de “poesia”. A vida tem alma de poeta. Não segue códigos racionais, mas, criativamente, vai em busca do que emociona, do que atrai, do que dá prazer. Elocuções racionais, especialmente sobre o longo prazo, não fazem parte da nossa herança biológica. Fôssemos realmente seres racionais, o mundo não poderia estar como está. Nossa atual capacidade de raciocínio e autoconsciência é tão recente que, caso espremêssemos todo o tempo da evolução em uma única hora, a evolução surgiria apenas nos últimos segundos do último minuto. Não tenhamos dúvida. O que nos domina não é a razão, é a emoção. Faltando emoção à nossa espiritualidade, ela morre. E isso é de vital importância para a nossa ação pastoral. Não foi a teologia da libertação que empolgou o continente, mas sua espiritualidade. Foi a emoção, a “mística” das CEBs, que deu novo rosto à Igreja da América Latina.

Hoje está surgindo novo consenso: a emoção, infelizmente, atingiu apenas pequena parte da comunidade cristã católica. Dos pobres, sim, mas somente aqueles ou aquelas que tiveram o privilégio de “entender e participar da caminhada”. Apenas as Igrejas evangélicas conseguiram envolver realmente as massas populares, e esse é um dado de alta significância pastoral. Diante do fenômeno, nossa Igreja está perigosamente dividida. De um lado, uma Igreja comprometida, nos moldes da teologia da libertação, que, no entanto, não consegue envolver nem a classe média nem as massas populares. Do outro, uma Igreja em ascensão, que reage à modernidade racional terceiro-mundista e, corretamente, busca envolver a população pela emoção, mas, alcançando melhor a classe média, tem medo de apresentar o verdadeiro rosto de Jesus, o Jesus libertador dos pobres e oprimidos. Também essa Igreja apresenta dificuldades para, efetivamente, chegar às massas populares. De alguma forma, essas duas Igrejas, a Igreja da libertação, mais Reino-cêntrica, e a Igreja carismática, mais Espírito-cêntrica, hão de encontrar-se numa postura pastoral mais amadurecida. A lenta

imposição da cosmovisão ecológica – provavelmente – abrirá o caminho.

Mais acima, caracterizamos a espiritualidade da cosmovisão ecológica como a espiritualidade da ética humanitária e ecoplanetária. Essa espiritualidade tem a capacidade de emocionar e empolgar a população? Na verdade, ela já é uma emoção global. Talvez não da mesma forma como pode empolgar uma religião mágica que oferece milagres e curas espetaculares em cada esquina. Ainda que o Espírito opere “milagres”, não são daquele feito, e não podemos, demagogicamente, entrar naquela proposta. Mas todas as religiões têm no seu núcleo central forte preocupação humanitária. Hoje, acrescenta-se a ela a preocupação planetária. Talvez não exista, nos nossos dias, uma emoção mais forte do que essa. Ela brota, de fato, das próprias raízes materiais e biológicas da existência humana. A cosmovisão ecológica nos convida a implementá-la de todas as formas possíveis.

4.3. Atenção à classe média secularizada

Resta abordar um ponto pouco presente no atual panorama da reflexão pastoral: a espiritualidade da classe média secularizada. Fazendo do compromisso com os pobres e marginalizados o eixo central e exclusivo da mensagem e da espiritualidade de Jesus, algumas vertentes da teologia da libertação transmitiram a ideia de que “do outro lado dos excluídos” não existe espiritualidade e, muito menos, cristianismo. Décadas de leitura da realidade na ótica da “teoria da dependência”,² que ressaltou o abismo entre dominadores e dominados, ricos e pobres, fizeram que grande parte da Igreja latino-americana visse na “inserção” no meio dos pobres a única opção espiritual justificável. Com isso, a classe média alta perdeu toda a respeitabilidade e ficou, de fato, “excluída” da atenção da Igreja. A cosmovisão ecológica nos faz olhar para esse desafio pastoral de grande atualidade com outros olhos. Antes de comentá-lo, gostaríamos de retratar um exemplo concreto que consideramos significativo. Como no artigo anterior, apresentaremos os dados em ordem cronológica:

Entre 1974 e 1987, 63 das maiores empresas, entre nacionais e internacionais, depositaram, irregularmente, quase meio milhão de toneladas de produtos químicos tóxicos num terreno rural, na divisa dos municípios paulistas de Santo Antônio de Posse e Holambra, área metropolitana de Campinas. Avançando pelos lençóis freáticos, uma perigosa “pluma tóxica” começou a ameaçar todas as águas da grande Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba (4,5 milhões de habitantes).

Em 1988, é instaurada pelo município de Santo Antônio de Posse uma ação civil pública contra o aterro, e o dono do terreno, em 1995, é condenado a uma indenização de 90 milhões de reais. Não paga e fica por isso mesmo até hoje.

Em agosto de 2000, a recém-criada ONG ambiental Suprema de Holambra, da qual participamos, assume o caso e apela ao CAO (Centro de Apoio Operacional) do Ministério Público Estadual. O MP Estadual, em março de 2001, instaura o Inquérito Civil 01/01 contra as empresas depositárias. É constituída uma comissão mista entre MP, Cetesb (órgão fiscalizador do Estado) e empresas depositárias. A multinacional suíça CSD Geoklock é contratada, por conta das empresas, para tomar medidas emergenciais e realizar amplo diagnóstico.

Em junho de 2001, tendo em vista maior pressão popular, a ONG Suprema e a Câmara Municipal de Holambra, onde somos vereador presidente da Comissão de Meio Ambiente, realizam a primeira audiência pública, com a presença de ONGs e imprensa locais e regionais. É constituída, com as Câmaras Municipais dos municípios mais atingidos, a Ciaquim (Comissão Intermunicipal de Acompanhamento do Aterro Químico Mantovani).

Em setembro de 2001, 48 empresas assinam com o MP o 1º TAC (termo de ajustamento de conduta), no qual se comprometem com um rateio de despesas para controle e recuperação da área. As demais empresas não assinantes são condenadas, cada uma, a uma multa diária de 5 mil reais.

A Ciaquim, em conjunto com a Suprema e as ONGs ambientais da região, mais o apoio de Comissões da Assembleia Legislativa do Estado e do Congresso Nacional, realiza novas audiências públicas nos municípios de Santo Antônio de Posse (julho de 2002), Cosmópolis (agosto de 2003) e Artur Nogueira (fevereiro de 2005), com participação crescente da população e sempre com forte presença de TV e imprensa.

Em março de 2003, a Cetesb, antes mais favorável às empresas, sob forte pressão da população, não aceita mais as propostas de remediação apresentadas pela CSD Geoklock, que está sob pressão das empresas. Surgem diversos “aditamentos” ao 1º TAC que obrigam as empresas a novas medidas de controle e remediação da área, a altos custos. Enquanto isso, a pluma tóxica, apesar das “barreiras hidráulicas” levantadas, avança. Em setembro de 2004, a CSD Geoklock apresenta novo diagnóstico e nova proposta de remediação. A Cetesb, mais uma vez, rejeita-a parcialmente.

Em dezembro de 2004, o Coletivo Nacional “Defensoria das Águas”, fruto da Campanha da Fraternidade de 2004, assume, em nome da CNBB, o “caso Mantovani”. Adotando uma estratégia anarquista de extrema radicalidade, passa por cima de toda a organização local e regional, considerada lenta, corrupta, ineficaz e não popular, e apela à intervenção do Ministério Público Federal. A população do entorno do aterro cria até certa expectativa e apoia, mas todos os órgãos envolvidos se sentem desaforados e cortam qualquer diálogo. Em curtíssimo prazo, os MPs Estadual e Federal se entendem perfeitamente.

Em fevereiro de 2005, a Cetesb emite parecer técnico sobre o “Relatório Caso Mantovani” da Defensoria das Águas, comprovando o blefe e colocando em total descrédito as análises de água e os laudos técnicos apresentados. Pouco depois, em audiência na sede do MP Estadual, o representante da Defensoria apresenta, aos gritos, sua denúncia pública contra a corrupção do MP. Este nem sequer

responde e, de lá para cá, não se ouve mais falar da Defensoria. Para a “causa” de um dos casos mais emblemáticos do Estado e da Federação, o prejuízo ocasionado pela Igreja foi grande.

De 2005 a 2007, o caso Mantovani, de extrema complexidade e gravidade, segue seu curso “normal” com os MPs cedendo novos aditamentos e as empresas empurrando com a barriga. As entidades locais, agora com o apoio da Cetesb, clamam pela retirada dos depósitos efetuados. Em 2008, as empresas assinam com o MP o compromisso oficial de dar início à retirada das primeiras 15 mil toneladas. Uma vitória da população como poucas vezes se concretiza na luta contra o altíssimo poder de fogo de tantas das maiores empresas do país.

A experiência acima relatada não teria sido possível sem a iniciativa e o apoio permanente da ONG ambiental Suprema, de atuação suprapartidária e suprarreligiosa. Um pequeno grupo de voluntários, bem formados, todos/as plenamente ocupados/as profissionalmente. Nenhum membro da ONG tem efetiva participação em alguma Igreja. Religião e política não estão em pauta. Reina um clima típico de “secularização”. Participamos da ONG como padre, mantendo, por opção, dedicação exclusiva à atividade política como vereador, mas ajudando ocasionalmente na paróquia como auxiliar. Em nenhum momento vimos qualquer sinal de apoio da paróquia ou da diocese, com exceção de um evento passageiro ligado à Campanha da Fraternidade.

A impressão mais forte que coletamos dos dez anos de participação nessa ONG “secularizada” é que, ali, aconteceu algo de profundamente religioso. Todos os membros da ONG se dedicaram de corpo e alma a uma “causa” que os próprios participantes teriam dificuldade em definir. Além do “caso Mantovani”, aconteceram inúmeras outras atividades de conscientização da população local, plantio permanente de árvores, elaboração de cartilhas escolares com envolvimento dos alunos, ações por reciclagem municipal e por

uma legislação municipal completa, seminários e encontros regionais etc. Uma das mais recentes preocupações se referia ao “consumo consciente”, tendo em vista o aquecimento global. Conclusão: uma “emoção” para salvar a Vida do planeta como ainda não vimos em nenhuma das nossas comunidades de Igreja. Trata-se de clara demonstração da nova cosmovisão ecológica, que, uma vez interiorizada, produz uma espiritualidade ecológica que os altos muros das instituições eclesásticas ainda têm dificuldade em perceber e apreciar.

É um equívoco pensar que “do outro lado” dos pobres não existe espiritualidade. A cosmovisão ecológica não usa o olhar dualista. A “espiritualidade secularizada”, sem dúvida, é outra. O “ponto de vista”, normalmente, não é o do pobre e dificilmente será. Mesmo assim há, frequentemente, grande preocupação com justiça social, desenvolvimento sustentável e superação de estruturas excludentes. Religiosidade é um traço inerente a qualquer ser humano. Cabe a todos nós “re-descobrir” os sinais de sua presença.

NOTAS:

1. O presente artigo dá continuidade aos artigos *A pastoral em novas perspectivas (I)* e *(II)*, publicados na *Vida Pastoral*, n. 278 e 279, respectivamente.
2. Para quem quer conhecer melhor esta importante inflexão no pensamento latino-americano, aconselhamos o livro de Octávio Ianni *Imperialismo na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974).

Vida Pastoral

Disponível também na internet em pdf.

paulus.com.br
paulinos.org.br



CD Liturgia V Natal

Coral Palestrina de Curitiba



Os dezessete cânticos deste CD são interpretados pelo Coral Palestrina da Arquidiocese de Curitiba, sob regência da irmã Custódia Maria Cardoso. O disco abrange o período do Natal, com melodias que pertencem ao Hinário Litúrgico da CNBB, provendo cantos para a utilização durante o calendário litúrgico católico ao longo do ano.

Imagens meramente ilustrativas.

Faixas: 17
Cód.: 7891210005496

Vendas: (11) 3789-4000
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



ESPÍRITO E NATUREZA NA REFLEXÃO TEOLÓGICA ATUAL

Josias da Costa Júnior*

Ao propor o título acima, queremos conjugar duas preocupações latejantes: 1) a centralidade que o Espírito Santo deve ocupar na reflexão teológica, tal como acontece nas comunidades de fé; e 2) a atual situação de constante ameaça em que se encontra este planeta. Num campo mais amplo de reflexão, trata-se de estabelecer uma relação entre teologia e ecologia, bem como investigar sobre quais bases há a possibilidade de pensar uma teologia ecológica. Com isso, destacaremos a importância de trazer a pneumatologia e a ecologia para o centro da reflexão teológica e os desafios que se apresentam quando isso se efetiva. Portanto, os objetivos aqui são: pensar uma teologia ecológica, destacar o papel central do Espírito e propor novo eixo interpretativo para a teologia cristã. A ecologia não deve ficar restrita aos grandes círculos de debates acadêmicos ou ao âmbito das políticas partidárias, pois é questão e tarefa de todas as pessoas. Por isso, a articulação entre teologia e ecologia pode ter alcance em variados setores da sociedade, e é possível levantar questões sobre como sensibilizar e desenvolver, por exemplo, uma vida cristã com consciência e sentido de preservação do meio ambiente, a criação de Deus.

1. Desafios e possibilidades da ecologia na reflexão teológica e na prática cristã

A teologia cristã se propõe a uma visão global da humanidade. Quem se pergunta

pelos planos de Deus deve se confrontar com os planos do ser humano. Ao confrontar os planos da humanidade com os planos de Deus, surge a realidade do pecado da humanidade. Não falamos no sentido abstrato, mas daquele pecado que está escrito na história, na realidade concreta, nas estruturas das sociedades. A teologia quer sempre mergulhar nas raízes dos problemas do ser humano. Então, fazer teologia significa fazer uma leitura da realidade à luz da fé; significa, nesse caso, perguntar o que Deus tem que ver com questões ambientais, ecológicas. Nesse sentido, a teologia não pode ficar indiferente aos atuais problemas ecológicos. Na verdade, a tradição cristã já foi duramente criticada e apontada como uma das grandes responsáveis pela crise ecológica atual, pois a interpretação que situou o ser humano como centro dominador da criação povoou o imaginário ocidental.

É preciso uma aproximação diferente do texto sagrado, pois Gênesis 1 apresenta a ideia de Deus como criador e do ser humano como imagem de Deus. Em Gênesis 1,28, o ser humano tem suas atribuições de domínio na criação, mas isso não significa que ele deve ser um senhor prepotente, arrogante: antes, deve ser prudente e amoroso; deve “cultivar” e “guardar” a criação em curso, conforme Gênesis 2,15.

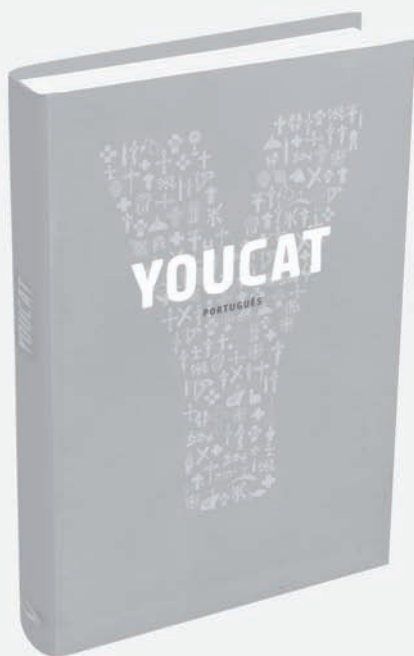
* Doutor em Teologia (PUC-Rio)
e professor no Instituto Metodista Bennet (RJ).

Quanto à ecologia, é mais correto afirmar que ela se apresenta muito mais como desafio do que como objeto da teologia. É importante lembrar que há dois modos de compreensão da ecologia: como crise ambiental e como ciência. Em geral, as pessoas entendem que “ambiental” e “ecológico” são sinônimos. Mas não é demais enfatizar que, na ciência, o ambiental é relativo ao ambiente; já o ecológico é um pensamento científico dentro da biologia, que é outra ciência (cf. Boff, 2004, p. 147). Portanto, há duas posições distintas para compreender a mesma questão: uma é de uso popular, e outra, de uso científico (biologia). Contudo, o campo semântico foi ampliado com os três famosos registros ecológicos: o ambiental, o social e o mental (Guattari, 1990, p. 8).

Sobre a questão da relação entre teologia e ecologia, citaremos duas dificuldades que podem surgir. A primeira é teórica, pois ecologia e Bíblia, ecologia e literatura, ecologia e sociologia, ecologia e ética, ecologia e política revelam áreas de pesquisas diferentes e exigem fundamentações teóricas também diferenciadas, outros meios de aproximação, métodos diversos. Isso significa que, ao nos deter na relação entre teologia e ecologia, está caracterizada a opção por uma linha de pesquisa e, conseqüentemente, a recusa de outras tantas.

A outra dificuldade é conceitual, pois não é suficiente conceber uma teologia ecológica, uma relação entre teologia e ecologia, apenas conjugando os dois termos, “teologia” e “ecologia”, de modo enunciativo. É necessário repensá-los numa perspectiva crítica. Apenas empregar e/ou reempregar conceitos antigos de “natureza” e “teologia” para o estabelecimento das formas de uma teologia ecológica é ficar no meio do caminho de uma abordagem interdisciplinar e é o mesmo que não fazer teologia ecológica. Entendemos aqui que uma teologia ecológica deve apresentar os termos “teologia” e “ecologia” de tal modo juntos que forneçam uma perspectiva crítica desde uma avaliação da herança da cultura ocidental e da tradição cristã.

Youcat **Catecismo Jovem** **da Igreja Católica** *Cardeal Christoph Schönborn* (org.)



Com linguagem e projeto gráfico atuais, estruturado em perguntas e respostas e dividido em quatro partes, o livro foi desenvolvido por um número considerável de padres, teólogos e professores de religião para apresentar a mensagem e a doutrina da Igreja em linguagem jovem e acessível.

Formato: 13 cm x 21 cm
Páginas: 304
Cód.: 9789723015300

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



Mesmo com essas dificuldades, brevemente apresentadas acima, lembramos que a teologia cristã reivindica a sua palavra sobre tudo aquilo que envolve o ser humano. Com isso, a ecologia, em seus diferentes modos de entendimento, também se tornou alvo de interesse na reflexão teológica. Na vasta literatura que se pode encontrar em perspectiva ecológica para uma leitura dos vários aspectos da vida, existe uma busca para interpretar o modo mais correto de tratar o meio ambiente ou fazer bom uso da natureza. Isso significa que a ecologia tem servido para interpelar criticamente a postura do homem moderno. Uma crítica que implica questionamento dos pressupostos antropológicos e éticos desse homem moderno, fazendo emergir, assim, a reivindicação de um novo paradigma, isto é, de um novo modelo básico interpretativo da realidade.

Falar da relação entre teologia e ecologia também abre a possibilidade de pôr em relevo a singular importância que a teologia cristã teve na construção do paradigma do homem moderno. Isso significa considerar que a teologia cristã contribuiu de modo positivo e negativo para a formação desse homem moderno, à medida que se observa grande desenvolvimento tecnológico à custa de impiedosa destruição da natureza. Desse modo, a teologia cristã também se tornou alvo das críticas feitas ao relacionamento do homem moderno com seu ambiente. Nesse sentido, a relação entre teologia e ecologia é também uma relação tensa, de interpelação, já que sobre a primeira recai a acusação de pertencer a uma tradição causadora da destruição do meio ambiente.

Mas a relação entre teologia e ecologia deve também provocar uma ampliação do interesse pela questão ambiental. A ecologia já não é apenas tarefa da ciência, ou dos ecologistas, ou dos engenheiros do meio ambiente. Essa abertura significa importante ampliação do tratamento da questão ambiental com uma visão que quer ultrapassar a compreensão reducionista do mundo, quando deste foi extirpada arbitrariamente qualquer dimensão de abertura ao mistério, à afetividade, à trans-

cendência, a Deus. Para a reflexão teológica cristã, é interessante pensar na ecologia como mola que impulsiona a crítica aos pressupostos antropológicos e éticos do homem moderno, uma vez que a crise ecológica interpela os fundamentos da civilização moderna, a saber: a ciência, o individualismo, a autonomia, a industrialização, o consumismo, a técnica, a urbanização. A crítica recai sobre a compreensão do ser humano como medida de todas as coisas, pois isso estabeleceu distanciamento entre o ser humano e a natureza. Essas e outras dificuldades – e também desafios que se interligam, interagem, se completam, no campo teórico e prático – surgem quando se busca relacionar teologia e ecologia; quando se quer entender o significado da fé no Deus criador e deste mundo como criação sua, diante de toda a realidade de exploração industrial desmedida e de constante agressão e destruição da natureza.

2. Deus em toda sua criação: uma compreensão a partir do pensamento processual

Neste ponto, queremos mostrar que há profundo interesse de Deus em se relacionar com a sua criação. Gênesis 1 afirma que o “Espírito de Deus pairava sobre a face das águas”. Por essa declaração é possível perceber que não há nenhum conflito ou contraposição entre transcendência e imanência, ou entre além e aquém. Pensar na necessidade de compromisso que as comunidades de fé devem ter com as questões ecológicas passa pela compreensão da presença de Deus no mundo e pela fé nessa presença. A teologia do processo ajuda significativamente nessa reflexão entre teologia e ecologia e na relação de Deus com sua criação.

O pensamento do processo se revela contrário às práticas dominantes da vida moderna, além de ser uma alternativa aos dualismos alma e corpo, espírito e natureza, mente e matéria, indivíduo e coletivo. Ter uma fala relevante na situação contemporânea é grande desafio, e a teologia que mais adequadamente se apropriou das contribuições do pensamento do

processo é chamada de teologia do processo. Os pensadores do processo estão preocupados em conceber o mundo como um organismo, algo vivo, dinâmico, distanciado de um modo mecânico de ver a realidade. Então, a característica dessa teologia é o processo, isto é, a compreensão de que a realidade não é estática, imóvel, separada e substancial, mas é dinâmica, está em processo. Muito significativo na ideia de organismo é que a existência de cada ente deve ser vista na relação com seu meio ambiente. Seguindo essa linha de pensamento, na perspectiva da fé no Deus criador, a atenção deve se concentrar numa criação que ainda está em processo de se fazer, ou seja, numa natureza plena de energia criativa.

O aspecto descrito acima pode ser chamado de modelo ecológico, pois valoriza uma postura de apreciação de todos os seres vivos numa tentativa de superar o utilitarismo consagrado pelo modelo mecânico, que tem o ser humano como centro e medida de todas as coisas (antropocentrismo). Isso significa alargamento e desejo de mudança: da visão antropocêntrica para a ecológica.

É importante que se diga que o modelo ecológico tem desdobramentos muito significativos, particularmente na doutrina de Deus. No teísmo clássico, Deus se caracteriza como substância imutável, enquanto a teologia do processo o vê como a mais perfeita exemplificação do modelo ecológico. Essa divina perfeição não significa que Deus seja insensível ao sofrimento e à dor da sua criação, mas aberto, receptivo e responsivo. Deus é constituído por relações com toda a sua criação, e essa relação expressa o amor. Deus não está distante, simplesmente observando o sofrimento de sua criação, que é duramente agredida. Também não está indiferente ao grito de dor da criação por causa do ferimento (cf. Romanos 8,22) provocado pela falta de preservação, falta de cultivo do ser humano. Assim, Deus está envolvido amorosamente *com* e *na* sua criação. O aspecto que podemos mencionar na questão da imanência de Deus ou da sua necessária relação com o mundo é a busca por uma visão integral de Deus e do mundo.

Uma das principais contribuições dos teólogos do processo é apresentar uma visão de Deus verdadeiramente presente na sua criação. “O Espírito do Senhor enche a terra” (Sabedoria 1,7). Deus está no mundo.

3. Ecofeminismo: teologia e ecologia a partir do olhar feminino

Uma reflexão sobre Deus – e sobre tudo que a ele se relaciona – a partir da visão das mulheres não pode ser ignorada nos dias atuais (reflexão feminista). Quando se trata da experiência que as mulheres têm de Deus e de mundo com o fito de descrever a relação de Deus com o mundo, trata-se de ecofeminismo. A proposta central é redefinir como Deus se relaciona com o mundo. O termo ecofeminismo reúne, portanto, duas preocupações: a ecologia e o feminismo. As ecofeministas afirmam haver estreita ligação entre dominação das mulheres e dominação da natureza (Ruether, 2000, p. 11).

Essa relação entre dominação das mulheres e dominação da natureza acontece no nível simbólico-cultural e socioeconômico. A religião se insere nessa dinâmica da dominação ocidental, pois especificamente a tradição cristã exerceu papel determinante nos processos que inferiorizaram as mulheres e a natureza, por meio dos seus padrões simbólico-culturais (Ruether, 2000, p. 12). Diante desse quadro de dominação simbólico-cultural e socioeconômica, as ecofeministas vão afirmar que o relacionamento saudável entre os seres humanos e a terra exige nova espiritualidade e nova cultura simbólica. De igual modo, sugerem que os textos sagrados sobre a criação, o pecado, o mal e a destruição do mundo não foram interpretados de modo a enfatizar positivamente a mulher e por isso devem ser relidos e reinterpretados.

É importante o aspecto salientado pelo ecofeminismo relativo à possibilidade de pensar numa vida de relações pessoais mais próximas da natureza e também mais em contato com os sonhos alimentados por diferentes grupos. O ecofeminismo se empenha em pensar uma

teologia que tudo relaciona, que respeita e celebra a diversidade, as combinações, conforme está escrito: “Há diversidade de dons da graça, mas o Espírito é o mesmo” (1 Coríntios 12,4). A redução a uma única expressão implica o risco de matar a vida. Além disso, a biodiversidade ou pluralidade vai revelar que o cosmos, a Terra e todos os seres estão em processo, em constante desenvolvimento; é imperioso afirmar uma convivência em meio a tamanha diversificação. A unidade não deve ser pensada como sinônimo de perda de identidade, mas como afirmação dessa identidade (Gebara, 1997, p. 102).

Finalmente, a perspectiva ecofeminista não é fechada, mas aberta ao diálogo, tendo a mulher como interlocutora privilegiada. A articulação do feminismo para pensar a vida e a ecologia “nos abre não só para uma possibilidade real de igualdade entre mulheres e homens, de diferentes culturas, mas para um relacionamento diferente entre nós, com a Terra e com todo o cosmo” (Gebara, 1994, p. 69).

4. As comunidades de fé e a atual questão ecológica

Os movimentos atuais do Espírito são tão desafiadores para a teologia quanto a atual realidade ecológica. Diante disso, não é possível atender a esses desafios utilizando uma interpretação do tipo normativa. Uma centralidade do Espírito Santo na teologia cristã atual certamente muda o modo de elaborar a teologia e de ler seus temas clássicos, como a eclesiologia e a cristologia, que ocupam o lugar central na interpretação normativa. A teologia ocidental se moveu no interior de um eixo interpretativo eclesiológico-cristológico. Uma interpretação teológica que contemple um novo eixo, que deve emergir do diálogo com os movimentos do Espírito (das comunidades de fé cristã e suas práticas) e da realidade ecológica atual, é o que propomos e chamamos de *pneumatológico-ecológica*.

Há, em nosso continente, espetacular avanço do movimento carismático e do

pentecostalismo, e não faltam interpretações com mediações da sociologia e da antropologia. Essas articulações socioantropológicas sugerem sempre interpretações que associam superprodução simbólica como compensação da real carência econômica na vida das pessoas crentes. A teologia se valeu muito dessa mediação para articular o seu discurso, como ato segundo dessas leituras socioantropológicas. Dessa forma, ela não teve condições de fazer uma leitura teológica desses novos movimentos e perceber sua dinâmica, a riqueza simbólica neles presente e as imagens de Deus que deles emergem. No entanto, foram esses movimentos do Espírito que deflagraram transformações importantes na teologia cristã: “com o ingresso das Igrejas ortodoxas em 1961 e o ingresso, mais tarde, de algumas Igrejas pentecostais no movimento ecumênico, é nesses dois terrenos que estão ocorrendo os avanços na pneumatologia” (Moltmann, 1998, p. 16). Isso ocorre de modo muito mais significativo na América Latina. O fato é que a teologia seguiu o rastro dessas interpretações socioantropológicas e repetiu a ênfase na eclesiologia e na cristologia. Tanto uma quanto outra foram determinantes para a rica e criativa reflexão teológica latino-americana.

Ora, privilegiar a cristologia e a eclesiologia na teologia do nosso continente significa dizer que houve grande preocupação em dialogar com a herança teológica em que prevaleceu o viés hermenêutico cristologia-eclesiologia na reflexão teológica libertadora. Dessa forma, as grandes inovações da teologia latino-americana se deram dentro desse eixo interpretativo. Não obstante a contribuição que a teologia da libertação ofereceu e ainda oferece, é preciso fazer essas constatações críticas quanto aos seus limites. Portanto, é preciso avançar, buscando uma imagem do Espírito Santo plausível para a realidade da América Latina, de tal maneira que a natureza também seja incluída nesse projeto de libertação, visto que o mundo moderno a destrói sem medida, e os limites da ação do Espírito Santo não se esgotam no ser humano, mas se estendem a toda a criação.

5. Espírito e natureza: considerações finais

É interessante refletir sobre os aspectos da fé cristã e da vida na perspectiva da pneumatologia, partindo da experiência e da teologia do Espírito Santo. Partir da experiência significa ultrapassar os limites da teologia da Igreja, que é a “teologia dos pastores e dos padres” (Moltmann, 1998, p. 29). Partir da *experiência*, então, significa fazer “teologia de leigos”, e isso implica privilegiar e ampliar os espaços onde a vida se faz e se refaz, se produz e se reproduz, o que equivale a estender os espaços de comunhão com o Espírito.

A teologia se mostra atual quando vai além dos métodos que circunscrevem a ação do Espírito nos limitantes espaços eclesiais – porquanto enfatizam a relação entre pneumatologia e eclesiologia – ou entendem a ação do Espírito apenas como uma confirmação totalmente subjetiva do processo revelador objetivo de Jesus, à medida que sublinham a relação subserviente da pneumatologia para com a cristologia. Contudo, o Espírito vivifica-nos supra onde quer (João 3,8).

A teologia deve ser articulada de modo dialogal e inclusivo, atentando também para os problemas sociais, étnicos, políticos e ecológicos. Quando a teologia falar de salvação, deverá relacioná-la com a vida eterna e com a cura nesta vida oprimida, doente e pobre. Com isso, a salvação não deve significar instâncias separadas entre além e aquém. “‘Além’ e ‘aquém’ não mais são níveis diferentes do ser na terra e no céu, mas diferentes épocas do mundo do único processo de redenção. Os tempos presente e futuro estão imbricados um no outro *pericoreticamente* como antecipação e plenificação” (Moltmann, 2004, p. 205).

O outro elemento do eixo interpretativo que temos sugerido é a ecologia. A reflexão sobre Deus, e sobre tudo que a ele se relaciona, deve ser total, de tal modo que celebre a vida inteira (humana e não humana). O ser humano não é o dominador e o centro da criação, mas tem a tarefa de cuidar da criação, guardá-la (Gênesis 2,15) e desenvolver uma relação harmônica com a “mãe-terra (*‘adamah’*)” (Reimer, 2006, p. 14). Por isso, insistimos que a teologia

latino-americana não deve se esquivar dos problemas ecológicos, como se isso não fizesse parte de nossa realidade.

A história dos primeiros habitantes do nosso continente revela uma herança de relação de respeito à natureza que, de algum modo, precisa ser resgatada. Respeitar a criação é respeitar a vida. Não se podem negligenciar certos carismas no dia a dia do mundo, no movimento ecológico, nos processos de afirmação da vida. As questões ecológicas aqui estão ligadas à questão da qualidade da vida, particularmente dos seres mais frágeis e das pessoas mais pobres em suas precárias condições de existência. Por isso, a experiência carismática do Espírito de Deus não deve ser despolitizada, tampouco despolitizante, pois o Espírito Santo é fonte de energia, fonte da vida, de toda a vida.

Finalizamos aqui estas observações introdutórias sobre a preocupação principal da teologia hoje. O Espírito na vida das comunidades cristãs em nosso continente ocupa lugar central, e assim será nos próximos anos da história da Igreja. De igual modo, a questão ecológica se fará presente na reflexão teológica e também nas práticas de fé.

BIBLIOGRAFIA

- BINGEMER, Maria Clara. Teologia e espiritualidade. Uma leitura teológico-espiritual a partir da realidade do movimento ecológico e feminista. *Cadernos de Teologia Pública*, São Leopoldo: Unisinos, ano 1, n. 2, 2004.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio Janeiro: Sextante, 2004.
- COMBLIN, José. *O tempo da ação: ensaio sobre o Espírito e a história*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião*. São Paulo: Olho d'Água, 1997.
- _____. *Trindade, palavra sobre coisas velhas e novas: uma perspectiva ecofeminista*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- MOLTMANN, Jürgen. *Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- _____. *O Espírito da vida: por uma pneumatologia integral*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- REIMER, Haroldo. *Toda a criação: ensaios de Bíblia e ecologia*. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminismo: mulheres do Primeiro e Terceiro Mundos. *Mandrágora: Ecofeminismo: tendências e debates*, São Paulo, ano 6, n. 6, 2000.

ROTEIROS HOMILÉTICOS

(Também na internet: www.paulus.com.br)

Celso Loraschi*

32º DOMINGO DO TEMPO COMUM /
TODOS OS SANTOS E SANTAS
(6 de novembro)

SANTIDADE: O JEITO HUMANO
DE SER

I. INTRODUÇÃO GERAL

Nascemos de Deus. Fomos criados à sua imagem e semelhança. Deus é bom. Deus é santo. Podemos ser bons e santos, realizando a vontade de Deus. Nosso modelo é Jesus Cristo: ele nos ensinou o caminho. Na proclamação das bem-aventuranças, Jesus indica como viver na santidade: com pobreza, mansidão, justiça, misericórdia, pureza de coração e empenho pela paz (Evangelho). Desde as primeiras comunidades cristãs, temos o exemplo de uma multidão incontável de mulheres e homens que seguiram radicalmente a Jesus Cristo. Muitos foram cruelmente perseguidos e martirizados por causa de sua fidelidade ao evangelho (I leitura). Somos filhos e filhas de Deus. Por isso, o nosso jeito de ser deve estar de acordo com a dignidade conferida pela filiação divina. Podemos viver no mesmo amor com que o Pai nos ama, de modo perseverante, até a plenitude (II leitura). O tempo transitório em que estamos neste mundo é a oportunidade de manifestar a glória de Deus por meio de uma vida santa.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 5,1-12a): Quem são os bem-aventurados?

A proclamação das bem-aventuranças, no Evangelho de Mateus, dá a abertura ao “Sermão

da Montanha”, no qual Jesus apresenta a nova justiça. Segundo o ensinamento oficial do judaísmo no tempo de Jesus, a justiça baseava-se no cumprimento da Lei. Mateus, que escreve para os cristãos provindos do judaísmo, indica novo caminho: a justiça agora é praticar os ensinamentos de Jesus.

Assim como a lei antiga veio por meio de Moisés no monte Sinai, a nova lei vem por meio de Jesus. Assim como se deu com Moisés, a nova justiça é proclamada por Jesus sobre uma montanha, para os judeus lugar de manifestação da vontade divina. A posição de Jesus (sentado) revela que possui a autoridade de um mestre, conforme o costume entre os rabinos judaicos. É um discurso solene, de importância especial para as comunidades cristãs.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é o olhar de Jesus sobre a multidão. É de dentro dela que Jesus vai tirar os princípios que devem orientar os seus seguidores. Não é por acaso que os discípulos se aproximam de Jesus. O sermão dirige-se prioritariamente a eles. As lições são tiradas da Sagrada Escritura e, especialmente, da vida das pessoas do povo. Nela, Jesus encontra os valores que fundamentam o seu evangelho, a boa notícia de vida para todos.

A multidão que segue a Jesus é formada de *pobres em espírito*. Trata-se de pessoas vítimas do sistema dos poderosos, vergadas sob o peso

* Mestre em Teologia Dogmática com Concentração em Estudos Bíblicos pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo; especialização em Teologia Bíblica e bacharel em Teologia pela Universidade Católica de Pelotas e pelo Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo; graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages. Leciona as disciplinas Mateus e Marcos, Lucas e Atos dos Apóstolos no Instituto Teológico de Santa Catarina (Itesc).

do legalismo religioso e da opressão política e econômica. São pessoas indefesas que vivem da esperança de dias melhores. A essa gente Jesus vem trazer a libertação. O horizonte é o reino de Deus, onde não haverá exclusão. Os pobres são os protagonistas do reino. Jesus conta com eles, pois clamam por mudança social e, por isso, se mostram abertos à nova proposta.

São pessoas *mansas* que rejeitam a violência como caminho de solução de seus problemas; possuem a consciência de sua pequenez e confiam na bondade e grandeza de Deus, superando a amargura e o desejo de vingança. Como os oprimidos na origem de Israel, anseiam por uma terra de liberdade e de vida digna.

São pessoas *aflitas* devido à penúria e à instabilidade em que vivem; choram marcadas pelo tratamento desumano, pelo abandono social, pelas dívidas, doenças, acusações injustas... São pessoas que *têm fome e sede de justiça*, pois sentem na pele os efeitos de uma sociedade baseada no poder do mais forte. A fome e a sede eram uma realidade cotidiana da maioria das pessoas que seguiam a Jesus em suas jornadas missionárias e também das que pertenciam às comunidades cristãs primitivas.

São pessoas que, apesar de oprimidas, são *misericordiosas*. Elas se mantêm abertas e acolhedoras; amam incondicionalmente, reconhecem-se pecadoras e esperam a salvação que vem de Deus... São pessoas *puras de coração*: mesmo excluídas do sistema religioso oficial por serem consideradas impuras (doentes, estrangeiras, pecadoras...), não se deixam contaminar pelos interesses dos dominantes, mas cultivam a confiança em Deus e buscam viver na transparência e na autenticidade.

São pessoas que *promovem a paz* num contexto de conflitos e guerras. Não são “pacíficas” no sentido de evitarem envolver-se em questões sociais conflituosas, mas são militantes por um mundo de paz. Suas atitudes são marcadas pela “não violência ativa”, desdobramento do amor que caracteriza os filhos e filhas de Deus... São pessoas, enfim, *perseguidas por causa da justiça*, que sofrem as consequências de ser fiéis à proposta do reino de Deus.

As bem-aventuranças não são expressão de pena ou de consolo oportunista para as pessoas sofredoras; pelo contrário, são a convocação de Jesus para o compromisso dos pobres em vista de sua libertação. Elas sintetizam o caminho de santidade que pode ser seguido por todas as pessoas de boa vontade.

Livro dos salmos

Anos A – B – C

CNBB



Cantar os salmos com a Igreja. Eis a proposta que nos é oferecida com a presente publicação. Expressão orante do povo de Israel, os salmos tornaram-se a oração da Igreja, que com Cristo reza ao Pai, no Espírito Santo. A renovação litúrgica tem nos incentivado a cantar a liturgia que celebramos como maneira eficaz de participação consciente, ativa e frutuosa nos santos mistérios

Formato: 20 cm x 27 cm
Páginas: 248
Cód.: 9788534929776

Vendas: (11) 3789-4000
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.

2. I leitura (Ap 7,2-4.9-14): Uma multidão de santos

O Apocalipse foi escrito para encorajar as comunidades cristãs a perseverar no meio de grande sofrimento. O texto deste domingo reflete o testemunho dado por uma multidão de cristãos diante da violenta perseguição desencadeada pelo imperador Nero ao redor do ano 65. A visão é um recurso próprio do gênero apocalíptico para revelar o que os olhos da fé captam por trás dos acontecimentos.

As comunidades perseguidas, mergulhadas em profunda dor, gritam por justiça. Deus intervém a seu favor. Os anjos são seus justiceiros. Devem, no entanto, respeitar todos os que são assinalados. A cena lembra a saída do povo do Egito, quando as casas dos escravos hebreus foram marcadas com o sangue do cordeiro para serem protegidas da vingança divina.

As 144 mil pessoas assinaladas (12 x 12 x 1.000) representam a totalidade dos servos e servas de Deus, tanto da primeira aliança como da segunda. São todas as que não se contaminam com a ideologia dos poderosos. São as que permanecem fiéis ao plano de Deus a ponto de entregar a própria vida, como fez Jesus, o Cordeiro imolado. Esse é o sentido das vestes brancas.

Deus é o protetor e salvador dos pequeninos, dos indefesos e dos perseguidos por causa da justiça. São milhares de “todas as nações, tribos, povos e línguas”. Pertencem a todas as tradições religiosas. Com coragem e perseverança, seguem o caminho do bem e lutam por um mundo de fraternidade. Nós, cristãos, recebemos a marca do batismo, que nos torna servos e servas de Deus. Somos convocados a perseverar no seguimento de Jesus; somos chamados a ser santos, vivendo e anunciando os valores evangélicos da misericórdia, da mansidão, da justiça, da paz...

3. II leitura (1Jo 3,1-3): Somos filhos e filhas de Deus

O amor de Deus não tem limites. Ele fez de nós participantes de sua própria natureza divina. Somos seus filhos e filhas já neste tempo transitório e o seremos plenamente na ressurreição. Essa verdade tão bela nos enche de dignidade e nos impulsiona a viver de acordo com a vocação divina.

O jeito divino de viver não se conforma com os sistemas baseados no domínio de uns sobre

os outros e sobre a criação. Como fez Jesus, os cristãos devem posicionar-se de forma clara a favor de uma sociedade onde reine o amor fraterno, pois “quem diz que ama a Deus e odeia o seu irmão é um mentiroso” (1Jo 4,20).

As pessoas que vivem de modo coerente com o evangelho se confrontam com os interesses egoístas dos que dominam este mundo. Jesus preveniu seus discípulos de que seriam perseguidos, presos e até mortos. Os que sofrem por causa da fidelidade aos valores evangélicos fazem parte dos bem-aventurados...

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *As bem-aventuranças indicam o caminho da santidade.* Ser santo não significa ser uma pessoa fora do comum. Jesus viveu como uma pessoa normal junto à sua família, comunidade e sociedade. Praticou a vontade do Pai nas pequenas coisas e aprendeu, junto com o seu povo e meditando a Sagrada Escritura, a reconhecer os valores que caracterizam uma vida de santidade. Nas bem-aventuranças, ele sintetiza esses valores, encorajando as pessoas simples e pequeninas a se empenhar por um mundo novo, o reino de Deus. Hoje, de que maneira podemos viver as bem-aventuranças? Quais são os valores a que não podemos renunciar como seguidores de Jesus? Quem são os bem-aventurados na família, na comunidade, na política...?

- *Somos marcados com o sinal de Deus.* As comunidades cristãs primitivas enfrentaram situações de grande crise por causa das perseguições. Muitas pessoas foram martirizadas. Por meio dos encontros comunitários, pelas orações e pela reflexão sobre a palavra de Deus, elas encontraram sabedoria e coragem para superar o medo e confiar na proteção divina. Sentiam-se marcadas pelo amor misericordioso de Deus. Hoje, como enfrentamos os sofrimentos e as crises? Quais meios nos fazem crescer na fé em Deus e perseverar no caminho do bem? Temos a marca divina em nós pelo batismo: o que isso significa na prática? Podemos lembrar o testemunho de alguns mártires e santos...

- *Somos filhos e filhas de Deus!* Somos de natureza divina, nascidos do amor gratuito de Deus. Podemos cultivar, de forma sempre renovada, o jeito divino de ser, que é igual ao jeito verdadeiramente humano: honestidade, respeito mútuo, diálogo, carinho, atenção a quem sofre, acolhida, perdão, cuidado com a natureza...

I. INTRODUÇÃO GERAL

O tempo é dom de Deus. É a oportunidade que ele nos oferece para a realização de boas obras. Somos administradores do seu plano. Para isso, Deus dá a cada pessoa diferentes talentos. Ele pedirá contas do que fizermos ou deixarmos de fazer (Evangelho). Portanto, é importante saber viver o tempo presente de modo digno, aguardando a vinda do Senhor. A vigilância é atitude sábia: permite que estejamos sempre à disposição da graça, prontos para o encontro definitivo com Deus, não importa quando e como ele venha. Com a vigilância vem a sobriedade, a maneira simples e transparente de viver, como fazem os “filhos da luz” (II leitura). As necessidades cotidianas, tanto materiais como afetivas, precisam ser supridas. A dedicação amorosa, retratada na mulher exemplar (I leitura), produz na família e na comunidade um clima de alegria e de confiança mútua. É preciso discernimento: o ser humano não pode ser avaliado pelo que produz, mas deve ser acolhido e amado pela sua dignidade. Todos, no entanto, devem contribuir para a construção do mundo justo e fraterno, sinal do reino de Deus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 25,14-30): Para que servem os talentos?

O evangelho deste domingo faz parte do quinto e último discurso de Jesus (Mt 24-25), conforme o esquema literário de Mateus. Está voltado para as realidades futuras, apontando a segunda vinda de Jesus como o evento norteador de todo comportamento no tempo presente.

A parábola apresenta um homem que, ao viajar para o estrangeiro, chama seus três servos, confiando-lhes os seus bens. A cada um entrega os talentos conforme a sua capacidade. Mesmo o que recebe um talento tem em mãos algo de muito valor, considerando que o talento equivalia a aproximadamente 34 quilos de ouro. O centro da questão está na maneira como cada um aplica o que recebe do seu senhor. A forte reprimenda dada ao que enterrou o talento indica a chamada de atenção que os

autores desejam fazer aos interlocutores. O que estaria acontecendo na comunidade cristã de Mateus, ao redor do ano 85, época da redação do seu evangelho?

Podemos suspeitar que, entre os judeu-cristãos, havia alguns que se acomodaram numa situação de fechamento e de indiferença para com o próximo. Considerando o conjunto do livro, percebemos a intenção fundamental que é a prática da justiça, não conforme a interpretação oficial da Lei, e sim conforme a vontade divina. Esta se realiza pela vivência do amor aos pobres e pequeninos. Acontece que alguns judeu-cristãos ainda manifestavam extrema dificuldade de abrir-se à nova proposta inaugurada por Jesus. Permaneciam fechados num sistema religioso legalista e excludente. Não conseguiam conceber que o próximo também são os estrangeiros, os doentes, os marginalizados e todas as pessoas em situação de necessidade.

Portanto, o personagem que enterrou o talento por medo do seu senhor representa as pessoas que permanecem na “segurança” do sistema em que se encontravam antes de sua adesão à fé cristã. Representa todas as que estão acomodadas em seu “ninho”, preocupadas apenas com o seu bem-estar e indiferentes ao sofrimento alheio. A comunidade toda é chamada a fazer render os talentos, isto é, agir de modo criativo, promovendo relações de justiça e fraternidade. Esse é o jeito certo de se preparar para a volta do Senhor.

Percebemos que a parábola não pode ser interpretada na ótica capitalista. Ela não foi contada para legitimar a produção econômica em vista do acúmulo de bens nas mãos dos espertos, e sim para corrigir as atitudes egoístas e encorajar à prática do amor e da justiça, superando os sistemas de poder que excluem a maioria da população. A proposta de Jesus é de inclusão de todos no seu reino, e, para isso, ele conta com o empenho dos seus seguidores. Temos muitas e diferentes qualidades. Não podemos enterrá-las por egoísmo, medo ou comodismo.

2. II leitura (1Ts 5,1-6): Viver como filhos da luz

Um dos temas centrais da primeira carta aos Tessalonicenses diz respeito à segunda vinda do Senhor Jesus. Conforme se constata em vários outros textos do Segundo Testamento, a volta de Jesus ou o “dia do Senhor” é uma convicção de fé (cf. 1Cor 1,8; 5,5; Fl 1,6.10; 2,16...). As dú-

vidas referiam-se a quando e como se daria esse acontecimento. Paulo preocupa-se em orientar a comunidade cristã de Tessalônica, pondo ênfase no verdadeiro modo de se comportar neste tempo de espera. No que se refere à época da volta de Jesus, ela não deve motivar especulação por parte dos cristãos. Estes devem apenas ter consciência de que ele virá de surpresa. O próprio Jesus havia prevenido seus discípulos: “Tende os rins cingidos e as lâmpadas acesas... Felizes os servos que o Senhor, à sua chegada, encontrar vigilantes... Vós também estai preparados, porque o Filho do homem virá numa hora em que não pensais” (Lc 12,35-40).

A expressão “dia do Senhor” aparece também em vários textos do Primeiro Testamento. Refere-se à intervenção especial de Deus na história humana, normalmente com o objetivo de estabelecer um julgamento. Para Paulo, ter consciência da volta inesperada do Senhor é de extrema importância, pois determina a maneira correta de viver a fim de, assim, não temer o julgamento divino. Todo momento é decisivo. Portanto, é necessário agir como o vigilante que não sabe a hora em que o ladrão vai chegar. Não podemos dormir!

Tessalônica era uma cidade portuária, capital da província da Macedônia, com grande fluxo de gente provinda de várias partes do mundo. O ambiente social favorecia a oferta de variadas propostas prazerosas que davam a sensação de “paz e segurança”. Viver acordados ou vigilantes significa ter o cuidado para não “dopar-se” com o modo de ser dos que querem “aproveitar o tempo” para a satisfação dos seus desejos egoístas; é vencer a insensibilidade e a indiferença diante das necessidades do próximo; é viver na sobriedade, na simplicidade e na transparência; enfim, é acolher Jesus Cristo, Luz que brilha nas trevas e Verdade que nos liberta de todo tipo de escravidão...

3. I leitura (Pr 31,10-13.19-20.30-31):

O exemplo da mulher

O texto do qual foram tirados os versículos da primeira leitura (Pr 31,10-31) retrata uma visão patriarcalista, descrevendo a mulher na perspectiva masculina. No entanto, seguindo a indicação de algumas estudiosas da Bíblia, é preciso atentar para o fato de que esse texto conclui o livro de Provérbios. A conclusão está ligada ao início do livro, dedicado à reflexão

sobre a sabedoria. Mulher e sabedoria estão relacionadas. Nesse sentido, os versículos selecionados para a liturgia deste domingo visam contribuir para a reflexão sobre o bom uso do tempo.

A mulher é apresentada como alguém que tem extrema habilidade de gerenciar a sua casa; exerce ofícios diversos com destreza; é aplicada e sabe como adquirir os bens necessários para a família. Além disso, é sensível às necessidades alheias e sabe partilhar: “Estende a mão ao pobre e ajuda o indigente”. A conclusão revela a característica de uma pessoa sábia: “Enganosa é a graça e fugaz é a formosura! A mulher que teme ao Senhor, essa merece o louvor...”.

O texto exalta, portanto, uma vida pautada no temor ao Senhor. É um dom do Espírito Santo. É a fonte de onde brota a sabedoria, com todas as suas boas ações. Quem teme a Deus faz de sua vida um dom que lhe agrada. Todas as coisas são transitórias, também a graça e a beleza. As obras da sabedoria, porém, duram para sempre, porque são expressões do amor. Como escreverá Paulo: “O amor jamais passará” (1Cor 13,8).

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *O tempo é dom de Deus para boas obras.* Deus concedeu os talentos, de modo original, a cada um de nós. Ninguém está isento de contribuir para a construção de um mundo de fraternidade e justiça. Cada pessoa, conforme a sua capacidade, é chamada a fazer parte do grande mutirão a favor do reino de Deus. O comodismo e a indiferença contradizem a fé cristã. É bom que cada um de nós se pergunte: que talentos recebi de Deus e de que modo os desenvolvo e aplico? Conforme a parábola de Mateus, o servo que enterrou seu talento o fez por medo do seu senhor. O contrário do medo não é a coragem, e sim a fé. Quais medos, hoje, impedem o testemunho de vida, coerente com a fé e o seguimento de Jesus Cristo? Em nossa comunidade de fé (e também na sociedade), que boas ações precisam urgentemente ser feitas?

- *Viver como filhos da luz.* O tempo é sagrado. Caminhamos nesta terra ao encontro do Senhor. Não sabemos quando e como será. São Paulo nos alerta sobre o que é realmente importante: viver cada momento de modo digno, como filhos da luz. Para isso, é necessária a atitude de vigilância. Se não estivermos acordados, podemos ser

arrastados pela tendência ao individualismo, à indiferença, à droga, à corrupção, ao hedonismo... Podemos nos fechar em nosso mundo e nos desinteressar pelo sofrimento alheio, pela destruição do planeta... Podemos vislumbrar quais são as consequências provenientes destas duas propostas: viver como filhos da luz e viver como filhos das trevas?

- *Com sabedoria e com amor.* Há muita gente que põe o sentido de sua vida nos bens transitórios. Podem ter tudo e faltar-lhes a sabedoria. A mulher apresentada na primeira leitura nos indica como viver com sabedoria: no temor ao Senhor, isto é, na submissão ao seu plano de amor. Tudo o que fazemos deve ser realizado com especial dedicação, pensando no bem da família e também das pessoas que passam necessidade. A vida nos foi dada não para sermos escravos do ativismo, e sim para louvar a Deus em tudo o que fizermos. Todo momento é propício para amar a Deus e o próximo.

34º DOMINGO DO TEMPO COMUM /
CRISTO REI (20 de novembro)

OPÇÃO PREFERENCIAL PELAS PESSOAS
EXCLUÍDAS

I. INTRODUÇÃO GERAL

O tema central enfocado neste dia em que homenageamos a Jesus Cristo como Rei do Universo é o cuidado preferencial com as pessoas necessitadas. Na I leitura, pela boca do profeta Ezequiel, Deus se revela como o Rei-Pastor que vai ao encontro das ovelhas que se dispersaram por causa da negligência dos maus pastores, os líderes do povo. Ele as recolhe sob o seu cuidado direto. Dispensará a cada uma o tratamento necessário para a sua cura e integridade. O Evangelho de Mateus apresenta a parábola do julgamento final. Jesus identifica-se com as diversas categorias de pessoas sofredoras. O amor a Jesus é sinônimo de amor a cada pessoa em situação de necessidade. É condição para passar no teste do juízo final... Na II leitura, são Paulo proclama aos cristãos de Corinto a fé na ressurreição, tendo Cristo como primícia. Nele, todos receberão a vida. Por Cristo todos os poderes de morte serão destruídos, até que “Deus seja tudo em todos”. São indicações importantes para nós, hoje, chamados a viver da maneira digna do evangelho, ligando a fé com o compromisso social.

CD Liturgia VIII Advento – Anos B e C Grupo de solistas da PAULUS



O CD *Liturgia VIII* traz cantos litúrgicos para o tempo do Advento dos anos B e C. A regência do coral é de Eurivaldo Ferreira e a orquestração é do maestro Carlos Slivskin. Algumas faixas: *Quando Virá, Senhor* (abertura), *Mostrai-nos, Ó Senhor, a Vossa Face* (salmo responsorial) e *Visitai, Senhor, a Vossa Vinha* (comunhão). A interpretação é do grupo de solistas da PAULUS.

Faixas: 14
Cód.: 7891210005960

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Ez 34,11-12.15-17): Eu mesmo cuidarei do meu rebanho

A vocação profética de Ezequiel nasceu em pleno exílio da Babilônia (século VI a.C.). Sua profecia suscita esperança aos exilados, na certeza da volta para a terra prometida de onde foram arrancados. O exílio é analisado teologicamente como resultado da infidelidade de Israel à aliança com Deus. A transgressão se dá, especialmente, pelo comportamento negligente das lideranças, conforme podemos constatar pelas denúncias contidas em Ez 34. Aqueles que deveriam ser os cuidadores do povo tornaram-se pastores de si próprios e abandonaram as ovelhas. Agora elas estão dispersas, longe de seu aprisco, à mercê dos aproveitadores estrangeiros. Nessa situação lamentável, Deus intervém de modo a prescindir da mediação das lideranças. É o que enfatiza o texto da liturgia deste domingo.

A caracterização de Deus como o verdadeiro Pastor é comum em vários outros textos do Primeiro Testamento. Por exemplo, rezamos e cantamos frequentemente o Salmo 23(22). Com base na situação cultural da Palestina, onde o pastoreio é atividade cotidiana, os autores bíblicos extraem lições teológicas de especial significado para a fé judaico-cristã.

As pessoas empobrecidas depositam total confiança em Deus. Humilhadas e desprezadas por causa de sua condição social, entregam-se nas mãos daquele que as pode salvar. Desde a origem do povo de Israel, Deus revela-se como o “padrinho” dos abandonados. No contexto do exílio da Babilônia, ele vê a aflição do povo disperso, acolhe o seu grito e intervém para libertá-lo. Os verbos indicam a maneira como age o Bom Pastor: “Cuidarei do meu rebanho, dele me ocuparei, recolherei de todos os lugares, lhe darei repouso, buscarei a ovelha que estiver perdida, reconduzirei a desgarrada, curarei a fraturada, restaurarei a abatida... Eu as apascentarei com justiça”.

Deus julga e age corretamente. Sabe perfeitamente discernir entre ovelhas e ovelhas, entre bodes e carneiros. Não tolera a exploração nem a dominação de uns sobre os outros. Todo o seu rebanho tem o mesmo direito às condições para uma vida digna e saudável. Deus se põe a serviço do povo sofredor: é o que também Jesus vai fazer, bem como deverão fazer os seus seguidores.

2. Evangelho (Mt 25,31-46): O amor que salva

O capítulo 25 de Mateus é formado por três parábolas cujo tema central é a vigilância: a das dez virgens, a dos talentos e a do julgamento final. As três descrevem as atitudes de prudência ou de insensatez com relação à espera da vinda do Senhor. Nesta última parábola, novamente, o cotidiano dos pastores da Palestina serve de fonte de inspiração.

Jesus, o Filho do homem, veio para salvar a todos os povos. Sua prática histórica indicou o verdadeiro caminho da salvação: fez-se servo de todos, dedicando-se prioritariamente às pessoas excluídas. Na concepção da comunidade cristã de Mateus, ele voltará como governante, de modo glorioso, para o estabelecimento definitivo do reino de Deus. Todas as nações reunir-se-ão ao seu redor. Como verdadeiro Pastor, julgará com justiça. Os critérios de julgamento não serão a pertença a determinado povo (como pensava o judaísmo oficial), nem a esta ou aquela tradição religiosa, nem o cumprimento de todas as leis. Há uma só lei determinante, o amor às pessoas que sofrem necessidades: famintas, sedentas, forasteiras (migrantes), nuas, doentes e presas.

De acordo com o sistema sacerdotal da época, todos esses grupos faziam parte da categoria das pessoas impuras, que traziam o estigma da condenação divina. No entanto, Jesus conhecia muito bem as causas da exclusão social e jamais iria conceber a ideia de castigo divino. Pelo contrário, apresentou o verdadeiro rosto de Deus por meio de seu jeito terno e misericordioso de relacionar-se com as vítimas dos sistemas político e religioso.

A parábola também questiona: “Onde está Deus?” A ideia dominante é que Deus se encontra no templo de Jerusalém. No tempo em que Mateus escreve (pelo ano 85), o templo já não existe: fora destruído pelo exército romano no ano 70. Agora, para os rabinos, Deus está nas sinagogas e naqueles que cumpriam a Lei e, por isso, eram chamados de “justos”. Na parábola, as pessoas justas não são as que cumprem a Lei, e sim as que partilham o pão com os famintos, vestem os nus, acolhem os forasteiros, visitam os doentes e os presos...

Percebemos, então, que a justiça se confunde com a prática do amor ao próximo. Do mesmo modo, Deus e a pessoa necessitada estão em íntima relação: “O que fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes”. Nem

o templo, nem a sinagoga, nem a Lei são “lugares” privilegiados de encontro com Deus, e sim os “pequeninos”. Temos a possibilidade de escolher o caminho de salvação ou de condenação. O reino de Deus é amor, paz, justiça e fraternidade. Nele não há lugar para o egoísmo.

3. II leitura (1Cor 15,20-26.28): Em Cristo todos receberão a vida

Paulo, no capítulo 15 da primeira carta aos Coríntios, dedica-se a refletir sobre a verdade da ressurreição, o fundamento da fé cristã. Ele parte da ressurreição de Cristo, fato que vai além de qualquer dúvida. Assim como a morte entrou no mundo por meio da transgressão de Adão, a ressurreição nos é dada pela fidelidade de Cristo. Sofremos as consequências do pecado, mas em Cristo recebemos a graça salvadora. Nele a vida foi definitivamente resgatada. Ele tomou sobre si a nossa natureza humana pecadora e nos redimiu.

A história da salvação continua até a parúsia. O pecado com suas consequências serão definitivamente destruídos. Todas as coisas serão submetidas a Jesus e ao Pai. Então “Deus será tudo em todos”. A redenção, portanto, é graça divina para toda a humanidade e para toda a criação. De fato, formamos uma fraternidade cósmica.

A convicção de fé na ressurreição, bem como a certeza da graça redentora de Jesus Cristo, dá novo colorido aos nossos pensamentos, palavras e ações. Podemos entrar na dinâmica do Espírito e nos deixar transformar segundo a imagem de Cristo. Podemos viver cada momento na perspectiva da vida eterna e nos relacionar de modo fraterno com todas as pessoas e com todas as criaturas.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *Deus é o Bom Pastor que cuida de cada um de nós.* O profeta Ezequiel, no meio do povo exilado, suscitou um movimento de esperança e de confiança em Deus. O povo disperso não precisa cair no desespero, pois, sempre que alguém se encontra em situação de sofrimento, Deus intervém de maneira especial. Ele é o governante justo que zela pela vida e pela integridade de cada ser humano. Garante comida, saúde e paz para todos. É o Pastor que busca as ovelhas desgarradas e orienta as que estão sem rumo, trazendo-as para junto de si... Em quem depositamos nossa esperança hoje? Existem ovelhas desgarradas em

nossa comunidade? E o que fazemos para zelar pela vida uns dos outros?

- *A pessoa necessitada: lugar privilegiado de encontro com Deus.* O Evangelho de Mateus fala do julgamento final. Jesus, rei do universo, age com justiça. Identifica-se com as pessoas excluídas. O amor concreto aos que sofrem é o caminho garantido de encontro com Deus e de salvação eterna. Todas as pessoas, de todas as religiões e culturas, podem escolher o caminho do amor, dedicando-se à promoção da vida digna sem exclusão. Em nossos dias, há muitos rostos de pessoas sofredoras. Podemos listá-los de acordo com a realidade de cada comunidade... (Podemos também conferir o *Documento de Aparecida*, n. 65.)

- *Viver na perspectiva da vida eterna.* Fomos redimidos por Jesus. Com ele ressuscitaremos. O pecado e a morte são vencidos em Cristo. Desde já, podemos viver de tal maneira que “Deus seja tudo em todos”. Como será o cotidiano de uma pessoa que vive essa convicção de fé?

1º DOMINGO DO ADVENTO (27 de novembro)

A ARGILA NAS MÃOS DO OLEIRO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Estamos iniciando novo ano litúrgico, entrando no Advento, tempo de renovar as esperanças, na expectativa da vinda de Jesus. “Vigiai!” é a advertência do próprio Jesus a seus discípulos. Todo momento é propício para acolher o Salvador. Que ninguém seja surpreendido (Evangelho). O amor de Deus se manifestou na história do povo de Israel e, de forma plena, por meio de Jesus Cristo. Séculos antes do nascimento de Jesus, o povo dirigia-se a Deus como Pai e Redentor. Mesmo com as infidelidades dos seus filhos, o Pai permanece fiel à aliança de amor. Ele perdoa e protege os pecadores arrependidos; está próximo de quem pratica a justiça e age em favor de quem espera nele. Deus Pai nos educa e nos transforma: nós somos a argila, e ele é o oleiro (I leitura). Sua graça foi derramada abundantemente sobre todos nós por meio do seu Filho, Jesus. Paulo constata o efeito dessa graça no comportamento dos cristãos de Corinto. Também a nós, hoje, Deus concede todos os dons para sermos irrepreensíveis na esperança da plena revelação de Cristo (II leitura). Conduzidos pelo espírito

da palavra de Deus contida nas leituras deste domingo, preparamo-nos de modo digno para o Natal, voltando ao caminho do amor e da fidelidade a Deus e ao próximo.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mc 13,33-37): Vigiai, vigiai, vigiai!

Nos últimos domingos, os textos do evangelho enfatizaram o tema da vigilância. Mergulhados no clima das primeiras comunidades cristãs, os evangelistas orientam para o modo digno de viver na expectativa da segunda vinda de Jesus. Também hoje, o Evangelho de Marcos insiste na atitude de vigilância. É tema oportuno para o início de novo ano litúrgico e entrada no tempo do Advento.

O acontecimento histórico que está por trás das reflexões contidas no capítulo 13 de Marcos é a destruição do Templo e da cidade de Jerusalém pelo exército romano, no ano 70. Foi enorme o impacto dessa catástrofe que arrasou os símbolos maiores da fé judaica, provocou a morte de muita gente e forçou a fuga de quem conseguiu se salvar. Muita gente do povo foi pega de surpresa.

A comunidade de Marcos extrai desse acontecimento, à luz da fé em Jesus Cristo, importantes lições que orientam o modo de viver dos cristãos. Trata-se de uma exortação para a vigilância. Por três vezes, nesse pequeno texto, aparece o imperativo: “vigiai!”

Como em vários outros momentos, o evangelista faz uso da parábola (recurso que Jesus deve ter usado frequentemente) para despertar a atenção e levar à reflexão e a conclusões pessoais. Os “servos” e o “porteiro” são os membros da comunidade, convocados a não “adormecer” (seduzidos pelas propostas de um mundo afastado de Deus) nem desanimar diante das perseguições e de todos os tipos de dificuldades. Uma dessas dificuldades, evidentes no Evangelho de Marcos, é a disputa interna pelo poder, como podemos constatar nos três anúncios da Paixão (8,31-38; 9,30-37; 10,32-45). Jesus insiste na prática do serviço: “Aquele que dentre vós quiser ser grande seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós seja o servo de todos” (10,43-44). Quem leva a sério essas palavras de Jesus é “servo vigilante”. Não precisa temer a hora em que voltará o Senhor...

A parábola termina com a frase: “O que eu vos digo, digo a todos: vigiai”. Portanto, a exortação de Jesus é, em primeiro lugar, para os discípulos que se encontram ao seu redor e a todos os que viriam depois deles. Hoje é dirigida a todos nós que temos a graça de ouvi-la e praticá-la.

2. I leitura (Is 63,16b-17.19b; 64,2b-7): Deus é nosso Pai e nosso Redentor

Esse texto do Terceiro Isaías consiste numa súplica dirigida a Deus, na qual o povo confessa os seus pecados e reconhece a soberania divina conforme foi revelada na história de Israel. A situação que transparece é de desolação nacional. Somente a intervenção de Deus poderá salvá-lo. Não seria a primeira vez: em muitos outros momentos de desgraça, Deus ouviu o clamor do seu povo. Nesse sentido, a memória histórica funciona como importante elemento de animação da esperança.

A época da redação do Terceiro Isaías é em torno do ano 420 a.C. A comunidade judaica pós-exílica está organizada sob o domínio dos persas. O Templo está reconstruído e o sistema sacerdotal de pureza está imposto. Boa parte da população sofre as consequências da exploração econômica e é excluída do Templo por ser considerada impura.

O texto que hoje meditamos reflete a perplexidade desse povo socialmente pobre e religiosamente excluído. A esperança está em Deus. Ele é Pai e Redentor. O termo hebraico *go'el* (redentor) faz parte da tradição histórica de Israel: é aquele que resgata a dívida dos pobres. Se o sistema religioso oficial rejeita os “impuros”, Deus os acolhe, perdoa e redime. O texto reivindica o governo direto de Deus, transcendendo as mediações humanas. Os justos não são os que seguem o legalismo do Templo, e sim os que depositam a confiança em Deus. O Deus de Israel sempre agiu a favor dos que esperam nele. “Tu te achegaste àquele que, cheio de alegria, pratica a justiça; aos que, seguindo pelos teus caminhos, se lembram de ti” (Is 64,4a).

A experiência do povo, porém, naquele momento, é marcada pela sensação de estar abandonado pelo próprio Deus. Ainda assim, o povo não abdica da confiança. A súplica transforma-se em arrependimento pelas transgressões, com firme propósito de emendar-se e deixar-se moldar por Deus Pai: “Tu és nosso Pai, nós somos a argila; e tu és o nosso oleiro, todos nós somos

obras de tuas mãos” (64,7). Essa bela confissão pode muito bem tornar-se, para cada um de nós, um caminho de espiritualidade neste tempo de Advento e na caminhada ao encontro definitivo com Deus.

3. II leitura (1Cor 1,3-9): Deus nos chama à comunhão

Paulo manifesta sua alegria diante do testemunho cristão revelado pela comunidade de Corinto. Ao longo da carta, ele oferecerá diversas orientações para o crescimento ainda maior dos participantes daquela igreja. Já na introdução, expressa uma ação de graças a Deus e incentiva os cristãos à fidelidade ao Senhor Jesus Cristo. A comunidade de Corinto era formada, em sua maioria, por gente que não era sábia segundo a lógica do mundo, não era poderosa e não tinha prestígio social. Em outras palavras, eram pessoas consideradas sem valor (cf. 1Cor 1.26-27). Então, quais são os motivos da ação de graças?

Os motivos que Paulo enumera são vários: ele diz que a comunidade acolheu “a graça de Deus dada através de Jesus Cristo”; também diz que Jesus cumulou a comunidade “de todas as riquezas: da palavra e do conhecimento”; alegra-se ainda porque “o testemunho de Cristo tornou-se firme a tal ponto que não falta nenhum dom”. É também uma comunidade que está vigilante, à espera da “revelação de nosso Senhor Jesus Cristo”.

São motivos de exultação para Paulo, pois foi ele que primeiramente anunciou o evangelho em Corinto, ao redor do ano 50. Estabeleceu-se por lá, na casa de Priscila e Áquila, durante um ano e meio. Fez questão de trabalhar para não depender da ajuda alheia. Aprendeu a renunciar ao egoísmo farisaico para seguir a Jesus Cristo crucificado, unindo-se aos “crucificados” da sociedade. Organizou a comunidade cristã... Agora, Paulo, cinco anos depois, encontra-se em Éfeso e recebe a notícia de que a comunidade continua viva e atuante.

Então, Paulo, como bom evangelizador, não perde a oportunidade de animar os seus filhos espirituais, dizendo que Cristo os “fortalecerá até o fim, para que sejam irrepreensíveis”. E lembra-lhes qual vocação receberam de Deus: a comunhão com Jesus. A “comum-união” é o que caracteriza as famílias e as comunidades cristãs. É o jeito de ser das pessoas que seguem a Jesus. A fé e a unidade andam juntas.

CD Cantando os salmos (vols. I e II)

Ano B

Grupo Vocal Caracoral e Coral Palestrina da Arquidiocese de Curitiba



Imagens meramente ilustrativas.

Cantando os salmos – Ano B é um projeto coordenado pela irmã Miriam T. Kolling. O CD duplo apresenta salmos para ocasiões como Advento, Natal, Pentecostes, Páscoa e Ascensão do Senhor. Outras solenidades e festas também são atendidas pelo repertório, entre elas: Imaculada Conceição, Todos os Santos, Apresentação do Senhor e Exaltação da Santa Cruz.

Faixas: 47 (disco I) e 33 (disco II)
Cód.: 7891210005991

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br



III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *Somos servos vigilantes?* Jesus sabe que enfrentamos dificuldades de toda espécie no caminho da santidade. Vivemos pressionados por muitas propostas atraentes e enganosas. Não podemos “dormir” como quem se deixa levar pelo espírito de alienação, de indiferença e de acomodação. O evangelho que ouvimos insiste na atitude da vigilância. O servo vigilante é aquele que vence o egoísmo pela prática do amor-serviço. O tempo de Advento é propício para avaliar as nossas atitudes cotidianas: somos servidores “vigilantes” ou somos egoístas “dorminhocos”?

- *Somos argila nas mãos do Oleiro?* Temos a oportunidade de participar deste tempo de graça que é o Advento. Não podemos desperdiçá-lo com distrações que nos desviam do essencial, que é acolher Jesus Cristo de forma digna. O texto de Isaías nos lembra que Deus é nosso Pai querido: ele nos criou e nos educa. Quando erramos e nos arrependemos, ele nos perdoa. Ele é o Redentor (*Go'el*) que assume as nossas dívidas e nos oferece nova oportunidade para sermos pessoas verdadeiramente livres. Sejamos como a argila nas mãos do oleiro: Deus nos corrige, nos molda, nos transforma e nos realiza plenamente. O que está impedindo a ação do divino Oleiro em nossa vida? Quando e como estamos manifestando resistência à sua graça?

- *Vivemos em comunhão?* São Paulo alegrou-se profundamente com o testemunho cristão da comunidade de Corinto. Chamou a atenção para o chamado que Deus nos faz para viver e promover a “comum-união”. Certamente conhecemos as consequências de uma comunidade desunida e também os ótimos frutos produzidos por uma comunidade unida... A preparação para o Natal não pode ser apenas pessoal, mas também familiar e comunitária: como estamos vivendo a comunhão com Deus e entre nós?

2º DOMINGO DO ADVENTO (4 de dezembro)

PREPARAI O CAMINHO DO SENHOR

I. INTRODUÇÃO GERAL

Os textos bíblicos da liturgia deste 2º domingo do Advento são uma convocação à mudança de vida. O povo de Israel, em pleno exílio da

Babilônia, faz a experiência da misericórdia de Deus, que, por meio do profeta Isaías, se revela como aquele que perdoa toda iniquidade e cuida com carinho de cada um de nós. A certeza do perdão e do cuidado de Deus traz consolo, revigora as forças e projeta novo futuro para o povo (I leitura). João Batista, o precursor de Jesus, prepara-lhe o caminho, “proclamando um batismo de arrependimento para a remissão dos pecados”. O seu testemunho pessoal indica o verdadeiro modo de preparar-se para a vinda de Jesus: viver humildemente, anunciando a grandeza e a bondade do Senhor (Evangelho). Jesus é o amor de Deus que se fez carne para a salvação de toda a humanidade. Ele usa de paciência para conosco e “não quer que ninguém se perca, mas que todos venham a converter-se”. Esse tempo histórico em que vivemos pode transformar-se em tempo de salvação (II leitura). São palavras que nos encorajam a renovar a confiança no amor misericordioso de Deus e a reconduzir nossos passos no caminho do bem e da vida plena.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 40,1-5.9-11): Consolai, consolai meu povo

Esse texto corresponde ao início da profecia de Isaías Segundo (Is 40-55). É um movimento de animação da esperança, suscitado por Deus, no meio do povo exilado na Babilônia, ao redor do ano 550 a.C. Com entusiasmo poético, o profeta anuncia novo êxodo: o povo de Israel será libertado e reintroduzido à terra que Deus concedera aos antepassados. Assim como o clamor do povo escravizado no Egito chegou aos ouvidos do Senhor, também o sofrimento do povo exilado é conhecido por Deus. O profeta avalia-o como um sofrimento expiatório. Deus acolhe e apaga toda a culpa. Na sua bondade, perdoa-lhes todos os pecados e os livra de todo mal.

Assim como no primeiro êxodo Deus havia libertado os escravos das mãos dos opressores egípcios e os conduzido à terra prometida, também agora ele os livrará da opressão da Babilônia e os conduzirá à sua pátria. Assim como no primeiro êxodo o deserto constituiu caminho de libertação para o povo, sendo guiado pelo próprio Deus, também agora serão conduzidos pela mesma mão divina. Toda barreira será vencida e toda dificuldade transposta. No horizonte: um tempo de bênçãos.

O Senhor vem ao encontro do seu povo como o pastor em busca de suas ovelhas. Ele as reúne, tomando no colo as que necessitam ser carregadas. Deus é o resgatador da vida ameaçada e o cuidador das pessoas enfraquecidas e indefesas. Nisto consiste a sua glória: a vida do povo.

Teologicamente, esse segundo êxodo aponta para um horizonte ilimitado, a libertação em plenitude. Ela acontecerá com a vinda de Jesus Cristo, o Emanuel – “Deus conosco”. Como em terceiro e definitivo êxodo, ele nos põe em marcha, na certeza não apenas das libertações históricas, mas da salvação eterna. O Advento é tempo de vencer as resistências e pôr-se em caminhada, celebrando a presença salvadora de Deus.

2. Evangelho (Mc 1,1-8): Preparai o caminho do Senhor

Marcos apresenta o “princípio do evangelho de Jesus Cristo” – o alegre anúncio do Filho de Deus que assumiu a condição humana. A palavra “princípio” vai além do sentido cronológico. Indica nova origem, novo tempo inaugurado por Jesus. Ele vem para dar início a nova criação. João Batista é o mensageiro que vem preparar-lhe o caminho.

De acordo com a tradição judaica, o Messias seria precedido por Elias (cf. Ml 3,23). Marcos respeita essa tradição, apresentando João Batista como o novo Elias. Sua missão é comprovada por meio da citação de dois textos da Primeira Aliança (Ml 3,1 e Is 40,3). Sua mensagem é ousada; ele fala no mesmo espírito de Elias. É verdadeiramente um profeta. E até “mais do que um profeta”, como dirá Jesus (Lc 7,26). Sua pregação no deserto corresponde ao anúncio de um tempo de graça e libertação. O deserto, na história de Israel, constituiu lugar teológico da manifestação de Deus tanto no primeiro como no segundo êxodos (cf. comentário da I leitura); constituiu caminho pedagógico de conversão do povo ao projeto de Deus. Também agora, com João Batista, o “deserto” é o espaço/tempo de arrependimento e de conversão. A intervenção salvadora de Deus vai se dar por meio do seu Filho, Jesus Cristo.

O batismo de João indica o início de novo movimento que será levado à plenitude por Jesus. Enquanto João batiza com água, Jesus batizará com o Espírito Santo. O batismo de João está associado à confissão e ao perdão dos pecados. A imersão na água constituía rito

purificador com consequente transformação do coração, conforme se percebe nas palavras do profeta Ezequiel: “Borrifarei água sobre vós e ficareis puros; sim, purificar-vos-ei de todas as vossas imundícies e de todos os vossos ídolos imundos. Dar-vos-ei coração novo, porei no vosso íntimo espírito novo, tirarei do vosso peito o coração de pedra e vos darei coração de carne” (Ez 36,25-26).

João Batista deve ter causado profunda impressão aos olhos dos que o conheceram. Vários se fizeram seus discípulos. Chegou a ser considerado o Messias esperado. O texto de Marcos corrige essa concepção. O Messias é Jesus. Seu batismo é com o Espírito Santo, isto é, sua prática é produzida de acordo com a dinâmica eficaz do Espírito Santo. Ele vem combater todas as forças demoníacas. Diante dele, João Batista apresenta-se como um servo indigno de desatar-lhe as correias das sandálias. Jesus é “mais forte”. Percebe-se aqui o eco das palavras de Isaías (9,5): “Um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, ele recebeu o poder sobre seus ombros, e lhe foi dado este nome: Conselheiro-maravilhoso, *Deus-forte*, Pai-para--sempre, Príncipe-da-paz”.

A atitude de humildade e de serviço de João Batista diante de Jesus torna-se modelo e caminho para todos os que desejam celebrar o Natal de uma maneira coerente com a fé cristã. O convite que nos é lançado é de mudança de vida. “Dobrar-se” perante Jesus é não desperdiçar a graça da salvação que entra definitivamente na história humana.

3. II leitura (2Pd 3,8-14): Para que ninguém se perca

A segunda carta de Pedro pode ser considerada um “testamento”. Atribuída ao apóstolo Pedro, oferece conselhos às comunidades cristãs espalhadas pelo império romano no início do segundo século, orientando-as para viverem na fidelidade à tradição apostólica. Diversas situações estão desencorajando os cristãos a permanecer na fé que receberam das primeiras testemunhas da vida e da proposta de Jesus.

Uma dessas situações diz respeito à fé na segunda vinda de Jesus. A expectativa da iminência da sua volta já não é tão grande. Um grupo de pregadores trata da questão com zombaria, dizendo: “Não deu em nada a promessa de sua vinda... Tudo continua como desde o princípio da criação” (3,4). O texto deste domingo rebate

as ideias desses falsos pregadores. Argumenta que não é uma questão a ser medida pela lógica humana. Os cálculos humanos não conseguem penetrar os desígnios divinos. Seus pensamentos e seus caminhos não são os nossos (cf. Is 55,88-9). A atitude a ser tomada é de nos abandonar, com toda a confiança, ao plano salvador de Deus.

O texto reafirma a volta de Jesus numa nova dimensão de tempo: “Para o Senhor, um dia é como mil anos e mil anos como um dia”. O tempo aqui é entendido em seu sentido cairológico. Esse tempo cronológico, tão fugaz, pode se transformar em cairológico, propício para acolher a salvação que Deus nos oferece gratuitamente. O tempo do relógio é a oportunidade que Deus nos dá para entrarmos na dinâmica do “tempo eterno”. Deus usa de muita bondade e paciência para conosco “porque não quer que ninguém se perca, mas que todos venham a converter-se”. A primeira carta a Timóteo (2,4) completa: “Ele quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade”. O nosso empenho cotidiano, portanto, não é fantasiar sobre quando ou como será o fim do mundo e a volta de Jesus, mas viver na santidade e na justiça, contribuindo para que já neste mundo seja concretizada a sua proposta de vida em abundância, conforme anunciada no evangelho.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *Sempre a caminho.* Deus se revelou na história do povo de Israel em caminhada pelo deserto. Também suscitou a esperança do povo exilado na Babilônia, anunciando-lhe novo êxodo. Jesus se tornou o caminho para todas as pessoas que nele acreditam. Também nós somos peregrinos neste mundo, sempre em caminhada. Todos nos encontramos na condição de êxodo, isto é, em caminho para uma vida sempre melhor: mais justa, mais fraterna, mais santa... Nesta caminhada, temos a certeza de “Deus conosco”. Ele nos educa, orienta, perdoa, encoraja... Ele cuida de cada um de nós como o pastor cuida de suas ovelhas, carregando no colo as mais frágeis. Preparar-se para o Natal é fazer o êxodo pessoal, familiar e comunitário: mais bondade, mais sinceridade, mais atenção, mais justiça, mais amor, mais fé, mais esperança, mais... Isso implica menos correrias, menos consumismo, menos...

- *Aos pés de Jesus.* João Batista preparou-se para a vinda de Jesus por meio de uma vida simples. Deu testemunho de humildade e servi-

ço. Sentiu-se indigno de ser um escravo de Jesus para desatar-lhe as correias das sandálias. Sua vida foi uma denúncia contra o consumismo e a busca de poder. Sua pregação visava à confissão dos pecados, à conversão e ao perdão divino. O batismo era o sinal externo da disposição interna de purificação e mudança de vida... Preparar-se para o Natal do Senhor é prestar atenção à vida e à mensagem de João Batista. É renovar as promessas do nosso batismo. É “dobrar-se” aos pés de Jesus e renunciar a toda espécie de egoísmo...

- *O tempo passa: é preciso saber viver.* Para Deus, “mil anos são como um dia...”. Dizemos que o tempo passa sem a gente perceber. O tempo do relógio, nós o perdemos mesmo contra a nossa vontade. Porém, dentro do tempo cronológico podemos viver o tempo cairológico, o tempo de Deus, que “não quer que ninguém se perca, mas que todos venham a converter-se”. Depende de nossas escolhas: ou “perdemos tempo” com superficialidades que nos satisfazem apenas momentaneamente (e não faltam “pregadores” para nos convencer disso), ou “ganhamos tempo” com o cultivo de valores eternos que nos realizam plenamente... O tempo cronológico do Advento é propício para a tomada de decisões que transformem a nossa vida inteira em tempo cairológico, de graça e de salvação.

3º DOMINGO DO ADVENTO (11 de dezembro)

JESUS É A LUZ VERDADEIRA

I. INTRODUÇÃO GERAL

Nas leituras deste domingo transpira alegre expectativa. O Salvador vem! O testemunho de João Batista não deixa dúvidas de quem é Jesus: a luz verdadeira que vem iluminar todo ser humano. Com a missão de preparar a sua vinda, João Batista nos convoca a “endireitar o caminho do Senhor” (Evangelho). Jesus é o Messias, o ungido de Deus, enviado ao mundo “para trazer a boa notícia aos pobres, para curar os corações feridos, para proclamar a liberdade aos oprimidos, para libertar os presos e anunciar o ano da graça do Senhor...” (I leitura). O amor gratuito de Deus manifestado em Jesus Cristo nos enche de alegria e de confiança; somos tomados pelo sentimento de gratidão. Em oração e em ação de graças, acolhemos a vontade divina e nos esforçamos para viver na santidade (II leitura). É preciso aguçar

os ouvidos e abrir o coração para que a palavra de Deus penetre em cada um de nós a fim de se desdobrar em boas obras. Quando uma pessoa se decide convictamente a viver na luz de Jesus, passa também a iluminar o mundo...

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 1,6-8.19-28): O testemunho de João Batista

O prólogo do Evangelho de João apresenta Jesus como a Palavra que existe desde sempre, pois ele é Deus. Por meio dela, tudo foi feito. “Nela estava a vida, e a vida era a luz dos seres humanos. Essa luz brilha nas trevas, e as trevas não conseguiram apagá-la... E a Palavra se fez carne e habitou entre nós” (1,4-5.14). Quem poderia acreditar nessas afirmações?

Um homem, enviado por Deus, vem para testemunhar essa verdade. Seu nome é João, que significa “Deus é favorável”. O seu testemunho é verdadeiro, pois não é dado por algum interesse pessoal, mas pelo cumprimento de uma missão divina. Em sua humildade, ele nega ser Elias ou algum dos profetas. No entanto, ele “foi enviado”, assim como os profetas eram enviados por Deus para proclamar a sua vontade ao povo. Alguns deles anunciaram a vinda do Messias. João Batista completa a profecia do Primeiro Testamento, bem próximo à vinda do Messias, preparando-lhe o seu caminho.

O testemunho fala alto. A pregação que sai da boca de quem vive o que fala penetra fundo no coração dos ouvintes. O testemunho de João Batista era tão forte, que muitos achavam que ele fosse a verdadeira luz. Possuía uma autoridade especial, sem a delegação do sistema religioso centrado no Templo. Isso provocou ciúme nas autoridades religiosas e também preocupação, por causa do seu poder de atrair multidões. Por isso, os judeus de Jerusalém enviam uma comissão de sacerdotes e levitas para investigar quem era João Batista. Ele esclarece: “Eu não sou o Cristo”. Ao negar também ser Elias ou qualquer outro profeta, está renunciando a entrar na forma institucional para permanecer livre e fiel à missão de precursor do verdadeiro Messias, que vem de forma transgressora e contrária à expectativa oficial.

A postura firme e coerente de João Batista, que culminou com o seu martírio, tornou-se para as primeiras comunidades cristãs um sinal de luz muito forte. Ao redor dele formou-se

Iluminação trinitária em Santo Agostinho

Cristiane Negreiros Abbud Ayoub



Este livro coroa uma paciente e dedicada trajetória da autora, que há quase vinte anos dedica-se ao estudo do pensamento de Santo Agostinho. Cristiane esmiúça a doutrina agostiniana da iluminação e apresenta a relação existente, nesse processo, entre Pai (Eternidade), Filho (Verdade) e Espírito (Vontade).

Páginas: 192
Cód.: 9788534932097

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



um movimento de seguidores. Foi necessário dirimir as dúvidas a respeito da sua identidade e da sua missão. João Batista “não era a luz, mas veio para dar testemunho da luz”. Ele não é um obstáculo ou uma sombra, mas um reflexo da grande luz. Seu ministério possui imensurável importância, que é proporcionar a acolhida do dom da fé no Messias verdadeiro.

O evangelho fundamenta a missão de João Batista no texto do Segundo Isaías (40,3): ele é “a voz que clama no deserto: endireitai o caminho do Senhor”. Os que entortaram o caminho do Senhor foram as autoridades judaicas, ali representadas pela delegação de sacerdotes e levitas. Elas vão se opor radicalmente a Jesus, tentando impedi-lo de exercer o seu ministério. É preciso ouvir a voz da profecia que clama no deserto. Pelo deserto, apoiado na certeza da presença de Deus, o povo foi abrindo o caminho para a terra de liberdade e vida. A presença salvadora de Jesus Cristo abre caminho para um novo mundo: depende de nossa acolhida e adesão à sua proposta. A voz da profecia – conforme o testemunho e a pregação de João Batista – incomoda quem não deseja mudanças. É para a nossa conversão e consequente adesão a Jesus como nosso salvador que João Batista foi enviado...

2. I leitura (Is 61,1-2a.10-11): O Espírito Santo nos ungiu

O movimento profético de Isaías Terceiro (Is 56-66) emergiu no período do pós-exílio (ao redor do ano 500 d.C.). A situação do povo é conturbada. Há sérios conflitos entre os que voltaram do exílio e os que permaneceram na terra de Judá. Um pequeno grupo se impõe com o apoio do governo persa, arrogando-se o direito de tomar posse da terra. Uma elite sacerdotal reconstrói o templo e organiza o sistema de pureza. O povo é oprimido e cada vez mais empobrecido sob a obrigatoriedade de pagamento de impostos tanto para os persas como para o templo.

O grupo profético toma posição a favor dos pobres. Sente-se vocacionado por Deus e ungido pelo Espírito Santo para fortalecer o ânimo e a esperança das pessoas vítimas do poder político e religioso. Pelas categorias citadas, descobrimos a condição social dessa gente: são pobres, possuem coração ferido, são pessoas oprimidas e são presas. A elas Deus envia o profeta com a missão específica de anunciar a boa notícia, curar, proclamar a liberdade e libertar. É Deus

intervindo na história humana para resgatar a vida onde ela está sendo ameaçada.

A utopia que move esse movimento profético é a de uma sociedade justa e fraterna, como foi no tempo do tribalismo israelita. É o que se constata pela referência à promulgação do “ano da graça do Senhor”: diz respeito à celebração do ano jubilar, com a tomada de medidas para a repartição da terra às tribos, o perdão de todas as dívidas e a libertação dos escravos, a fim de que não houvesse pessoas excluídas. Essa utopia serviu de matriz inspiradora para a ação do grupo profético do Terceiro Isaías, comprometido com a organização de uma sociedade justa. Sua concepção de Deus contrapõe-se à dos sacerdotes do templo. É outra teologia, que emerge do lugar social das pessoas injustiçadas. Jesus se alimentou dessa teologia comprometida com a vida em abundância para todos. Conforme vai relatar o Evangelho de Lucas (4,18-19), será exatamente esse texto de Isaías (61,1-2a) que Jesus vai assumir como síntese reveladora de sua missão.

A segunda parte desta I leitura (61,10-11) consiste num hino de louvor e alegria pela certeza do agir libertador de Deus junto a seu povo. Vislumbra-se a realização da utopia de um novo mundo, porque Deus assim o quer. “Eis que vou criar um novo céu e uma nova terra” (Is 65,17). O povo, ungido pelo Espírito de Deus, sente-se renovado: vestido com vestes de salvação, coberto com o manto da justiça, preparado para a celebração de um novo casamento. Deus, sempre fiel à aliança, “faz germinar a justiça e o louvor em todas as nações”. A vinda de Jesus é a realização desse sonho...

3. II leitura (1Ts 5,16-24): Alegrai-vos sempre

Em sua primeira carta aos Tessalonicenses (que também é o primeiro escrito canônico do Segundo Testamento), Paulo demonstra preocupação especial com o comportamento da comunidade cristã, que vive a expectativa da vinda de Cristo. Ele usa a palavra “parúsia” (“vinda”), que, na cultura greco-romana, designa a chegada solene de uma pessoa ilustre. Nesse caso, refere-se à volta triunfal de Jesus.

Paulo exorta os cristãos a viver preparados para a parúsia, que se dará de forma repentina. Em que consiste essa preparação? Pode ser resumida neste apelo: “Vede que ninguém retribua o

mal com o mal; procurai sempre o bem uns dos outros e de todos” (5,15). Tendo por fundamento o amor fraterno, a comunidade não precisa temer. Pelo contrário, pode alegrar-se sempre. Na certeza do encontro com o Senhor, deve orar incessantemente, dando graças a Deus.

A alegria do cristão é contínua e funda-se na fé no Senhor Jesus. Ela não depende de circunstâncias externas; mesmo num mundo hostil, permanece viva. A alegria constante está intimamente ligada ao hábito da oração, num espírito de ação de graças a Deus, fonte de todo bem. É de sua vontade que estejamos conscientes disso e levemos uma vida de gratidão. Ele nos dá o Espírito Santo com seus dons; ele suscita profecias, isto é, maneiras diversas de instruir para edificar e para discernir o que é bom. Paulo continua com tom imperativo: “Guardai-vos de toda espécie de mal”.

Percebe-se que o apóstolo oferece suas instruções num tom de seriedade e vigilância. Ele nos exorta a ser íntegros e irrepreensíveis, vivendo conforme a vontade do “Deus da paz”, que nos concede a santidade perfeita e nos sustenta nesta caminhada ao encontro do Senhor que vem. Essa paz divina é muito mais do que a ausência de conflitos, não consiste em mera tranquilidade: ela está ligada à reconciliação definitiva com Deus e com as bênçãos messiânicas.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *Acolher a luz verdadeira.* Em preparação ao Natal do Senhor, é importante prestar atenção na voz de João Batista, que anuncia a vinda de Jesus, a luz verdadeira. Como profeta, enviado por Deus, ele nos exorta a “endireitar os caminhos do Senhor”. Com a vinda de Jesus, já não precisamos andar às cegas ou tateando na direção de pequenas luzes que logo se apagam. As trevas foram definitivamente vencidas pelo Messias, a luz do mundo. Como João Batista, podemos transformar nossa vida em reflexo da luz verdadeira. É Jesus que deve brilhar por meio de nosso jeito de ser e agir... Que trevas existem em nós que precisam ser dissipadas?

- *Ungidos pelo Espírito Santo.* A profecia de Isaías Terceiro revela que o Espírito de Deus está sobre as pessoas marginalizadas pelo sistema de poder. Também João Batista é um profeta marginalizado que prega no deserto. São pessoas pequeninas, reflexos do amor de Deus. São ungidas pelo Espírito Santo... Também Jesus vai nascer à margem da cidade de Belém. Ele é o

Filho de Deus. Ungido pelo Espírito Santo, vai assumir a causa da libertação das situações que oprimem o ser humano. Deus age por meio das pessoas humildes e frágeis... O que isso quer dizer para nós hoje?

- *Alegria e oração.* São Paulo exorta: “Alegrai-vos sempre, orai sem cessar”. A alegria cristã nasce da fé em Jesus. Ela jamais se apaga, não importam as circunstâncias. Está intimamente ligada à oração constante. É pela oração e pelo amor fraterno que permanecemos na paz de Deus e irradiamos a sua luz. As trevas se dissipam, e o Espírito Santo nos ajuda a discernir o que é bom e a viver na santidade... Neste tempo de Advento, é bom nos perguntar: como vai a nossa vida de oração pessoal, familiar e comunitária?

4º DOMINGO DO ADVENTO (18 de dezembro)



A ACOLHIDA NECESSÁRIA PARA GERAR O FILHO DE DEUS

I. INTRODUÇÃO GERAL

Neste 4º e último domingo do Advento, meditamos sobre a anunciação do Senhor, conforme relata o Evangelho de Lucas. O Salvador encarna-se no mundo pela via não oficial. Ele é concebido no seio de Maria, camponesa de uma pequena cidade sem importância de uma região marginalizada: Nazaré da Galileia. O Espírito Santo de Deus encontra em Maria a acolhida necessária para gerar o Filho de Deus: “Eu sou a serva do Senhor...”. Jesus é da descendência de Davi, conforme a promessa feita por Deus por meio do profeta Natã. Davi foi escolhido por Deus para pastorear o povo, e não para projetar-se mediante magníficas construções. Não precisa construir um templo para Deus, e sim adorá-lo pela fidelidade à missão recebida. É a vida das pessoas que interessa a Deus. Ele as liberta e as protege. Por isso, prefere morar no meio do povo (I leitura). Jesus é o extravasamento do amor divino derramado sobre todos os povos. Ele nos foi dado a conhecer pelos anúncios proféticos e pela bondade e sabedoria de Deus, a quem queremos glorificar eternamente (II leitura). Entrando na semana do Natal, na mesma disposição de Maria, a mãe de Jesus e nossa, queremos acolher o Salvador e dizer-lhe com o coração e com a vida: “Eis aqui os servos e as servas do Senhor...”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (2Sm 7,1-5.8b-12.14a.16):

A tenda de Deus

A história de Davi, ao longo da Bíblia, vai sendo contada e recontada pelas sucessivas gerações. Ao redor dessa personagem cria-se verdadeiro movimento. O regime da monarquia produziu uma realidade de marginalização para muita gente. A memória de Davi como rei-pastor funciona, para as vítimas do poder monárquico, como resistência e esperança do estabelecimento de um reino de justiça e de paz.

A 1ª leitura deste domingo consiste numa denúncia à situação privilegiada em que se encontra Davi. Depois de uma trajetória de inúmeras lutas e conflitos, ele se torna rei de Israel, constrói para si uma casa luxuosa e pretende construir um templo magnífico para Deus. Por meio do profeta Natã, porém, Deus lembra a Davi que jamais precisou de uma casa, pois desde o nascimento de Israel sempre morou em tenda, a fim de caminhar com o seu povo, protegê-lo e libertá-lo.

O nó da questão é que Davi, ao conquistar o poder, tende a esquecer-se de suas origens humildes e de sua vocação de pastorear o povo. O projeto de construir um templo para o Senhor revela a intenção de projetar-se politicamente, firmar seu poder e perenizar sua memória. Não é para isso que Deus o chamou, e sim para cuidar da vida do povo. Um templo material para o Senhor revela a pretensão de “apropriar-se” do sagrado e “legitimar” o domínio monárquico sobre o povo, como vai acontecer a partir de Salomão. A habitação em que Deus prefere morar não é a feita de cedro, pois isso significaria afastamento do lugar social onde vivem as pessoas comuns. A habitação humilde em que Deus quer morar é o chão onde se encontra o povo.

Deus, então, indica que a perenidade do reino de Davi se dará por outro caminho. De sua descendência virá o Messias. Seu reino, porém, não será monárquico nem atenderá à expectativa dos dominantes. O messianismo de Jesus revela-se transgressor desde o anúncio do seu nascimento.

2. Evangelho (Lc 1,26-38): A anunciação do Messias

Segundo o Evangelho de Lucas, o anúncio do nascimento de Jesus se dá no “sexto mês” a

contar da concepção de João Batista. É evidente a ligação com o “sexto dia” da criação, quando Deus criou o ser humano. Jesus inaugura nova humanidade. O anúncio se dá em Nazaré da Galileia. No Primeiro Testamento não encontramos referência a essa cidade, o que indica ser um lugar sem importância. Ninguém poderia supor que a promessa do Messias seria cumprida por meio de uma jovem camponesa de Nazaré.

Lucas tem clara intenção de contrapor a instituição religiosa oficial localizada em Jerusalém com a cidadezinha de Nazaré, de onde não se esperava nada de bom (cf. Jo 1,46). Maria está comprometida em casamento com José, da descendência de Davi. Cumpre-se a promessa divina conforme o anúncio profético. No evangelho, encontramos várias vezes a expressão “filho de Davi”. Assim, Jesus foi reconhecido pelas multidões como o Messias que, segundo a crença comum, deveria pertencer à linhagem davídica. No entanto, ele é “grande” não por ser “filho de Davi”, e sim por ser “Filho do Altíssimo”. Por isso, “o seu reinado não terá fim”. O reino de Jesus é universal e eterno, não se ancora no poder temporal nem age com a força de nenhum exército. Seu programa está contido em seu nome: Jesus = “Deus salva”.

Com relação a Maria, Lucas não menciona sua ascendência. É uma mulher comum a quem o anjo anuncia que será a mãe de Jesus. A graça de Deus está nela, e conceberá o “Filho de Deus” com o poder do Espírito Santo. A “sombra” que cobre Maria lembra a “nuvem” que simbolizava a presença de Deus no meio do seu povo em caminhada pelo deserto rumo à terra prometida. O livro do Êxodo relata também: “A nuvem cobriu a tenda da reunião e a glória do Senhor encheu a habitação” (Ex 40,34).

Maria é a nova habitação de Deus. O anjo Gabriel, mensageiro divino (cujo nome significa “Deus é forte”), anuncia: “O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo vai te cobrir com a sua sombra”. Ela é escolhida e agraciada como “sinal” salvífico de Deus, conforme anunciara o profeta Isaías (7,14): “O Senhor vos dará um sinal: eis que a jovem está grávida e dará à luz um filho e dar-lhe-á o nome de Emanuel”. As expressões: “agraciada” e “encontreste graça diante de Deus” revelam que o anúncio se refere à intervenção gratuita e salvadora de Deus em favor da humanidade. Um sinal dessa intervenção já estava em andamento no seio de sua parenta Isabel: uma mulher velha e estéril

é capaz de gerar a vida, pois “para Deus nada é impossível”.

A receptividade de Maria ao anúncio do anjo Gabriel não tem nada a ver com passividade. O seu consentimento de fé liga-se com a atitude de serviço. Ao fazer-se serva de Deus, permite que sua Palavra se faça carne nela. Por essa sua atitude de humildade e de entrega ao plano divino, recebemos a graça do Salvador e Maria torna-se modelo para todos nós.

3. II leitura (Rm 16,25-27): Jesus é a revelação de Deus ao mundo

Paulo encerra sua carta aos Romanos com um solene hino de louvor. É a expressão de fé e de louvor das comunidades cristãs primitivas, maravilhadas com a bondade divina revelada pela encarnação de Jesus Cristo. Elas se percebem privilegiadas pelo fato de estarem vivenciando em seu tempo a realização da promessa do Messias salvador, conforme anunciada pelos profetas.

Jesus Cristo é a revelação do mistério de Deus “envolvido em silêncio desde os séculos eternos”. É como se Deus abrisse o coração para que todas as nações pudessem conhecer o seu desígnio de amor e salvação. Agora tudo foi revelado e fica evidente o sentido das Escrituras Sagradas no que se refere ao Messias: é dom de Deus para a salvação universal.

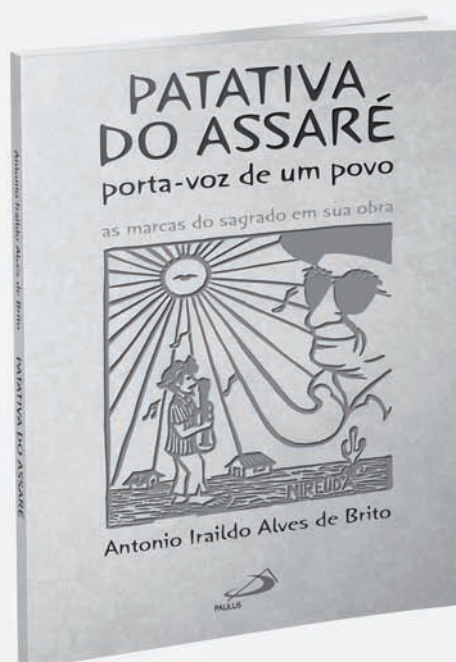
O louvor é para “aquele que tem o poder de confirmar” o evangelho de Jesus Cristo anunciado por Paulo e pelas demais testemunhas oculares. A compreensão verdadeira da pessoa e da obra redentora de Jesus Cristo não se dá meramente pelo esforço humano, tanto de quem anuncia como de quem ouve, e sim pela ação do Espírito Santo. O louvor é para Deus, “o único sábio”, que se dispôs a derramar sua sabedoria sobre todos os povos e redimi-los em Jesus Cristo, mediante a “obediência da fé”.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *A tenda de Deus*. Por meio do profeta Natã, Deus esclarece a Davi que sua morada predileta é no meio do povo. Não lhe agrada a construção de um templo magnífico. Desde o início da história do povo de Israel, Deus “desceu” para caminhar com ele. Deus é reconhecido não pelas grandes construções feitas em sua homenagem, pois atrás delas podem se esconder intenções políticas de legitimação do domínio de alguns sobre a maioria. Deus

Patativa do Assaré, porta-voz de um povo As marcas do sagrado em sua obra

Antonio Iraldo Alves de Brito



Fruto da dissertação de mestrado do autor, este livro apresenta análises de poemas do poeta sertanejo Patativa do Assaré feitas com o apoio da teoria da literatura, da sociologia do conhecimento, da filosofia e da teologia

Imagens meramente ilustrativas.

Formato: 13,5 cm x 21 cm
Páginas: 200
Cód.: 9788534932080

Vendas: (11) 3789-4000

SAC: (11) 3789-4119

Visite nossa loja virtual
paulus.com.br



é reconhecido pela fidelidade à sua aliança de amor. Davi não pode se esquecer de sua missão de pastor junto ao povo. Da linhagem desse Davi, pastor humilde, nascerá o Messias, não conforme a expectativa oficial, mas a partir do corpo e do lugar social das pessoas simples e abertas ao amor de Deus...

- *Maria, a serva de Deus.* A anunciação do anjo Gabriel a Maria refere-se ao dom maior de Deus à humanidade: Jesus Cristo, o salvador do mundo. Deus intervém gratuitamente e de modo soberano. Não foi por meio do templo de Jerusalém nem foi com o aval da religião oficial que o Salvador veio ao mundo, e sim por meio do corpo de uma humilde jovem de Nazaré da Galileia. Nela Deus fez a sua tenda. Por ela Deus revela o seu poder e a sua glória. Em seu seio é gerado o Filho de Deus, o Messias, da descendência de Davi, conforme a promessa feita por meio dos profetas. Pela obediência da fé de Maria, a palavra divina torna-se eficaz. A vocação da mãe de Deus ilumina a nossa: também a nós, pelo mesmo Espírito Santo, nos é dado conceber a Jesus, de forma que se torne conhecido e amado no mundo. Inspirados pelo exemplo de Maria, pedimos a Deus que nos transforme em seus servos e servas... Qual concepção temos de Deus: é a de Davi, preocupado em homenageá-lo com obras materiais magníficas, ou a de Maria, que acolhe a sua vontade e se faz sua serva?

- *Demos glória a Deus!* O coração de Deus abriu-se definitivamente para revelar o seu desígnio de salvação por meio de Jesus Cristo. Todos os povos são contemplados. Todos são agraciados. É o extravasamento do amor divino derramado sobre cada um de nós e sobre toda a criação. Como as primeiras comunidades cristãs, glorificamos a Deus pela plenitude de seu amor, que ele nos concedeu em Jesus Cristo... O que significa louvar a Deus por meio da obediência da fé?

NATAL DO SENHOR (missa da noite)

AS TREVAS SE DISSIPARAM

I. INTRODUÇÃO GERAL

Durante as quatro semanas do Advento, preparamo-nos para a celebração do Natal do Senhor. Gradativamente, as velas da coroa do Advento foram sendo acesas, simbolizando a

nossa fé na chegada da grande Luz que dissipa todas as trevas. Para isso, aceitamos entrar num processo de conversão, eliminando todas as formas de egoísmo que impedem a luz de Deus de brilhar em cada um de nós e em toda a criação. As quatro velas representam a universalidade. Jesus é a Luz do mundo: quem o acolhe não andarás nas trevas. A expectativa dessa Luz vem de longo tempo. O profeta Isaías Primeiro já a anunciava no século VIII a.C. Essa Luz é portadora de uma vida nova. Ela vem em forma de menino recém-nascido cujo nome é: “Conselheiro-maravilhoso, Deus-forte, Pai-para-sempre e Príncipe-da-paz”. Conforme o Evangelho de Lucas, Jesus nasce numa manjedoura, num lugar social próprio das pessoas marginalizadas, e é reconhecido primeiramente pelos pastores que velavam nos campos dos arredores de Belém: “A glória do Senhor envolveu-os de luz”. O anúncio que recebem do nascimento do Cristo Senhor vem acompanhado da promessa de “paz na terra às pessoas de boa vontade”. Como ressalta a carta de Paulo a Tito, Jesus é “a graça que Deus manifestou ao mundo para a salvação de todas as pessoas”. O clima litúrgico dessa noite é de extrema alegria e de profunda gratidão pelo amor infinito de Deus revelado por meio do recém-nascido em Belém da Judeia.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 9,1-6): O povo viu uma grande luz

O texto de Isaías tem como pano de fundo a situação vivida pelo povo de Israel no final do século VIII a.C. A invasão assíria em 722 a.C. teve como consequência a destruição da Samaria, capital do Reino do Norte, e a devastação em várias outras regiões. Muitos habitantes foram levados ao exílio. A situação era de trevas. Porém, o movimento profético de Isaías Primeiro (Is 1-39) desperta a esperança de um novo tempo: o jugo que pesa sobre o povo será quebrado, a canga colocada em seu pescoço será despedaçada, os calçados e as vestes dos soldados serão queimados... Enfim, a noite vai virar dia; a luz vai brilhar nas trevas, anunciando uma época de paz e alegria para todo o povo.

O anúncio profético refere-se ao restabelecimento de uma sociedade governada por um futuro rei, da descendência de Davi, que segue os princípios do direito e da justiça, assegurando a paz social. A tradição cristã aplica-o ao Messias. Ele vem na forma de um menino,

filho do povo da esperança: “Um menino nos nasceu, um filho nos foi dado”. Os atributos a ele conferidos indicam sua identidade e missão: é *Conselheiro-maravilhoso*, fonte de sabedoria e discernimento; é *Deus-forte*, defensor dos fracos e resgatador dos seus direitos; é *Pai-para-sempre*, que zela com carinho pela vida de todos os seus filhos e filhas; é *Príncipe-da-paz*, aquele que aponta o caminho de superação dos conflitos entre os povos e promove as condições de vida plena para todos.

Esse menino é dom de Deus para a alegria do povo. O menino-luz contrasta com o poder das trevas, provocadas pela ambição e pela violência dos poderosos deste mundo. A fragilidade da criança confunde a força dos exércitos. O jeito de Deus revelar-se na história humana não obedece à lógica dos impérios. É possível relacionar o anúncio do nascimento dessa criança e as esperanças profetizadas a respeito para o contexto do profeta com o início da realização plena dessas esperanças no anúncio feito a Maria de Nazaré.

2. Evangelho (Lc 2,1-14): O nascimento do Salvador

A narrativa do nascimento de Jesus obedece a uma intenção teológica. O Messias deveria nascer em Belém, por ser “a cidade de Davi”. Para Belém se dirige o casal José e Maria, em obediência ao decreto do imperador César Augusto, que impôs o recenseamento de todo o povo, cada um em sua cidade. Cumpre-se assim a profecia de Miqueias: “E tu, Belém, tão pequena entre as cidades de Judá, de ti sairá para mim aquele que governará Israel! A sua origem é antiga, desde os tempos remotos...” (Mq 5,1). No entanto, Lucas ressalta que o ambiente onde se dá o nascimento do Salvador não tem conotação nenhuma com o triunfalismo de um palácio real. O Filho de Deus vem ao mundo numa manjedoura, do mesmo modo que muitas crianças, filhas de pastores e de outras categorias de pessoas marginalizadas. Para elas não havia lugar na cidade, nem mesmo podiam nascer num local adequado de uma casa comum.

O Salvador do mundo esconde-se na figura de um menino pobre (não apresenta nada de poderoso), filho de um casal de trabalhadores anônimos da região da Galileia. Desde o seu nascimento, Jesus solidariza-se com as pessoas exploradas e excluídas pelo sistema oficial de poder. É para essa gente, representada pelos pastores, que é anunciada primeiramente a alegre

notícia da chegada de um menino, Deus que se fez carne, nosso redentor.

O anjo anuncia: “Nasceu-vos *hoje* um salvador, que é o Cristo Senhor!”. O termo “hoje”, para Lucas, tem significado especial. Para além da conotação cronológica, indica o tempo novo que Deus inaugura na história humana. É o tempo da salvação! O sinal é “um recém-nascido envolto em faixas e deitado numa manjedoura”. É o sinal da mudança de valores, subvertendo as expectativas de um Messias poderoso. O novo emerge do lugar social dos marginalizados, dos simples e pequeninos. A eles Deus se dá a conhecer e revela-lhes o seu plano de amor e de salvação. São essas pessoas as protagonistas de um mundo de paz; elas são a mediação da boa notícia do amor e da salvação de Deus.

Os pastores dirigem-se imediatamente a Belém para “ver” o que o Senhor lhes dera a conhecer. Encontram um casal comum dispensando cuidados a um filho recém-nascido. Com os olhos da fé, “veem” o Salvador na figura daquela criança. Entre eles estabelece-se uma relação de confiança e de diálogo sobre o sentido de todos aqueles sinais. Jesus, Maria, José e os pastores, na gruta de Belém, formam uma família de Deus, prenúncio da Igreja cristã.

Toda a criação participa deste “hoje”, tempo propício de paz e de alegria. Céus e terra unem-se para a celebração de “boas-vindas” daquele que os profetas anunciaram: o Messias, Senhor e Salvador do mundo. E Maria “conservava cuidadosamente todos esses acontecimentos e os meditava em seu coração”. De fato, esse mistério de amor de Deus, revelado no nascimento e em toda a vida de Jesus, só pode ser bem entendido com o coração.

3. II leitura (Tt 2,11-14): A salvação é para todos

Tito foi um dos grandes colaboradores de Paulo na missão evangelizadora. Foi excelente animador de comunidades cristãs do primeiro século; verdadeiro pastor que zelou pela vida e pelo bem-estar de suas ovelhas. A tarefa assumida exige muita dedicação e capacidade de discernimento, a fim de manter e anunciar a “sã doutrina” (Tt 2,1). A carta que lhe foi enviada visa orientá-lo e fortalecê-lo nessa missão confiada por Paulo.

O texto escolhido para esta noite de Natal reforça o fundamento da fé e a consequente prá-

tica cristã. O fundamento é a graça da salvação universal. Jesus, o Filho de Deus, manifestou-se ao mundo e entregou-se a si mesmo pela redenção de toda a humanidade. Portanto, “a graça de Deus se manifestou para a salvação de todas as pessoas”. Partindo desse fundamento, erigi-se todo o edifício da vida cristã. A prática decorrente da fé em Jesus Cristo, salvador do mundo, deve ser de acordo com os seus ensinamentos, a “sã doutrina”. Isso implica “abandonar a impiedade e as paixões mundanas” para “viver neste mundo com autodomínio, justiça e piedade”.

Essas orientações práticas tornam-se importantes também para nós hoje. Ao celebrar o Natal do Senhor, renovamos o compromisso de viver de modo coerente com a fé que nos foi transmitida. Ao proclamar que Jesus é nosso salvador, estamos também manifestando o propósito de viver conforme o seu evangelho. No meio do mundo – a casa que Deus escolheu para morar –, somos convidados a zelar pelas boas obras “com autodomínio, justiça e piedade”.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *A luz que brilha nas trevas.* O povo de Israel, no meio de uma situação de trevas, recebe o anúncio profético do nascimento de um menino que vem restabelecer uma sociedade de paz e de justiça. Será o fim da opressão que pesa sobre os ombros do povo. A figura de um menino aponta para um futuro novo. Deus age na história humana por meio dos pequenos e fracos que nele depositam a confiança...

- *O nascimento do Salvador.* Jesus vem ao mundo no lugar social das pessoas excluídas. Desde o seu nascimento, faz-se solidário com todas as pessoas que sofrem as consequências de uma sociedade injusta. O anúncio feito primeiramente aos pastores revela o jeito de Deus manifestar seu plano de amor e de salvação ao mundo: por meio dos simples e pequeninos. A celebração do Natal nos motiva a fazer como os pastores de Belém, pondo-nos a caminho para “ver” Jesus com os olhos da fé e acolhê-lo como nosso Senhor e Salvador; motiva-nos a ser como Maria, conservando cuidadosamente todos esses acontecimentos e meditando-os no coração; motiva-nos a nos relacionar como uma família de Deus, no amor mútuo; motiva-nos a abrir a mente e o coração para acolher a boa notícia de paz na terra... “Hoje” nos nasceu Jesus, o Salvador: cada momento de nossa vida é o “hoje divino”, tempo de graça e de salvação...

- *A salvação é para toda a humanidade.* Jesus é o Salvador de todos os povos. É o fundamento da fé cristã. Disso decorre nova prática, já não baseada na “impiedade e nas paixões mundanas”, mas no “autodomínio, na piedade e na justiça”. Deste modo, glorificamos a Deus e acolhemos a graça da salvação em Jesus Cristo, mediante uma vida pautada em boas obras...

NATAL DO SENHOR (missa do dia)



A PALAVRA SE FAZ CARNE

I. INTRODUÇÃO GERAL

Ao longo da história da humanidade, Deus foi se revelando de muitos modos. Em tempos de crise, ele manifestou sua presença carinhosa por meio de mensageiros que anunciavam a boa notícia de paz e salvação. A certeza de sua companhia protetora transformava a tristeza em cânticos de alegria e louvor (I leitura). Por sua livre iniciativa, Deus vem ao encontro do ser humano, manifestando seu amor sem limites. A encarnação de Jesus, seu Filho, é o ponto alto da revelação divina. É a imagem visível do Pai e a manifestação plena de sua glória. Por meio dele fomos purificados de todos os nossos pecados (II leitura). Jesus é a Palavra de Deus que se fez carne. Junto com o Pai, ele existe eternamente. Por meio dele, tudo foi criado. Fez sua morada no meio de nós. Ele é a vida; é a luz que brilha nas trevas. Os que são das trevas não o reconhecem. Porém, todos os que o acolhem e acreditam no seu nome recebem o dom de ser filhos e filhas de Deus (Evangelho). Mergulhados na graça divina manifestada em Jesus Cristo, com imensa alegria e gratidão, irradiamos sua bondade e misericórdia por meio do amor mútuo e do cuidado com toda a criação.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 52,7-10): Felizes os que anunciam a paz

O texto para a primeira leitura faz parte do movimento profético de Segundo Isaías (Is 40-55) em pleno exílio da Babilônia, no século VI a.C. É um texto de esperança, tendo em vista os sinais históricos que apontam para nova realidade. O rei Ciro, da Pérsia, vem surgindo no horizonte com poder e, em pouco tempo (em 538 a.C.), conquista a Babilônia, permitindo

a volta dos exilados à sua terra. Essa notícia é motivo de grande alegria. Como na caminhada do êxodo, Deus mesmo está à frente dos exilados que marcham de volta para Jerusalém. É seu rei e seu guia. Os guardas da cidade “juntos cantam de alegria, pois estão vendo o Senhor frente a frente”. Ele vem para libertar e redimir seu povo com a cidade santa, resgatando-a das ruínas. São benditos os pés dos que trazem essa mensagem de paz e de salvação.

Os mensageiros daquela época, encarregados de levar as notícias para as diversas regiões, precisavam estar fisicamente bem preparados. Os pés eram os principais instrumentos para a comunicação. São Paulo vai usar essa expressão de Isaías, aplicando-a aos evangelizadores cristãos, para enfatizar a necessidade de anunciar Jesus pelo mundo: “Como poderão acreditar se não ouvirem falar dele? E como poderão ouvir se não houver quem os anuncie? Como poderão anunciar se ninguém for enviado? Como diz a Escritura: ‘Como são belos os pés daqueles que anunciam boas notícias’” (Rm 10,14-15).

A boa notícia no texto de Isaías é que, por obra de Deus, Israel será restaurado. Aplicamos essa verdade de fé a Jesus, que fez sua morada no meio de nós. Ele é “Deus conosco”. Como os guardas de Jerusalém, nós podemos vê-lo “frente a frente” com os olhos da fé. É boa notícia e boa realidade. É motivo de imensa alegria, pois Jesus é Deus que vem restaurar o gênero humano, restabelecer a sua dignidade e nos conceder a graça de participar de sua divindade.

2. Evangelho (Jo 1,1-18): E a Palavra se fez carne

O prólogo do Evangelho de João constitui um hino a Jesus, certamente adotado pela “comunidade do Discípulo Amado” após longo processo de reflexão. Aí estão contidos os fundamentos cristológicos que sustentam a fé e a prática dos cristãos.

A primeira palavra do hino é a mesma usada no livro de Gênesis. A intenção dos autores é apresentar Jesus como aquele que vem inaugurar nova criação. Ele é a Palavra de Deus que se fez carne. Sua existência é eterna, assim como o Pai. Por meio de Jesus, todas as coisas foram criadas. Por ele nos foi concedida a vida. Ele próprio é a vida e a luz da humanidade.

No relato da criação, a primeira palavra-ação de Deus é separar a luz das trevas. “E Deus viu que a luz era boa”. Jesus é a luz verdadeira que

Revista Família Cristã

Para aprofundar a fé e
compreender melhor a vida.



Conheça alguns dos nossos colonistas:

- Pe. Zezinho, na coluna *Paz inquieta*
- Frei Luiz Turra, sobre *Formação litúrgica*
- FC Cáritas, Dom Demétrio Valentini
- *Comportamento e psicologia*, com a terapeuta familiar Maria Helena Brito Izzo
- Léo Pessini, na seção *Bioética*
- *Cidadania*, com o promotor público e professor de Direito Vidal Serrano Júnior

E ainda as seções: *Política, Educação, Família, Juventude e fé, Espiritualidade, Santo do mês, Culinária, Plantas medicinais.*



Assinatura anual: R\$ 108,00 – 12 edições
À vista: desconto de R\$ 18,00 = R\$ 90,00
Em 2 vezes: desconto de R\$ 8,00 = R\$ 100,00

Para assinar ligue: **0800 70 100 81.**

Se preferir, acesse www.fc.org.br ou na
Rede Paulinas de Livrarias de todo o Brasil.

brilha nas trevas. É a bondade de Deus por excelência, enviada ao mundo em forma de pessoa humana. João Batista, enviado por Deus, deu testemunho dessa luz. Muitos seguiram João Batista como se fosse o Messias. O Evangelho de João define com clareza: o Batista era apenas a testemunha da luz.

Trevas e luz são termos usados frequentemente no Quarto Evangelho para identificar duas atitudes perante a verdade de Jesus Cristo. Os que são da luz o acolhem e acreditam no seu nome. A estes foi dado “o poder de se tornarem filhos de Deus”. São, portanto, irmãos de Jesus. Como aconteceu com a encarnação de Jesus Cristo, “não foram gerados de uma vontade humana, mas de Deus”. Porém, os que são das trevas rejeitam a Jesus, pois não suportam a luz verdadeira.

Jesus é a plenitude da vida. Dele recebemos “graça sobre graça”. A Lei de Moisés já cumpriu sua missão. Agora, a Palavra verdadeira é Jesus Cristo. Ele nos deu a conhecer o Pai. Em sua pessoa, dá-se a plenitude da revelação divina. Ele é “o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6). Por ele voltaremos ao seio de Deus Pai.

3. II leitura (Hb 1,1-6): Jesus é a plena revelação de Deus

A introdução da carta aos Hebreus visa esclarecer quem é Jesus na história da revelação de Deus. Tem íntima ligação com o prólogo do Evangelho de João. Certamente o autor se encontra no meio de polêmicas que provocam dúvidas ou hesitação quanto à divindade de Jesus, uma vez que este viveu como um ser humano normal. Com base na tradição de fé revelada na Sagrada Escritura, declara que Jesus é o ponto alto do processo de comunicação de Deus na história humana. Todas as maneiras por meio das quais Deus se manifestou aos antepassados foram sinais preparatórios para a manifestação definitiva que se dá na pessoa de Jesus Cristo.

Para que não haja dúvidas quanto à identidade e à missão de Jesus, as comunidades cristãs devem assumir estas verdades de fé: 1) ele é o Filho de Deus; 2) é o herdeiro de todas as coisas; 3) por meio de Jesus, o mundo foi criado; 4) ele é a irradiação da glória de Deus; 5) por sua palavra mantém o universo; 6) ele nos purificou dos nossos pecados; 7) está sentado à direita da majestade de Deus;

8) está muito acima dos anjos... Portanto, deve ser adorado.

Diante de tão extraordinária manifestação divina, os cristãos devem tomar consciência de que fazem parte desse privilégio de conhecer e seguir a Jesus. Nele e por ele também nós recebemos a filiação divina; com ele somos herdeiros de todas as coisas; por ele fomos criados à imagem e semelhança de Deus; com Jesus nos tornamos a irradiação da glória de Deus; com toda a criação somos sustentados por sua palavra; por ele fomos purificados de todos os nossos pecados; com ele seremos elevados junto a Deus, onde viveremos eternamente. Portanto, o privilégio de conhecer a Jesus vem acompanhado do compromisso de segui-lo e adorá-lo por uma vida santa.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- *Jesus é a Palavra que se fez carne.* Nós cremos em Jesus Cristo como Filho de Deus que se fez um de nós: por ele fomos resgatados em nossa dignidade de filhos e filhas de Deus. Ele é a luz do mundo: como seguidores de Jesus, renunciamos às trevas do egoísmo em todas as suas expressões e renovamos o compromisso de permanecer na graça e na verdade. Jesus é a Palavra viva de Deus que transforma o mundo: cultivando a amizade com a pessoa de Jesus e meditando diariamente o seu evangelho, tornamo-nos capazes de agir em favor da vida sem exclusão. Não precisamos temer o poder das trevas, pois de Jesus recebemos “graça sobre graça”.

- *Jesus é a plena revelação de Deus.* Ele é a expressão do infinito amor de Deus a toda a humanidade. Purificou-nos de todos os pecados e nos libertou de toda opressão. Em Jesus, Deus fez sua morada definitiva no meio de nós. Portanto, o mundo recuperou sua dimensão sagrada. Todas as criaturas são manifestação da presença divina. A decorrência dessa convicção de fé para todos nós é uma vida de santidade em todos os momentos.

- *Felizes os pés dos que anunciam a paz e a salvação.* Por Jesus nós fomos resgatados do poder das trevas e recebemos a graça da salvação. Em espírito de amor e de gratidão, queremos irradiar a sua glória por meio de nosso modo de viver. Por palavras e por obras queremos anunciar a paz e a fraternidade no mundo. Quem recebeu o privilégio de conhecer a Jesus não pode acomodar-se.